



**Alessandra Brito de Paiva**

**“A gente já falava o que tinha na lei, a  
gente já sabia o artigo”: histórias de  
resistência de jovens que passaram pelo  
acolhimento institucional**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre em  
Letras/Estudos da Linguagem pelo Programa de  
Pós-graduação em Estudos da Linguagem, do  
Departamento de Letras da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Líliliana Cabral Bastos

Rio de Janeiro

Março de 2021



**Alessandra Brito de Paiva**

**“A gente já falava o que tinha na lei, a  
gente já sabia o artigo”: histórias de  
resistência de jovens que passaram pelo  
acolhimento institucional**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa  
de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da  
PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora  
abaixo:

**Prof. Liliana Cabral Bastos**

Orientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

**Prof. Fábio Fernando Lima**

Departamento de Letras – PUC-Rio

**Prof. William Soares dos Santos**

UFRJ

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da professora orientadora.

### **Alessandra Brito de Paiva**

Licenciou-se em Letras Português/Literatura pela Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro em 2018. Possui curso superior de complementação de estudos em Trabalho e Contemporaneidade e Tecnologia e Mídias Digitais pela PUC-Rio. Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e lecionou para turmas do ensino fundamental e médio. Desde 2017, atua na área de produção editorial.

### Ficha Catalográfica

Paiva, Alessandra Brito de

“A gente já falava o que tinha na lei, a gente já sabia o artigo” : histórias de resistência de jovens que passaram pelo acolhimento institucional / Alessandra Brito de Paiva ; orientadora: Liliana Cabral Bastos. – 2021.

108 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2021.

Inclui bibliografia

1. Letras - Teses. 2. Acolhimento institucional. 3. Resistência. 4. Análise da narrativa. 5. Construção de identidade. I. Bastos, Liliana Cabral. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 400

Para todos aqueles que estiveram ou estão no acolhimento  
institucional.

Para todos que lutam por uma sociedade mais justa.

## Agradecimentos

A Deus, por me amparar e me iluminar nesta jornada, colocando pessoas cheias de luz no meu caminho.

À minha mãe, que sempre me apoiou e me incentivou a buscar o conhecimento e a seguir meus objetivos e sonhos. Obrigada por sempre acreditar em mim.

Ao meu pai (in memoriam), que sempre foi um guerreiro e buscou oferecer o melhor aos seus filhos. Seu amor e conhecimentos proporcionados sempre me acompanharão. Minha eterna gratidão.

Ao meu irmão, Alex, pela paciência para me ajudar em tudo que preciso e por ser uma inspiração na busca dos meus objetivos.

À minha orientadora, Liliana Bastos, por ter aceitado participar deste projeto e por compartilhar seu conhecimento para que esta pesquisa se tornasse possível.

A todos os participantes desta pesquisa que aceitaram compartilhar as suas incríveis narrativas. Vocês são uma inspiração para mim. Sou eternamente grata pela colaboração.

A todos os professores que participaram da Comissão examinadora.

Aos meus queridos amigos da vida, Nikita, Lucas, Ana, Hellen, Bruna e Isabelle. Obrigada por estarem presentes na minha vida, por me incentivarem e apoiarem e por aceitarem compartilhar os bons e maus momentos da minha jornada. Com vocês, tudo fica mais fácil e suportável. Amo vocês.

À Letícia e ao Pedro por terem, direta e indiretamente, colaborado com a escolha do tema. Eternamente grata por esse “achado”.

À Paula, companheira de mestrado, por compartilhar as angústias e alegrias ao longo dessa jornada acadêmica. Nossas trocas foram fundamentais para este trabalho.

A todos que torceram por mim, encheram meus dias de alegrias e me enviaram boas energias. Estar rodeada de pessoas como vocês é essencial para minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica. Minha eterna gratidão.

À PUC-Rio e a todos os professores que me acolheram desde a graduação.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram e ajudaram na elaboração deste estudo.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Gratidão a todos!

## Resumo

Brito, Alessandra; Bastos, Liliana Cabral (Orientadora). **“A gente já falava o que tinha na lei, a gente já sabia o artigo”**: história de resistência de jovens que passaram pelo acolhimento institucional. Rio de Janeiro, 2021 108p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A pesquisa se propõe a analisar as narrativas, construídas em conjunto, de três jovens e sua mãe afetiva, que passaram pelo acolhimento institucional na cidade do Rio de Janeiro. Busca-se compreender como os participantes constroem e narram suas estratégias de resistência, desenvolvidas para lidar com situações de violência e opressão pelas quais passaram. É observada a coconstrução narrativa articulada à presença de agência (Duranti, 2004; Ahrean, 2000) e de resistência na fala dos narradores (Castells 1999; Ewick & Silbey, 2003). A partir de uma visão qualitativa e interpretativa, a análise é conduzida com as perspectivas da Análise da Narrativa e a abordagem SocioInteracional. O estudo da história de vida (Linde, 1993) é feito considerando as contribuições da estrutura narrativa de Labov (1972) e a releitura de autores contemporâneos (Bastos, 2005; 2008; Bastos & Biar, 2015; Bamberg & Georgakopoulou, 2008). O conceito de estratégia de resistência é desenvolvido com base na existência de um poder dominante, no qual os atores, conscientes das desigualdades e das condições desfavoráveis, agem de forma a resistir e alterar a realidade em que vivem (Foucault, 1979; Castells 1999; Ewick & Silbey, 2003). Na análise, é possível perceber que os participantes constroem uma identidade agentiva por meio do discurso e das ações de resistência narradas. Para cada estratégia desenvolvida, é explicitada a sua organização, levando em consideração poder, agente e tomada de consciência. A resistência tem como objetivo a alteração do micro para o benefício dos irmãos, o que reforça e promove os laços familiares.

## Palavras-chave

Acolhimento institucional; resistência, análise da narrativa; construção de identidade.

## Abstract

Brito, Alessandra; Bastos, Liliana Cabral (Advisor). **'We knew every article in the law, we were used to talk about it': stories about resistance told by state raised young people.** Rio de Janeiro, 2021 108p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research aims at analyzing the narratives told by three young brothers who were once wards of the state at Rio de Janeiro, but received care and nurture from an affective mother. I seek to understand how these participants build and narrate their resistance strategies, which they had to develop throughout their lives in order to survive the violence and oppression scenarios they were inserted into. I scrutinize the articulation of such narratives with the narrators' agency (Duranti, 2004; Ahrean, 2000) and resistance (Castells 1999; Ewick & Silbey, 2003). From a qualitative and interpretative point of view, the investigation is carried out using the Narrative Analysis and Interactional Sociolinguistics approaches. The participant's life stories (Linde, 1993) are studied with regard to the labovian model (1972) perspective and other contemporary authors' contributions (Bastos, 2005; 2008; Bastos & Biar, 2015; Bamberg & Georgakopoulo, 2008). Based on the existence of a dominant power, responsible for creating all kinds of inequalities and unfavorable conditions, I develop the concept of resistance strategies, which depicts the act of resisting and fighting such power once the actor becomes aware of it (Foucault, 1979; Castells, 1999; Ewick and Silbey, 2003). It is observable that the participants build an agentive identity in their narratives, for that each strategy developed by them in their lifetime is well organized in their speeches. Power, agency and awakening are central to these strategies. Resistance is a way of trying to change their micro environment to their benefit, strengthening family ties and connections.

## Keywords

Institutional sheltering; resistance; narrative analysis; identity construction.

## Sumário

Introdução	12
2 Contextualização do tema	19
2.1 Uma revisão histórica	19
2.2 A legislação de proteção	22
2.3 O acolhimento institucional	25
2.3.1 Os órgãos fiscalizadores	26
2.3.2 O perfil das crianças e dos adolescentes acolhidos	27
2.3.3 O acolhimento institucional	29
3 Narrativas	34
3.1 As contribuições de Labov e uma revisão do modelo canônico	34
3.1.2 Linde: histórias de vida	37
3.1.3 Narrativa, identidade e interação	39
3.1.4 Narrativa de resistência	41
3.1.4.1 Estratégias de resistência: uma questão de agência	43
4 Aspectos metodológicos	46
4.1 Natureza da pesquisa: qualitativa e interpretativa	46
4.2 A entrevista como procedimento metodológico	47
4.3 Os participantes da pesquisa	50
4.3.1 Os irmãos	51
4.3.2 A mãe afetiva	53
4.3.3 A pesquisadora-participante	54
4.4 A construção dos dados	55
4.4.1 Escolha do tema	56
4.4.2 Geração de dados e procedimentos de análise	56
4.4.3 A transcrição dos dados	59
5 Análise dos dados	60
5.1 Infância antes do acolhimento institucional	62

5.1.1 Resistindo e sobrevivendo aos maus-tratos	63
5.1.2 A construção da resistência	68
5.1.3 Considerações parciais	71
5.2 Infância e adolescência no sistema de acolhimento institucional	72
5.2.1 Resistindo à separação	72
5.2.2 Resistindo ao sistema	75
5.2.3 O início da resistência	79
5.2.4 Defesa e resistência	82
5.2.5 Conhecimento como estratégia de resistência	83
5.2.6 Considerações parciais	86
5.3 A saída da rede de acolhimento	87
5.3.1 Resistindo pelo direito	87
5.3.2 Considerações parciais	91
6 Considerações finais	93
7 Referências bibliográficas	102
ANEXO I	106
Anexo II	107

*Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão,  
Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos  
cegos, Cegos que veem, Cegos que, vendo, não veem.*

José Saramago, Ensaio sobre a cegueira

## Introdução

A institucionalização de crianças e adolescentes não é uma pauta recente no Brasil, trata-se de uma questão social que remete ao período colonial, trazendo resquícios até hoje. Desde esse período, a questão do menor desamparado foi sendo revista pelos governos e órgãos competentes, chegando até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), grande marco na garantia dos direitos dos menores no país. A incapacidade das condições financeiras era a maior causa de desamparo. Hoje, a maior causa de afastamento da prole de suas famílias é a negligência, sendo a mãe apontada como a principal responsável pelo feito, segundo dados do 24º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro.

A situação de vulnerabilidade de crianças e adolescentes é alvo de discussão desde a época colonial, com a criação da “Roda dos Enjeitados” (nome dado ao local e à prática de colocar crianças em compartimentos de instituições religiosas para que fossem abrigadas nesses lugares, mantendo o anonimato de quem as abandonou). No governo de Vargas, em 1941, o Serviço de Assistência a Menores (SAM) é criado para atender todo o Brasil, configurando-se como o primeiro órgão federal a se responsabilizar pelo controle da assistência aos menores em escala nacional. Com sua extinção, no Golpe de 64, os militares criam a FUNABEM e a FEBEM. Passa-se a tratar a infância como um problema de segurança nacional. Posteriormente, diversas comissões e congressos debatem as condições das crianças e dos adolescentes, mas somente com a Constituição de 1988, artigo 227<sup>1</sup>, estabelece-se como dever

da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

---

<sup>1</sup> Disponível em:

<[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_06.06.2017/art\\_227\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_227_.asp)>. Acesso em: 06 fev. 2021.

É em 1990, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado no Congresso Nacional, que todas as reivindicações de movimentos sociais que trabalhavam em defesa das crianças e dos adolescentes são consolidadas e publicadas como lei federal. Ainda no mesmo ano, o Brasil assina a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, aprovada na ONU, na qual o país assegura os direitos das crianças mundialmente. No ano de 2009, a chamada Nova Lei de Adoção (Lei n. 12.010/2009) é promulgada, promovendo alteração em alguns pontos do ECA. Ainda hoje, há diversas discussões no Congresso e na Câmara sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, o que revela a necessidade de constante revisão e supervisão desse grupo. Para padronizar e orientar, em âmbito nacional, o Governo Federal brasileiro atualmente conta com documentos de diretrizes e orientações para o acolhimento institucional, a saber: Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009). As informações abarcam normas técnicas de estrutura e detalhes sobre quais profissionais devem estar envolvidos na rede de acolhimento.

A lei atual determina que as medidas de acolhimento institucional sejam vistas como exceção e não como regra, devendo ocorrer somente se extremamente necessárias e com caráter provisório. No caso de descumprimento da garantia aos direitos básicos, como determinado pela Constituição, os pais e responsáveis podem ter a suspensão da guarda do menor, passando por um processo burocrático e social para a verificação das condições adequadas de retorno de convivência com a família biológica. No caso de viabilidade de retorno, a rede de proteção à criança e ao adolescente deve articular estratégias de desligamento do sistema de acolhimento do Estado, dado o caráter provisório determinado pela lei, retornando-os ao convívio familiar, segundo art. 101 § 1º da Lei 12.010/2009. Em caso de inviabilidade, os menores permanecem sob a tutela do Estado e da rede de acolhimento (conselheiros tutelares, psicólogos, profissionais judiciários, dentre outros) até o encontro de uma nova família de acolhimento, não devendo a permanência nas instituições ser superior a dois anos, com reavaliação a cada seis meses durante o período de estadia, como exposto na referida Lei art. 19 § 2.

Um grupo social totalmente à margem, porém totalmente presente e imerso em nossa sociedade, as crianças e adolescentes acolhidos no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, não parecem ser o foco das famílias, da sociedade e dos governos. Estar excluído ou incluído nem sempre tem suas margens bem delimitadas. A

presença de um como sinal de ausência de outro não é o que acontece na prática (Sawaia, 2001). Há uma dualidade de pertencer e não pertencer, estar ou não estar, como acontece com os menores nas instituições de acolhimento. Apesar da existência de leis e de toda uma rede de acolhimento e proteção, essas crianças e adolescentes ainda estão à margem de nossa sociedade, não recebendo, muitas vezes, na sua integridade, todos os direitos que lhes são garantidos. Além disso, estar incluído em um local não é, necessariamente, garantia de estar incluído nas relações que nele ocorrem, como pode ser percebido nos dados apresentados neste trabalho.

Ao longo da produção deste trabalho, foi possível perceber uma escassez de pesquisas acadêmicas sobre a questão do acolhimento, uma complexidade e obscuridade nos dados institucionais disponibilizados pelas autoridades competentes e, inclusive, poucas notícias nos veículos jornalísticos (o que poderia ser um meio de trazer à luz o assunto). É considerando essa situação que a presente pesquisa inscreve sua importância. É necessária a elaboração de entendimentos e compreensões sobre o acolhimento institucional, focando nos acolhidos, âmbito do presente estudo, como também em toda a rede de acolhimento. Para que reflexões possam ser elaboradas, é necessário ecoar as vozes de quem viveu e passou pelo sistema de acolhimento e compreende a experiência, a fim de promover a discussão e a busca por novas possibilidades que proporcionem um real acolhimento, na definição da palavra, que respeite a individualidade e assegure os direitos desses cidadãos.

Aproximo-me de autores e pensadores, apresentados nos pressupostos teóricos, que me auxiliam a entender a importância de analisar e compreender as narrativas na interação social, sendo as narrativas uma forma de organizar a experiência humana (Bruner, 1990). Dessa forma, é possível contribuir com o processo de construção de conhecimento da vida social, promovendo a visibilidade de um grupo periférico em nossa sociedade.

O estudo qualitativo e interpretativo (Denzin & Lincoln, 2006) elaborado nesta dissertação busca entendimentos para a experiência de jovens no sistema de acolhimento institucional, lançando mão da Análise de Narrativa (Labov, 1972; Linde, 1993; Bastos, 2005; 2008; Bastos & Biar, 2015; Bamberg & Georgakopoulou, 2008), da abordagem sociolinguística interacional do discurso (Goffman, 2009 [1959]; 2002 [1964]; Ribeiro & Garcez, 2013) e da perspectiva

construcionista da identidade (Moita Lopes, 2001; 2003). As pesquisas que envolvem o tema e contexto tratados aqui, em geral, são das áreas de assistência social e psicologia. Este trabalho contribui para a discussão através do estudo das falas de jovens irmãos e sua mãe afetiva<sup>2</sup> ao narrarem suas histórias de vida e experiências nas instituições de acolhimento, apresentando as estratégias de resistência por eles elaboradas frente aos poderes dominantes, fornecendo a perspectiva microsocial sobre o assunto.

Além de analisar e discutir a experiência no acolhimento institucional, esta pesquisa busca compreender como os significados e as identidades são coconstruídos. As narrativas ocorreram em uma situação de entrevista em grupo, tendo como foco a experiência no sistema de acolhimento. Por meio de uma linha do tempo, os participantes selecionam e narram os eventos que marcaram suas vidas, construindo suas identidades e organizando suas experiências. Eles apresentam, discursivamente, as estratégias de resistência elaboradas ao longo do percurso, fundamentais para a manutenção da união entre eles e para manter o bom convívio com os demais integrantes da rede, além de garantir, minimamente, os direitos e condições melhores de vida. As ações empreendidas sempre visavam a mudanças no micro para a situação do acolhimento dos irmãos.

Os dados gerados contribuem para o entendimento da experiência no acolhimento institucional, podendo viabilizar novos diálogos para possíveis avanços e melhorias na situação de crianças e adolescentes acolhidos pelo Estado. Além disso, reforço a importância e o comprometimento, como pesquisadora, de promover a visibilidade de grupos minoritários e em situação de exclusão social, considerando que muito temos a aprender com quem experienciou as situações e pode compartilhar as suas narrativas.

Diante do panorama apresentado, o presente trabalho tem como objetivo 1) analisar as histórias de vida de jovens que passaram por instituições de acolhimento no Rio de Janeiro; 2) investigar como as narrativas de resistência atuam na construção da identidade dos participantes e 3) observar a questão da agência na elaboração das estratégias.

---

<sup>2</sup> A escolha do termo mãe afetiva, neste trabalho, leva em consideração a necessidade de distinção em relação à mãe biológica e o envolvimento de mãe e filhos que há entre as participantes. (Ver seção 4).

Desdobro os objetivos em três questões de pesquisa que busco responder ao longo do trabalho e, mais detalhadamente, são retomadas nas considerações finais. São elas:

- 1- *Como os participantes organizam e narram a experiência do acolhimento institucional?*
- 2- *Quais são as estratégias desenvolvidas para a resistência nestes locais?*
- 3- *Como, na interação da entrevista, os participantes colaboram uns com os outros na construção de suas identidades?*

A presente dissertação está organizada em seis capítulos, iniciando com esta introdução e seguida pelos demais capítulos descritos e apresentados na sequência.

No capítulo 2, faço uma contextualização do tema de pesquisa, realizada a partir de pesquisas bibliográficas e dados governamentais disponíveis para acesso ao público. Organizo, cronologicamente, a história de crianças e adolescentes desamparados no Brasil, revelando os eventos que culminaram na elaboração e implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual estabelece a hierarquia e a obrigatoriedade dos órgãos de fiscalização. Início um breve panorama do perfil das crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, com base nas informações disponibilizadas pelo governo, tendo como foco a cidade do Rio de Janeiro, cidade na qual a pesquisa se situa. Termina com uma apresentação detalhada da estrutura física e dos profissionais de cada modalidade de acolhimento existente, com base nos documentos de normas e diretrizes disponíveis para acesso ao público.

No capítulo 3, apresento os pressupostos teóricos que orientam o estudo e a análise empreendida. Realizo uma revisão bibliográfica dos teóricos fundamentais para o estudo da narrativa, o qual tem como pioneiro Labov (1972). Amplio o entendimento de narrativa utilizando outros autores que propõem uma releitura do modelo canônico (Bamberg & Georgakopoulou, 2008; Mishler, 1986; Bruner, 1997 [1990]; Bastos & Biar, 2015), dando luz à construção de sentido da interação e das relações micro-macro, não contemplados no modelo laboviano. Utilizo as contribuições de Linde (1993) sobre histórias de vida, compreendendo as narrativas contadas como parte de um conjunto maior, havendo relações entre elas. Aproprio-me das contribuições da abordagem SocioInteracional do discurso (Goffman, 2009 [1959]; 2002 [1964]; Ribeiro & Garcez, 2013) e da perspectiva construcionista (Moita Lopes, 2001; 2003) da identidade para compreender a interação e

coconstrução narrativa na entrevista. Recorro às contribuições de Foucault (1979), Castells (1999) e Ewick e Silbey (2003) sobre o conceito de poder e resistência. Elaborei uma ampliação do tema para aplicá-lo na pesquisa, associando as narrativas de resistência com questões de estratégias de resistência, delimitando e esclarecendo o uso do termo em relação às narrativas e análise empreendida. Ressalto que, principalmente na primeira infância, mais do que resistir, as ações tinham caráter de sobrevivência, sendo fundamentais para a manutenção das condições de vida. Além disso, faço uma associação de agência (Duranti, 2004; Ahrean, 2000) com resistência, a partir do entendimento de que resistir é agir e ser agente.

No capítulo 4, estabeleço os aspectos metodológicos utilizados na pesquisa. Parto de uma visão qualitativa e interpretativa de pesquisa, com a análise dos dados pautadas na abordagem SocioInteracional. Estabeleço as características do modelo de entrevista utilizado, optando por um modelo não-tradicional e semiestruturado. Compreendo que os significados são construídos na interação e que o caráter aberto colabora para que as relações e as narrativas que são foco da pesquisa surjam. Posteriormente, faço uma apresentação detalhada dos participantes, revelando a trajetória de vida dos irmãos que passaram pelo acolhimento institucional; a relação da mãe afetiva com os irmãos, tendo como marco o seu encontro; e, por último, o perfil da pesquisadora, a qual é analisada como participante. Considero que esta última apresentação é fundamental para a compreensão do ponto de vista adotado pelo observador (Velho, 1978). Apesar do envolvimento, não se considera que isso torne a pesquisa desqualificada ou inferiorizada. Encerro o capítulo evidenciando os critérios utilizados para a escolha do tema, bem como delimito o processo de geração dos dados, os procedimentos de análise e os métodos de transcrição de dados adotados.

No capítulo 5, faço a análise das narrativas. Apresento diferentes fragmentos da entrevista, selecionados e transcritos de acordo com o objetivo estabelecido, e elaboro o estudo focando na construção das estratégias de resistências e sua contribuição para a identidade, observando a interação e sua contribuição para os significados. Os excertos são divididos em três temporalidades diferentes da vida dos entrevistados, sendo elas antes, durante e depois da saída do acolhimento. Para introduzir e contextualizar cada transcrição, faço uma detalhada descrição dos dados, favorecendo a compreensão do surgimento do “gatilho” da narrativa, dado

seu caráter relacional nas histórias de vida (Linde, 1993). Ao final de cada subseção, apresento as considerações parciais da análise, de forma a facilitar a assimilação do que foi apresentado e dos trechos entre si.

No capítulo 6, apresento as considerações finais sobre a pesquisa. Retomo as perguntas que norteiam o trabalho, buscando respondê-las com base nos dados gerados e nas análises empreendidas. Elaboro uma tabela relacionando todas as narrativas, bem como as estratégias apresentadas, de forma a facilitar a compreensão e visualização por parte dos leitores. Ressalto a relevância e a justificativa da pesquisa, estabelecendo pontes para possíveis aplicações e contribuições deste estudo para a sociedade. Além disso, reconhecendo as limitações do trabalho, esclareço o que foi desconsiderado na análise e seus impactos.

## 2

### Contextualização do tema

Neste capítulo, apresento um panorama geral com os principais avanços no acolhimento institucional existentes atualmente no Brasil, em especial na cidade do Rio de Janeiro. Para maior compreensão, relaciono os principais acontecimentos que envolveram a questão das crianças e dos adolescentes desde a época colonial, passando pela conquista de direitos constitucionais, até os dias atuais, revelando os aspectos históricos, sociais e políticos que os perpassam. Não pretendo esgotar todos os eventos, órgãos e legislações que permeiam o acolhimento de crianças e adolescentes, uma vez que não haveria espaço neste trabalho, mas sim propor uma visão geral para a compreensão dessa questão na sociedade brasileira. Posteriormente, faço uma explanação da lei vigente, ECA, para a proteção desses cidadãos, focando nos aspectos mais relevantes para a pesquisa. Por fim, apresento detalhes da organização das instituições, bem como exponho a responsabilidade dos órgãos governamentais e outros profissionais e indivíduos na continuidade e supervisão da qualidade do serviço ofertado.

#### 2.1

##### Uma revisão histórica

A situação de vulnerabilidade de crianças e adolescentes vem sendo discutida desde o período colonial, época em que famílias pobres abandonavam seus filhos por conta da ausência de recursos para a criação destes. Criada na Europa e trazida para o Brasil, a roda dos expostos permitiu que os pais entregassem os filhos para entidades religiosas quando não era possível criá-los. Esse sistema mantinha o anonimato e inibia o abandono de menores em locais sem estrutura, como bosques, lixos e outros lugares, na falta de opção (Marcílio, 1997). As rodas eram localizadas em muros de instituições de caridade religiosas e consistiam em uma caixa de formato cilíndrico, que girava de fora para dentro. Durante o período colonial, foram implementadas três rodas de expostos no Brasil: a primeira em

Salvador, a segunda no Rio de Janeiro e a terceira em Recife. De 1738 a 1821, a estrutura e o mecanismo de acolhimento do Rio de Janeiro receberam 8.713 crianças. Esse instrumento existiu por três grandes regimes da história (colonial, imperial e república), sendo abolido somente na década de 1950 (Marcílio, 1997). Essa foi, durante todo o período, a única “instituição” de assistência à criança abandonada no Brasil.

Apesar de ser uma medida de assistência, ela não se configurou como uma entidade especial de acolhimento. “As câmaras que amparam seus expostos limitaram-se a pagar um estipêndio irrisório para que amas-de-leite amamentassem e criassem as crianças” (Marcílio, 1997, p. 51). Vale ressaltar que o abandono é anterior à história da colonização brasileira. Antes da roda, as crianças deveriam ser assistidas pelas câmaras municipais, o que não ocorria com grande frequência. A maioria dos bebês abandonados acabavam ficando dependentes da compaixão de famílias. A maioria dos expostos não foram assistidos por instituições especializadas (idem).

O primeiro órgão federal a se responsabilizar pelo controle da assistência aos menores em escala nacional foi criado no governo Vargas, em 1941. O Serviço de Assistência a Menores (SAM) tinha como objetivo amparar os menores carentes, abandonados e infratores, executando uma política de atendimento corretivo-repressivo em território nacional (Gandini Júnior, 2007). Em 1944, o SAM contava com 33 educandários, tendo o número aumentado para 300 em uma década, com a expansão em território nacional. Os estabelecimentos recebiam um valor por cada menor (Rizzini & Rizzini, 2004). O serviço foi extinto em meados da década de 1960, sendo substituído pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM).

A proposta da FUNABEM, por sua vez, instalada pelos militares, era propor um órgão nacional autônomo financeira e administrativamente, opondo-se ao modelo de depósito de menores, que era o principal motivo de crítica ao serviço anterior (Rizzini & Rizzini, 2004). Passa-se a tratar a infância como um problema de segurança nacional. A política nacional defendia a internação como último caso. A FUNABEM focou seus esforços na recuperação da infraestrutura deixada pelo SAM e foi absorvida no planejamento da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), que deveria coordenar todas as ações na área. Posteriormente, houve a criação da Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM) em nível

estadual, com medidas socioeducativas. É interessante ressaltar que a culpabilização da família cujos filhos foram abandonados ganhou tons com a construção da assistência à infância no Brasil (Rizzini e Rizzini, 2004).

Em 1979, o Código de Menores é instaurado. Nele, a categoria “menor em situação irregular” passa a ser utilizada. A situação irregular era definida “pelas condições de vida das camadas pauperizadas da população” (Rizzini & Rizzini, 2004, p.41). Esse código, posteriormente, foi substituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). A mudança foi elaborada após calorosos debates em nível nacional, dado que a abertura política do Brasil revelou a urgência de mudanças. Ganha força a compreensão da situação de crianças e adolescentes acolhidos como uma questão estrutural, relacionada com o desenvolvimento político-econômico do país, assim como a desigualdade social (Rizzini & Rizzini, 2004). Diversas comissões e congressos ocorreram para debater a conjuntura, mas somente com a Constituição de 1988, artigo 227, estabeleceu-se a obrigatoriedade e dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar às crianças e aos adolescentes direitos de condições ideais de sobrevivência e convivência em sociedade, inscritas no texto da legislação.

Apesar disso, é somente em 1990, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente e sua aprovação no Congresso Nacional, que todas as reivindicações de movimentos sociais que trabalhavam em defesa das crianças e dos adolescentes foram consolidadas e publicadas como lei federal. Dois tipos de internação foram estabelecidos de acordo com a natureza da medida aplicada, separando os grupos de atendimento:

o abrigo, como uma medida de caráter provisório e excepcional de proteção para crianças em situações consideradas de risco pessoal e social; e a internação de adolescentes em instituições, como uma medida sócio-educativa de privação de liberdade (Rizzini & Rizzini, 2004, p. 48).

No mesmo ano, entra em vigor a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, aprovada na ONU e assinada pelo Brasil, na qual os países asseguram os direitos das crianças mundialmente. Trata-se de um dos documentos com maior aceitação universal (cf. Unicef<sup>3</sup>). Nele, é proclamado que a criança tem direito a cuidados e assistências especiais, devendo ser educada de acordo com os ideais

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>. Acesso em: 10 set. 2020.

presentes na Carta das Nações Unidas, garantido a preparação para uma vida independente na sociedade<sup>4</sup>.

Em 1991, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) é criado pela Lei nº 8.242. Previsto no artigo 88 da lei nº 8.069/90 (ECA), e tem como objetivo a garantia dos direitos, consolidando-se como o principal órgão do sistema de proteção e integrando a estrutura básica do Ministério dos Direitos Humanos. A sua composição é formada pela gestão compartilhada entre governo e sociedade civil, os quais definem as diretrizes para a Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Em 1997, é criado o Disque-Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, coordenado pela Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Criança e ao Adolescente (Abrapia), através do convênio com o Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça. Em 2003, o canal passou para a responsabilidade do Governo Federal, envolvendo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Atualmente, o Disque 100 comporta também os módulos temáticos de pessoas idosas, LGBT, população em situação de rua, pessoas com deficiência, pessoas com restrição de liberdade e violações de imigração, dentre outros casos.

## 2.2

### A legislação de proteção

O Estatuto da Criança e do Adolescente regulamenta a necessidade de resguardar os direitos das crianças e dos adolescentes, garantindo o acesso à vivência em família e em comunidade e aos direitos básicos, como alimentação, saúde, educação, lazer, dentre outros, salvaguardando-os de negligência, discriminação e violência. Desde sua elaboração, o texto foi revisto e alterado por outras leis atualmente vigentes, a citar Lei de Adoção (Lei nº 12.010/2009) e Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.275). A Constituição Brasileira, no artigo 277, determina que essa garantia seja assegurada pela família, sociedade e Estado. De acordo com o ECA, considera-se criança a pessoa com até doze anos incompletos

---

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm)>. Acesso em: 10 set. 2020.

e adolescente entre doze e dezoito anos de idade. No art. 2, parágrafo único, da referida lei, a condição aplica-se excepcionalmente às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Dado que nenhuma criança ou adolescente pode ser objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência ou qualquer outra ação que atente contra os direitos fundamentais, as medidas protetivas do ECA têm papel de proteção e garantia dos direitos. Dessa forma, o acolhimento institucional pode ocorrer sempre e somente quando necessário para o cumprimento da lei e em caráter provisório, retornando os acolhidos ao convívio familiar o mais breve possível, segundo o art. 101 § 1º da Lei 12.010/2009.

Com a implementação do Estatuto, as crianças e os adolescentes brasileiros passam a ser reconhecidos como cidadãos dotados de direitos, devendo ser respeitados como tais e sendo vistos como prioridade para o Estado, independentemente das condições sociais, econômicas, identitárias, religiosas e outras (art. 3, parágrafo único, Lei nº 8.069). Os assegurados por lei devem ser assistidos por políticas sociais públicas que permitam o nascimento e desenvolvimento sadio e harmônico, em condições dignas de existência (conforme a mesma lei citada, art. 7). Pela lei, medidas de atendimento e assistência devem ser fornecidas ainda antes do nascimento, na gestação, garantindo atendimento pré-natal e atenção primária à gestante, sendo mantidas todas as condições ideais na infância e adolescência, como acesso à educação, moradia, saúde e outros.

A partir do ECA, as instituições de acolhimento passam a ser denominadas apenas abrigos e são criadas diretrizes para o seu funcionamento, provocando mudanças no serviço de atendimento à criança e ao adolescente. Além disso, outra grande mudança provocada pela implementação do ECA foi a participação da sociedade civil na sua elaboração, incorporando elementos da ação de movimentos sociais. O termo **abrigo** perdura até 2009, quando é alterado para **acolhimento institucional** a partir das alterações que a Lei nº 12.010/2009 faz no Estatuto da Criança e do Adolescente. Observa-se que, apesar da mudança no documento legal, socialmente, inclusive entre os órgãos e profissionais da área, a nomenclatura abrigo ainda é utilizada. Ainda no campo lexical, é importante definir e diferenciar o atual sistema de acolhimento do termo popularmente, e equivocadamente, ainda utilizado, orfanato. Esse termo foi utilizado até o final da década de 1980 para designar locais que funcionavam como estadia permanente, até o encontro de uma

nova família para o menor abandonado. O ambiente era institucionalizado, sem levar em consideração a individualidade. Todos os serviços de assistência ocorriam no local de moradia, não sendo permitida a inserção comunitária, o que afastava as crianças e adolescentes de suas famílias e possíveis famílias adotivas (Rizzini & Rizzini, 2004). Mais do que uma alteração de denominação, as modificações revelam as alterações na proposta dos locais de acolhimento e na forma de condução do processo para com a criança e o adolescente.

Além da alteração na denominação do acolhimento, a Lei nº 12.010, de agosto de 2009, efetuou algumas alterações no texto original do Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre elas a delimitação do tempo máximo de permanência de crianças e adolescente em programas de acolhimento, sendo o máximo de dois anos, salvo necessidade comprovada e fundamentada judicialmente. Além dessas, até o momento atual desta pesquisa, o Estatuto já passou por outras alterações no seu texto original, sofrendo acréscimos e modificações, tais como incluir a necessidade de formação técnica continuada e capacitação dos profissionais envolvidos no processo de acolhimento. Para os objetivos deste trabalho e considerando sua extensão, não será feita uma revisão pormenorizada de cada ponto de acréscimo e alteração.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, ainda, a importância e a necessidade do Conselho Tutelar como órgão integrante encarregado da execução das políticas públicas sociais básicas e de assistência social, juntamente com o Poder Judiciário e Ministério Público. O Conselho, dessa forma, é caracterizado como “órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e dos adolescentes” (art. 131, Lei nº 8.069/1990). A seleção dos membros deve acontecer através de seleção popular local, pelo mandato de 4 anos, permitindo recondução por novos processos de escolha (alteração do art. 132, ECA/1990, dada pela Lei nº 13.824/2019), e suas atribuições são também determinadas por lei (art. 137, ECA/1990).

No artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>5</sup>, é determinado que as entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional devem adotar alguns princípios, a saber:

---

<sup>5</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>. Acesso em: 06 fev. 2021.

- I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
- II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
- III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V - não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII - participação na vida da comunidade local;
- VIII - preparação gradativa para o desligamento;
- IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

O dirigente de entidade que desenvolve programa de acolhimento familiar ou institucional é equiparado ao guardião, sendo, para todos os efeitos de direito, o responsável legal.

O Estatuto determina, ainda, medidas socioeducativas para os adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos que cometem atos infracionais, definidas de acordo com a capacidade do ofensor, circunstância dos fatos e a gravidade da infração (art. 12, ECA/1990). Nesses casos, tanto os responsáveis como o menor são solicitados a mudarem de atitude e têm as devidas sanções nos casos mais graves, cada uma das medidas são detalhadamente descritas nos capítulos seguintes da referida lei.

## 2.3

### **O acolhimento institucional**

Apresento, a seguir, as informações e detalhes que competem ao acolhimento institucional propriamente dito. Exponho, brevemente, os órgãos responsáveis pelo serviço de acolhimento, bem como pela fiscalização do cumprimento das leis de proteção ao direito da criança e adolescente vigentes. Posteriormente, traço o perfil das crianças e jovens acolhidos, trazendo dados divulgados pelo Censo do Módulo Criança e Adolescente do município do Rio de Janeiro. Revelo, ainda, alguns dos fatores que levam as crianças e os adolescentes para os serviços de acolhimento. Posteriormente, detalho as modalidades de acolhimento existentes, especificando cada uma com base nas informações disponibilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009) vigente.

### 2.3.1

#### Os órgãos fiscalizadores

O CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) é responsável pela fiscalização das ações executadas pelo poder público, atentando-se para o atendimento da população infantojuvenil. Além dessa atribuição, pode-se citar ainda: definição das diretrizes para a criação e o funcionamento dos conselhos estaduais, distritais e municipais dos direitos da criança e do adolescente e dos conselhos tutelares; manutenção do banco de dados com informações sobre a infância e adolescência; elaboração e execução do orçamento da União, dentre outros<sup>6</sup>. O Conselho é, também, responsável pelo arcabouço normativo que oferece as orientações técnicas do serviço de acolhimento, bem como os parâmetros de funcionamento dos locais nas suas múltiplas modalidades, aspectos que serão, sumariamente, apresentados mais adiante neste trabalho.

O Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar, Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e entidades não-governamentais atuam conjuntamente na proteção e defesa da criança e do adolescente, conforme ECA/1990, artigo 70, seção III. As entidades públicas e privadas que atuam nas áreas de cultura, lazer, esporte, diversão, espetáculos e produtos e serviços devem contar com profissionais capacitados para o reconhecimento de suspeitas ou casos de maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes, devendo entrar em contato com o Conselho Tutelar, artigo 70-B da já citada Lei.

O Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA) é o responsável pela regulamentação sobre a criação e a utilização dos recursos destinados para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes. A sua gestão está associada ao Conanda, sendo responsável por garantir a execução das ações de proteção e os direitos do grupo de destino, como estabelecido no ECA.

Todas as entidades que executam programas de acolhimento institucional devem estar inscritas e ser fiscalizadas pelos Conselhos Tutelares, pelo Ministério

---

<sup>6</sup>Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/conanda>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

Público e pelo Poder Judiciário, zelando pela qualidade dos atendimentos prestados às crianças e aos adolescentes, conforme previsto no artigo 95 da Lei 8.069/1990. Em termos financeiros e orçamentários, a prestação de contas deve ser apresentada ao estado ou ao município, conforme a origem das doações.

O Conselho Tutelar é o responsável por atender as crianças e adolescentes que tiverem os direitos ameaçados ou violados e por aconselhar os pais ou responsáveis. Trata-se de um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pela sociedade e pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos no ECA. Em cada município e Região Administrativa do Distrito Federal deve haver, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública, composto por 5 membros escolhidos pela população local para um mandato de 4 anos, conforme exposto na referida Lei<sup>7</sup>.

Os estados e o Distrito Federal devem, ainda, criar varas especializadas e exclusivas para a infância e a juventude, cabendo ao Poder Judiciário estabelecer a proporcionalidade, dado o número de habitantes, oferecendo o atendimento à população inclusive através de plantões. O Juiz da Infância e da Juventude, desse modo, é a autoridade responsável pela aplicação da Lei. Ao Poder Judiciário, por sua vez, cabe a elaboração de proposta orçamentária e promoção de recursos para a manutenção da equipe interprofissional destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.

Como determinado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o Plano Individual de Atendimento (PIA) é uma exigência. Ele garante a definição das particularidades e singularidades das crianças. Isso garante que os amparados recebam um atendimento que respeite suas individualidades e de suas famílias.

### 2.3.2

#### O perfil das crianças e dos adolescentes acolhidos

---

<sup>7</sup> Outros critérios e especificações para a eleição dos Conselheiros são definidas e podem ser encontradas na Lei 8069. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/abrigos-para-criancas-e-adolescentes.aspx>>. Acesso em: 10 out. 2020.

Conforme dados do 24º Censo do Módulo Criança e Adolescente<sup>8</sup>, MCA<sup>9</sup>, no segundo semestre de 2019, 529 crianças e adolescentes foram acolhidos no município do Rio de Janeiro, sendo afastados do convívio familiar por medidas protetivas em função de abandono ou impossibilidade temporária das famílias e responsáveis de cumprirem seu papel de cuidar e proteger. Desse total, os indivíduos têm, em maioria, entre 12 e 15 anos, são negros, do gênero masculino e não estudam. A maior parte apresenta menos de 6 meses em regime de acolhimento institucional. O principal motivo de acolhimento, atualmente, é devido à negligência dos pais ou responsáveis, correspondendo a um percentual de 31,38% do total dos casos, seguido de situação de rua (14,37%). Abandono pelos pais ou responsáveis compreende o total de 7,18% e orfandade o total de 0,95%<sup>10</sup>. Do todo apresentado, 270 possuem irmãos e 151 possuem irmãos acolhidos. Em 2019, na cidade, o número de instituições era de 31.

As crianças e adolescentes podem chegar às instituições por diversos motivos, como citado, e de diferentes maneiras. Rizzini & Rizzini (2004) apresentam algumas delas: a) levados pelas famílias, quando não há condições de realizar os cuidados necessários; b) encaminhados pelo Juizado da infância e Juventude; c) por conta própria, quando buscam sozinhos o auxílio (em geral, casos de violência, risco de vida ou extrema pobreza); d) através de agentes, por determinação dos governos estaduais e municipais; e) encaminhados pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (vítimas de violência doméstica, abuso, exploração sexual e outros); f) encaminhados pela Delegacia Especializada de Criança e Adolescente (flagrados cometendo algum tipo de delito); g) encaminhados pelo Conselho Tutelar.

Em 2019, o Disque 100 recebeu 115.443 denúncias de negligência, seguida de violência psicológica e violência física, dentre as quais a mãe é enquadrada como a principal acusada, respondendo por 80.656 dos casos. O maior quantitativo de denúncias registradas é do grupo de violação a crianças e adolescentes, com o total

<sup>8</sup> Disponível em: < [http://mca.mp.rj.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/todos\\_os\\_municipios\\_2019\\_2.pdf.pdf](http://mca.mp.rj.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/todos_os_municipios_2019_2.pdf.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2020.

<sup>9</sup> O MCA é um sistema destinado a atender todos os órgãos da rede de proteção da criança e do adolescente envolvidos com as medidas de acolhimento, que podem trabalhar integrados online pela busca do direito à convivência familiar.

Disponível em: <[http://mca.mp.rj.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/MCA\\_Objetoivo.pdf](http://mca.mp.rj.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/MCA_Objetoivo.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2020.

<sup>10</sup> Vide nota 8.

de 86.837. Dentre os estados brasileiros com maior número estão São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, este último com 17.499 denúncias.<sup>11</sup>

### 2.3.3

#### O acolhimento institucional

Atualmente, existem diferentes tipos de instituições que abrigam crianças e adolescentes no Brasil, públicas e privadas. As primeiras estão associadas a programas municipais e estaduais; as segundas estão relacionadas às instituições religiosas e organizações não-governamentais, as quais recebem recursos públicos para desenvolver as atividades.

A oferta de acolhimento ocorre de maneira regionalizada, isto é, não há uma política pública comum a todos os estados brasileiros. É facultativo aos estados a organização, estruturação, coordenação e oferta dos serviços de acolhimento. A organização dos diferentes serviços de acolhimento busca atender às demandas das crianças e adolescentes. A partir de uma análise da situação familiar e do perfil de cada criança ou adolescente (idade, histórico de vida, aspectos socioculturais, motivos de acolhimento, situação familiar, previsão de tempo de acolhimento, condições emocionais, vínculos familiares, histórico de uso ou dependência de álcool ou outras drogas, entre outros), é estabelecido o serviço que melhor atende às necessidades. O Brasil conta com um documento chamado “Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, no qual são apresentadas diretrizes para a organização dos serviços de acolhimento e das Repúblicas para jovens. Em todos os acolhimentos, o público-alvo são crianças e adolescentes de 0 a 18 anos que estão em medida protetiva, conforme art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>12</sup>. As modalidades de caráter excepcional e provisório que existem atualmente para o acolhimento de crianças e adolescentes são<sup>13</sup>:

---

<sup>11</sup> Disponível em: <[https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/ouvidoria/Disque100Relatorio\\_Crianaeadolescentes.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/ouvidoria/Disque100Relatorio_Crianaeadolescentes.pdf)>. Acesso em: 16 de ago. 2020.

<sup>12</sup> Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

<sup>13</sup> Informações obtidas através de: Orientações Técnicas- Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2009. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2020.

I- **Abrigo:** acolhimento provisório com capacidade máxima para 20 crianças e adolescentes por unidade. O local deve ter aspecto semelhante ao de uma residência, estar inserido em áreas residenciais e utilizar equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. Deve oferecer atendimento personalizado e favorecer o convívio familiar e comunitário da criança e do adolescente atendido.

Os educadores/cuidadores devem trabalhar em turnos fixos diários, de modo que desenvolvam sempre determinadas tarefas da rotina. Em caso de organizações não-governamentais, a equipe deve pertencer ao quadro pessoal da entidade e, em raros casos, estar vinculada ao órgão gestor da assistência social ou outro órgão público ou privado, sendo exclusivamente destinada para esse fim. A equipe profissional mínima exigida é composta por: **1 coordenador** (nível superior); **2 profissionais de equipe técnica** (nível superior); **1 educador/cuidador** (nível médio e capacitação específica), para cada 10 atendidos/por turno; e **1 auxiliar de educador/cuidador** (nível fundamental e capacitação específica), para cada 10 atendidos/por turno.

II- **Casa-lar:** acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais. Deve ter padrão socioeconômico similar ao da comunidade local, com capacidade máxima para 10 crianças e adolescentes por unidades. Pelo menos uma pessoa ou casal deve trabalhar como educador/cuidador residente em uma casa que não é a sua, prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar<sup>14</sup>. Deve oferecer atendimento personalizado e favorecer o convívio familiar e comunitário da criança e adolescente atendido.

Os educadores/cuidadores devem trabalhar, preferencialmente, em turnos fixos diários, de modo que o mesmo profissional sempre desenvolva determinadas tarefas da rotina diária. Em caso de organizações não-governamentais, a equipe deve pertencer ao quadro pessoal da entidade e em raros casos, estar vinculada ao órgão gestor da assistência social ou outro órgão público ou privado, sendo exclusivamente destinada para esse fim. A equipe profissional mínima exigida é composta por: **1 coordenador** (nível superior); **2 profissionais de equipe técnica** (nível superior); **1 educador/cuidador residente** (nível médio, capacitação específica e trabalha e reside na casa-lar), para cada 10 atendidos/ turno; e **1**

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/servicos-de-acolhimento-para-criancas-adolescentes-e-jovens>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

**auxiliar de educador/cuidador** (nível fundamental e capacitação específica), para cada 10 atendidos/ turno.

**III- Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora:** diferentemente da adoção, permite que famílias e casais cadastrados acolham crianças e adolescentes em suas residências, mantendo o caráter provisório e excepcional do acolhimento. Promove o atendimento em ambiente familiar e garante a convivência comunitária, permitindo a socialização da criança e do adolescente.

Cada família acolhedora só pode acolher uma criança ou adolescente por vez, exceto no caso de grupo de irmãos, cabendo à avaliação técnica determinar se o acolhimento em família acolhedora é o melhor caminho. As famílias são selecionadas, capacitadas e acompanhadas pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento. O acolhimento é feito por meio de guarda provisória.

A equipe profissional mínima exigida é: **1 coordenador** (nível superior) e **2 profissionais de equipe técnica** (nível superior) para cada 15 famílias de origem e 15 acolhedoras. Os profissionais envolvidos são responsáveis por toda a preparação das famílias e crianças e adolescente para o encaminhamento, realizando acompanhamento psicossocial do atendido, da família acolhedora, da família de origem e da rede social de apoio.

Todas as crianças acolhidas, independentemente da modalidade em que estão inscritas, devem estar matriculadas em uma instituição de ensino. A escolarização é um direito das crianças e dos adolescentes que deve ser garantido sempre. Ao ingressarem ou reingressarem (no caso de saída e eventual retorno ao acolhimento), os acolhidos devem ser encaminhados para a escola para iniciarem ou darem continuidade nos estudos. Em geral, a matrícula ocorre na rede municipal e estadual de acordo com a localização do público.

Há ainda uma modalidade de acolhimento destinada a jovens entre 18 e 21 anos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e que não possuam meios de autossustento; que estejam em processo de desligamento de instituições de acolhimento e que não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta, chamada república. O foco é atender aqueles que, ao completar a maioridade e recém-desligados do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, ainda não conquistaram a autonomia; porém, o serviço se estende a outros jovens necessitados também.

IV- **República:** com estrutura de uma residência privada, o serviço de acolhimento recebe jovens em situação de vulnerabilidade, oferecendo apoio e moradia. O local deve receber supervisão técnica e ser localizado em uma área de residência da cidade, seguindo o padrão socioeconômico da comunidade em que está inserido, sem distanciar-se das condições da comunidade de origem dos atendidos. Possui tempo limitado de permanência, podendo ser reavaliado e prorrogado de acordo com o projeto individual formulado em conjunto com o profissional de referência. O número máximo não deve ultrapassar o de 6 jovens por local.

As repúblicas são organizadas em unidades femininas e masculinas. Conforme demanda local, deve-se considerar a perspectiva de gênero no planejamento político-pedagógico do serviço. Os custos da locação do imóvel, no caso de alugado, e das tarifas devem ser subsidiados e, gradativamente, assumidos pelos jovens. As demais despesas podem ser divididas entre os moradores, com subsídios quando necessário. Antes da inclusão de novos membros, deve haver uma preparação, por parte da equipe técnica, do novo integrante e dos demais moradores da república para facilitar a integração.

A equipe profissional é responsável pela orientação e encaminhamentos dos jovens para outros serviços, programas ou benefícios da rede socioassistencial e das demais políticas públicas, auxiliando na inserção no mercado de trabalho, na busca por habitação própria e inclusão produtiva. O apoio técnico é, ainda, responsável pelo incentivo na construção de projetos de vida e criação de vínculos comunitários. A equipe profissional mínima é composta por: **1 coordenador** (nível superior) e **2 profissionais técnicos** (nível superior), para cada 24 jovens, em até 4 unidades diferentes.

Conforme previsto nas Orientações Técnicas, em todas as modalidades, são evitados especializações e atendimento exclusivos, tais como faixas etárias estreitas, determinação de atendimento por sexo, atender exclusivamente ou não atender crianças e adolescente com deficiência ou que vivam com HIV/AIDS. A rede de serviço deve ser articulada para promover os recursos, inclusive capacitação específica dos cuidadores. O atendimento especializado, quando necessário, não deve prejudicar o convívio de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco nem ser motivo de discriminação ou segregação.

Segundo os parâmetros estabelecidos pela NOB-RH/SUAS<sup>15</sup>(2011), a equipe técnica do serviço de acolhimento, em todas as suas modalidades, deve ter em sua composição psicólogo e assistente social. Cada profissional é responsável por determinadas atividades a serem desenvolvidas, considerando a formação e o benefício das crianças e adolescentes atendidos. Além das especificações técnicas, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009) também explicitava a estrutura física dos locais de acolhimento, estabelecendo recursos mínimos e condições ideais, como, por exemplo, quantidade de lavatórios, sanitários e chuveiro por atendidos.

É importante ressaltar que não se deve confundir o acolhimento institucional com a aplicação de medidas socioeducativas. Estas também são apresentadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, porém referem-se aos menores que praticaram ato infracional, sendo necessária a intervenção das autoridades competentes para a aplicação das medidas corretivas educacionais e sociais.

---

<sup>15</sup> Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social.

### 3

## Narrativas

Neste capítulo, faço uma revisão bibliográfica do arcabouço teórico que fundamenta a análise dos dados gerados na pesquisa. Inicialmente, é realizada uma apresentação do modelo laboviano (1972), dito como modelo canônico e pioneiro na Análise de Narrativa, o qual fornece importantes contribuições para a compreensão da estrutura da narrativa. Estabeleço, ainda, a releitura do modelo a partir de outros autores, ampliando, desse modo, a sua aplicação. Posteriormente, apresento as contribuições de Linde (1993) sobre história de vida, que aborda a questão da unidade e das conexões nas histórias contadas por um indivíduo ao longo de sua vida. Em seguida, estabeleço a relação entre narrativa e identidade, considerando o ato de narrar como uma poderosa forma de apresentação do “eu”. Apresento, ainda, a narrativa de estratégia, fundamental para a definição e a delimitação do termo resistência (Ewick & Silbey, 2003; Foucault, 1979; e Castells, 1999), o qual está estritamente relacionado com agência (Duranti, 2004; Ahrean, 2000). A partir do estudo bibliográfico, reelaborei e demarco as margens de aplicação do conceito, dando foco à resistência como um ato de ação, oposição e sobrevivência diante do poder dominante.

### 3.1

#### As contribuições de Labov e uma revisão do modelo canônico

Introdutores do modelo clássico, Labov & Waletzky (1967) e Labov (1972) são referências na Análise da Narrativa. Para os autores, a narrativa é definida como uma forma de recapitular as experiências passadas a partir da articulação das orações. A partir de sequências verbais e de eventos, cronologicamente organizados, os indivíduos constroem discursivamente as histórias. Labov introduz o modelo clássico da narrativa, entretanto, acaba por não contemplar formulações menos prototípicas de narrativas, como afirmam Bastos & Biar (2015); por isso, a necessidade de rever a definição e estrutura propostas.

Labov & Waletzky (1967) propõem como modelo canônico uma estrutura de narrativa bem definida, com componentes obrigatórios e optativos. Para os autores, alguns aspectos são necessários para que um discurso se caracterize como narrativa, devendo esta referir-se a um acontecimento passado específico, ser estruturada numa sequência temporal, ter um ponto e ser contável. A **sequência temporal** é o que garante que a história está narrada cronologicamente e localizada no tempo passado. O **ponto** é a razão de ser da narrativa, isto é, o motivo pelo qual é contada determinada história no contexto específico que a inscreve. Trata-se da mensagem central. A narrativa deve ser **contável**, ou seja, deve fazer referência a algo extraordinário. É preciso, ainda, articular **credibilidade** e **reportabilidade** (Labov, 1997). O narrador deve fornecer ao ouvinte evidências da credibilidade do que reporta.

O modelo laboviano (1972), apesar de clássico, já foi revisto por outros autores. Considera-se, atualmente, que o modelo não abrange uma maior variedade de narrativas, classificadas como não-canônicas, principalmente aquelas que não apresentam verbos no tempo passado. Labov (1972) considera a narrativa autônoma. Entretanto, a narrativa inscrita em uma interação, como é o caso das apresentadas neste trabalho, está sujeita a sofrer interrupções, avaliações e coconstruções, o que pode culminar em variações temporais, podendo não somente abranger verbos no passado, mas também no futuro. Bastos (2005), por exemplo, considera que as narrativas podem remeter a eventos passados, futuros ou hipotéticos, diferentemente de Labov. Apesar das revisões elaboradas, compreender o autor torna-se fundamental para adentrar e entender nos estudos de narrativa.

Labov considera a **ação complicadora** como único componente obrigatório. Trata-se, efetivamente, das orações narrativas, do momento em que o narrador apresenta a sequência temporal de orações narrativas, passando a contar o que aconteceu. Sem ela não há narrativa. O evento é narrado dentro de uma ordem temporal e cronológica com verbos ordenados no passado, com pelo menos duas orações remetendo a um evento ocorrido.

Os demais componentes apresentados são considerados não obrigatórios, sendo eles: resumo, orientação, avaliação, resolução e coda. O resumo consiste em uma breve introdução do que será apresentado e comumente ocorre antes do início da história em si. Trata-se de uma exposição do assunto e do motivo da narração. Após isso, pode ocorrer a orientação, que serve como contextualização dos

acontecimentos com informações detalhadas sobre a identificação dos personagens, tempo, lugar e atividades narradas. A avaliação é apontada como um elemento de fundamental importância, considerando que ela carrega informações sobre a carga dramática e a razão de ser da narrativa, isto é, o ponto. O autor destaca dois tipos: avaliação externa (o narrador suspende o fluxo da narrativa e diz diretamente para o ouvinte a sua avaliação) ou avaliação encaixada (o narrador utiliza recursos discursivos, como intensificadores, sem interromper a história para expressar-se). A resolução surge quando o narrador utiliza recursos de finalização, dando sinais do término da narrativa. E, por fim, o narrador pode utilizar a coda indicando, de fato, o fim da narrativa, fazendo com que o ouvinte se sinta convidado para colaborar com algo relevante ao que foi narrado, ou com o próprio narrador fazendo uma avaliação do que foi dito e retomando a conversa.

As narrativas canônicas, dessa forma, são assim classificadas quando apresentam todos os elementos labovianos na sua estrutura (resumo, orientação, ação complicadora, resultado e coda). Outros autores, entretanto, consideram que muitas histórias não seguem integralmente essa estrutura e mesmo assim podem ser classificadas como narrativas, ampliando a análise para outras estruturas e contextos interacionais (Bamberg & Georgakopoulou, 2008; Mishler, 1986; Bruner, 1997 [1990]; Bastos & Biar, 2015). O modelo laboviano é visto como limitado, dada a prevalência no interesse pelas correlações entre categorias linguísticas e sociais em detrimento da construção de sentido, da interação e das relações micro-macro, o que não propicia uma compreensão adequada do uso da linguagem (Bastos & Fabrício, 2009).

Dessa forma, o modelo canônico é ampliado, abrangendo outras formas de narrar existentes e aceitando diversas formas de estruturação. Bamberg & Georgakopoulou (2008), por exemplo, utilizam o termo “pequenas histórias” para referir-se a narrativas de eventos em andamento, eventos futuros ou hipotéticos e eventos compartilhados, indo além do modelo canônico proposto por Labov (1972). É importante ressaltar ainda que, apesar da necessidade de ordenação temporal proposta por Labov, Mishler (2002) resalta que a vida real não é organizada de forma linear e isso pode se refletir nas narrativas.

Para as narrativas analisadas neste trabalho, foram consideradas as sequências cronologicamente ordenadas no passado, porém sem preocupação com a construção no tempo pretérito perfeito. É comum os narradores apresentarem as

ações complicadoras como hábitos do passado para narrar eventos excepcionais. Tal fato pode ser explicado pelo longo período de vivência em instituições de acolhimento e pela recorrência de fatos semelhantes ao longo da vida. As histórias não se apresentam de acordo com o modelo canônico, como proposto por Labov, porém elementos como avaliação e orientação são recorrentes em sua maioria, dado que, em especial, a pesquisadora-participante não compartilhava as referências conhecidas pelos demais participantes, o que reforça a contribuição do autor para o estudo da narrativa.

### 3.1.2

#### **Linde: histórias de vida**

Charlotte Linde (1993) apresenta importantes contribuições para os estudos da análise de narrativa com as chamadas “histórias de vida”. Para a autora, os indivíduos têm história de vida e isso faz parte da nossa cultura. Expressarmos nosso self, quem somos e como chegamos onde chegamos faz parte de uma unidade oral descontínua compartilhada entre pessoas, sujeita a mudanças e revisões a cada narração, determinada pela relação dos participantes com a interação e com as expectativas. Trata-se de um modelo de comunicar aos outros como queremos ser identificados.

Uma história de vida é caracterizada por dois critérios específicos: **ponto de avaliação** (a narrativa deve apresentar alguma coisa sobre o caráter do narrador, sobre que tipo de pessoa que o narrador é) e **reportabilidade** (deve ter uma duração maior, ser narrada por mais tempo que outras; tem uma referência extraordinária). Essas características se assemelham com o pensamento de Labov (1972), autor que Linde utiliza como base para definição do seu conceito.

O conceito serve como modelo para uma análise linguística unificada, que parte do nível individual de construção de frases, passa pelo processo de negociação social de narrativas e atinge o nível social de sistemas de crenças, de sua história e de seus efeitos na construção dessas narrativas. Vale ressaltar que a autora não se refere exclusivamente a um subconjunto específico de histórias, mas também inclui as conexões criadas dentro de cada narrativa e entre elas, garantindo a reportabilidade e a relevância. Por seu caráter de temporalidade descontínua, a história de vida pode estar incompleta e, constantemente, sofrer acréscimo de novas

histórias no repertório, seguindo uma relação temática e garantindo a coerência. Ela pode ser contada em momentos variados e para pessoas diferentes, sendo impossível contá-la completamente na sua integralidade.

É importante, ainda, observar que a história de vida não é construída sozinha, devendo ser levado em consideração o grupo de interlocutores envolvidos na interação e no compartilhamento. O grau de intimidade pode determinar a quantidade de informações e detalhes a serem contados. Ao negociar a permissão para contar uma história, os demais participantes da interação podem contribuir com perguntas, comentários, entre outros, mas o curso narrativo não deve ser alterado até o seu término. Dessa forma, os interlocutores participam e influenciam na história narrada.

Em relação ao texto narrativo, Linde (1993) chama de **coerência** a propriedade que relaciona as partes entre si, também associada à condição de verdade dos fatos narrados. A temporalidade atua na construção da coerência no que tange à estrutura linguística. A autora afirma que é necessária uma cooperação entre narrador e ouvinte para a construção da coerência e que as construções podem divergir entre narrador e ouvinte. A autora destaca a **causalidade** e **continuidade** que permitem que a narrativa seja construída de maneira coerente e seja aceita pelo ouvinte e pelo narrador. No caso de descontinuidade, é necessário que o narrador apresente uma avaliação ou explicação para tal. E em geral, os participantes tendem a executar um trabalho de retomada do ponto de interrupção (Linde, 1993).

Linde apresenta, ainda, duas contribuições importantes para os estudos da narrativa. Segundo a autora, apesar de haver poucos estudos sobre a idade em que a história de vida começa a se desenvolver, o início da adolescência é apresentado como um potencial candidato, por conta da construção da noção de identidade social que começa a ser desenvolvida nessa fase. Essa concepção vai diretamente ao encontro dos dados apresentados neste trabalho. Apesar de as memórias e das narrativas se iniciarem na tenra infância, as primeiras histórias são apontadas como marco da construção da identidade social, da noção dos maus-tratos e do início da resistência. Outro ponto da autora é a condição de veracidade dos fatos narrados, também relacionado à coerência. Para Linde (1993), não deve haver preocupação com a real ocorrência dos eventos nem com a sua precisão. O foco deve recair sobre o processo de construção narrativa, apresentando os eventos como ocorridos e preocupando-se com a sua exposição de forma coerente.

Os irmãos e a mãe afetiva que passaram pela experiência do acolhimento institucional narram suas histórias de vida de forma entrelaçada. Em sua maioria, as narrativas apresentadas são compartilhadas pela grande maioria dos participantes, porém é interessante observar que cada um mantém sua individualidade, memória e ponto de vista, o que favorece e enriquece a coconstrução narrativa. As histórias contadas são encadeadas de forma a transparecer a identidade e história de vida de cada um, colaborando com a construção dos sujeitos.

As narrativas nas instituições de acolhimento fazem parte da história de vida dos participantes. Por terem passado grande parte da infância e toda a adolescência nestes locais, é comum o uso do pretérito imperfeito, apresentando as ações como hábitos do passado, mesmo quando se trata de casos excepcionais. Em muitos casos, as narrativas não apresentam início e término bem delimitados, dada a relação entre as histórias e alguma possível intervenção ocasionada por algum participante. Entretanto, todas apresentam coerência e relação de causalidade. Os entrevistados elaboram uma espécie de linha do tempo, selecionando e narrando os acontecimentos marcantes ao longo de toda a trajetória de vida.

### **3.1.3 Narrativa, identidade e interação**

Nos estudos de narrativa, a questão da identidade tem sido um tema recorrente. Considera-se que a construção de identidade é intencionalmente coconstruída com o outro, sendo produzida no texto e na fala (Benwell, 2010). Trata-se de uma visão construcionista, que vai em oposição à visão essencialista, concebendo a identidade com uma natureza fragmentada, não homogênea e em fluxo (Moita Lopes, 2001). É um processo, algo que emerge na interação (De Fina, Schiffrin & Bamberg, 2006).

As narrativas são uma forma de organizar o discurso e a experiência (Bruner, 1997 [1990]), e, na sua estruturação, seja na sequência de ações ou no posicionamento diante de cenários, personagem e ações, o participante da interação sinaliza quem é (Bastos, 2008). O uso da linguagem está no centro da vida social e é com ela que conseguimos realizar a interação social, expondo nossos posicionamentos, por exemplo. A linguagem, nesse viés, molda a sociedade, não só

a reflete. Observar a língua permite um maior entendimento da sociedade. A partir da análise de narrativa, desse modo, é possível compreender como os outros coconstruem as identidades e a ordem social que os cerca (Bastos, 2005), entendendo os discursos como um produto da interação.

As identidades não estão prontas e fixas nos discursos, elas são construídas de forma múltipla nos diferentes discursos, práticas e posições (Moita Lopes, 2003). Essa visão socioconstrucionista da identidade está pautada na sua natureza social fragmentada, na possibilidade de existência de identidades contraditórias coexistirem na mesma pessoa e no constante fluxo que as identidades passam, sendo construídas e reconstruídas (Moita Lopes, 2001). Considera-se que, ao narrar, os indivíduos revelam algumas características de como querem ser interpretados e adequam e selecionam as histórias e suas apresentações de acordo com os diferentes contextos (Benwell, 2010), variando conforme o momento social, histórico e cultural que se encontram os participantes. A construção ocorre de forma interacional e coconstruída, por isso, é fundamental estudar as situações sociais (Goffman, 2002 [1964]). O contexto é importante para a expressão, negociação e permutação da identidade (De Fina & Bamberg, 2006). Dessa forma, considerar que a fala ocorre dentro de um contexto revela a importância de analisá-lo para a compreensão do que é dito. A fala é socialmente organizada e como tal deve ser entendida.

As identidades, desse modo, são como performances ou construções interpretadas por outras pessoas (Benwell, 2010). São ativas, dinâmicas e construídas no discurso. É possível, ainda, a existência de vários discursos de identidades, e seu estudo é uma forma de compreender os diferentes modos de viver o mundo social (Moita Lopes, 2001). Os indivíduos, ao falarem de si e de outros, se posicionam de forma a apresentar uma versão de si (Goffman, 2002 [1981]). Segundo Benwell (2010), as identidades são construídas nas histórias que contamos sobre nós mesmo. Como Bastos (2005) afirma, ao criarmos o universo narrativo, estamos mostrando quem somos ou algumas dimensões de quem somos. “As estórias estão nas mais diversas instâncias de nossas vidas e estudar essas estórias é uma forma de compreender a vida em sociedade.” (Bastos, 2005, p.74).

Bauman (2005) reforça a importância e a necessidade da consciência da instabilidade das questões de pertencimento e identidade. A ciência de que todos os

aspectos são negociáveis e revogáveis e de que existe o livre arbítrio, isto é, as escolhas do indivíduo são fatores cruciais para “pertencimento” e “identidade”. Ter uma identidade fixa e sólida seria, para o autor, uma repressão, uma limitação da liberdade de escolha. As narrativas, dessa forma, também auxiliam na construção de identidades de grupos. Ao narrar, os participantes (re)criam os eventos, o que auxilia na manutenção das identidades de grupo, fornecendo informações sobre quem somos e sobre quem são os outros (Bastos & Fabrício, 2009, p. 42).

Nas narrativas apresentadas, os jovens e sua mãe afetiva coconstroem suas identidades na interação da entrevista em grupo. É possível perceber a memória como elemento de recriação, manutenção e construção no processo identitário. Seus posicionamentos são trazidos à luz a partir das suas experiências pessoais, ditas como relevantes para compreender o micro e o social. Estudar o familiar é uma forma de ver as mudanças sociais como um resultado do acúmulo progressivo de decisões e interações sociais cotidianas.

É usual a atribuição de características entre os participantes, revelando a relação familiar, as formas de narração e apresentação da experiência. Entendo que, para uma compreensão mais ampla da construção da identidade, bem como da história de vida, é fundamental observar as narrativas desde a infância, que foi o ponto inicial da ida para o acolhimento, e perpassar toda a experiência nas instituições, até a saída definitiva.

Na interação social, os participantes fazem suas contribuições em turnos sequenciais, que podem assumir diversas organizações a depender da situação e dos envolvidos. Eles não são desconexos, pelo contrário, são sempre uma resposta, um complemento, uma observação, dentre outros, em relação ao que foi dito anteriormente. Há uma relação de sequência e pares. Para participar da interação, dessa forma, foi imprescindível que os ouvintes estivessem atentos à fala do falante para poder encontrar informações relevantes e continuar a conversa, seja para fomentar a discussão em pauta, seja para a troca de tópicos. Caso contrário, a comunicação acabaria. Ressalta-se que a organização de cada interação é definida pelos participantes, como afirma Psathas (1995).

#### **3.1.4**

#### **Narrativa de resistência**

O poder implica, necessariamente, uma dependência e uma relação dialógica entre, pelo menos, dois indivíduos. É produzido socialmente e está diretamente imbricado com conhecimento, concentrando saberes e discursos (Foucault, 1979). Os atos de resistência, por sua vez, surgem como reivindicações diante das restrições e injustiças produzidas pelo poder. Requerem uma consciência de ter menos poder na relação. Podem ocorrer de forma individual ou coletiva, de forma generalizada ou confinada localmente (Hollander & Einwohner, 2004). Nas narrativas de resistência, por sua vez, é comum, segundo Ewick & Silbey (2003), os narradores expressarem suas consciências da injustiça e das condições desfavoráveis e apresentarem suas transformações e vitórias morais, em uma relação de oposição ao hegemônico, ao macrossocial. Contar histórias de resistências, desse modo, é a principal maneira de difundir as consequências dos atos de resistência (Ewick & Silbey, 2003).

Segundo Foucault (1979), onde há poder, há resistência. O autor define poder como a capacidade de deliberar arbitrariamente, faculdade de exercer autoridade, a soberania e o império. Tem uma relação direta, ainda, com a capacidade de se realizar algo, aquilo que se “pode” ou que se tem o “poder”, sendo exercido pelo mais forte. Se existem estruturas de dominação e rigidez, é possível que surjam sujeitos conscientes das situações desiguais e que queiram romper ou reconstruir a ordenação social. Para tal, é necessário ter consciência das oportunidades e abertura na situação pela qual alguém pode intervir e mudar a situação (Ewick & Silbey, 2003). Restrições e autonomia se tornam claras, motivando as reivindicações por situações mais justas, diante, também, da consciência de oportunidade de interferência. “Por meio de envolvimento diários, os indivíduos identificam os pontos fracos e vulneráveis do poder institucionalizado” (Giannini, 2013).

Se o poder está relacionado com identidade, a resistência também está. Castells (1999, p.24) define a identidade de resistência como aquela “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação”. Dessa forma, os sujeitos resistem e sobrevivem em oposição à hegemonia da sociedade. Ao contar narrativas de resistência, os sujeitos recorrem a recursos linguísticos como forma de ação, resistência e sobrevivência, sendo assim a resistência coconstruída na interação e tendo a construção da identidade e do self como componentes fundamentais para a compreensão do

discurso social. Apesar do desejo de romper com o poder, as narrativas de resistência, não necessariamente, rompem-no; são, no entanto, fundamentais para a exposição da estrutural social (Ewick & Silbey, 2003).

As narrativas de resistência, desse modo, são compreendidas como aquelas histórias elaboradas individualmente ou em grupo que, discursiva e fisicamente, vão em oposição ao poder dominante (Hollander & Einwohner, 2004), seja ele micro ou macrossocial. Elas trazem uma relação de contraposição ao que está sendo apresentado como padrão. É preciso levar em consideração as interações dos participantes na coconstrução da história e na apresentação do autor, pois revelam o papel de agente ou paciente diante das ações dos outros indivíduos e discursos.

Além disso, as narrativas de resistência são repletas de ações encadeadas que buscam contornar as adversidades provocadas pelo poder e garantir mudança na situação pessoal e social dos indivíduos que resistem. Trata-se de uma microrresistência, isto é, algo localizado em um único sujeito ou em um pequeno grupo. As transformações se dão no nível micro e podem ou não ter reverberações no campo macro. A sua definição perpassa os indivíduos dotados de consciência das restrições implicadas pelo poder que buscam maneiras de resistir e reagir, opondo-se ao que é imposto.

#### **3.1.4.1**

##### **Estratégias de resistência: uma questão de agência**

O conceito de resistência está, também, relacionado à ideia de agência (Ahearn, 2000) e ação, elemento comum na definição do termo utilizado por diversos autores (Hollander & Einwohner, 2004), contrapondo-se a uma postura passiva. Envolve um comportamento ativo, seja verbal, cognitivo ou físico (Hollander & Einwohner, 2004). “A ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens” (Arendt, 2007 [1958], p. 189). É uma forma de desafiar as estruturas de poder empreendidas, marcando seu posicionamento. A agência envolve qualquer ato de fala e ação humana e tem consequências para os próprios agentes e para o outros (Duranti, 2004). Diante das ações, os indivíduos podem reagir de forma passiva ou ativa, desafiando ou mantendo as estruturas de poder. Trata-se de uma resistência a uma ordem social.

Algumas das estratégias apresentadas por Duranti (2004) para reconhecimento de agência são a presença de verbos de ação e a presença do sujeito nas frases. Entende-se que a agência pode ser atribuída ao próprio autor ou a outrem. Utiliza-se como base a ideia de que a construção do sujeito como agente, consciente ou inconscientemente, é um potencial indicador de tomada de ação e confronto com o poder, ou seja, uma estratégia de sobrevivência.

A partir das restrições sofridas e aplicadas por um poder dominante, o indivíduo pode utilizar a ação, isto é, a agência, como forma de resistir, indo contra ao que é imposto. Associe esses dois conceitos e movimentos como uma **estratégia de resistência**, compreendendo que um indivíduo, ao atuar em oposição ao poder dominante, dada a consciência da repressão, elabora uma forma de resistir que se configura como uma estratégia de resistência. As ações, desse modo, são fundamentais para a manutenção e permanência no meio social em que estão inscritos os sujeitos e garantem uma proteção em relação ao poder dominante, sendo ele micro ou macro, tendo efeito de alteração ou não sobre a realidade

Para compreender a estratégia de resistência, é preciso considerar e interpretar a situação em que ocorre, o poder ao qual se resiste, a posição de desfavorecimento e a necessidade de intenção das ações empreendidas. Ela pode aparecer tanto discursivamente, sendo possível a identificação dos elementos característicos da agência (como descrito anteriormente), como por meio das ações descritas e narradas. Os agentes e resistentes podem valer-se de diversos recursos, como educação, relações sociais e força física. Há ainda a possibilidade de “clamar por justiça, envolvendo avaliações de que o poder produziu restrições, oportunidades e situações injustas” (Giannini, 2013).

Neste trabalho, busco compreender como os autores se constroem diante do poder macro e micro, observando suas estratégias de resistência, apresentadas nas ações narradas e na construção do discurso. Ao narrar, os participantes expõem suas ações e atitudes diante do outro e linguisticamente apresentam seus posicionamentos. As estratégias de resistência são, em geral, desenvolvidas conjuntamente como forma de contrapor-se ao poder dominante. É possível perceber, nas histórias apresentadas, que os narradores têm consciência das atitudes prejudiciais e das condições desfavoráveis em que se encontravam, bem como dos seus impactos, e, a partir disso, elaboram formas de se opor às adversidades.

Vale ressaltar que, diante da resistência, é comum o poder dominante elaborar estratégias para garantir e manter a sua hegemonia e soberania. Práticas e táticas são elaboradas de forma a garantir o controle e minimizar as ações de oposição, algo que está presente, também, nos dados apresentados.

Nos dados a seguir, dois momentos são bem definidos e distintos. Na infância, os irmãos elaboravam estratégias de resistência contra o poder dominante da mãe biológica, em uma relação de resistência e sobrevivência aos maus-tratos. No acolhimento, a resistência se volta aos cuidadores, à rede de acolhimento, aos demais acolhidos no sistema e ao sistema jurídico. Nesse momento, além dos irmãos, é possível perceber a participação da mãe afetiva atuando com estratégias desenvolvidas em conjunto como forma de garantir melhores condições para a vivência nas instituições. É possível perceber que a resistência pode ou não provocar mudanças no micro e macrosocial, tal como é narrado pelos participantes da entrevista.

## Aspectos metodológicos

Neste capítulo, apresento os aspectos metodológicos que orientam esta pesquisa e a sua natureza qualitativa e interpretativa. Faço, também, uma explanação do caráter semiestruturado da entrevista realizada com os participantes. Posteriormente, apresento os entrevistados e suas relações, elaborando uma elucidação dos motivos pelos quais foram escolhidos para participar do trabalho. Caracterizo, ainda, a pesquisadora-participante, descrevendo aspectos importantes para a compreensão do ponto de vista adotado na análise. Por fim, realizo uma breve justificativa da escolha do tema e apresento os aspectos considerados na transcrição dos dados.

### 4.1

#### Natureza da pesquisa: qualitativa e interpretativa

Adoto o paradigma de pesquisa qualitativa de cunho interpretativo, a qual compreendo como “uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo” (Denzin & Lincoln, 2017, p. 17). Os objetos são estudados nos seus cenários naturais e, para compreendê-los, utilizo, além da entrevista, uma variedade de pesquisas e estudos já produzidos e publicados por outros autores, a fim de entender melhor a experiência de crianças e adolescentes no acolhimento institucional.

Dada a mesma natureza do observador/observado, e a fim de atenuar o paradoxo do observador (Labov, 1992), eu, pesquisadora, sou analisada como participante, sendo assim também interpretada na interação. Dessa forma, busco suavizar a relação de poder entre pesquisadora e pesquisado. Diante do envolvimento do observador com o objeto de estudo, neutralidade e imparcialidade não são componentes presentes, tornando inevitável o real distanciamento. Apesar disso, para manter o caráter científico, toda a análise é pautada em recursos teóricos

e metodológicos reconhecidos. A vida social é sempre interpretada por um determinado ponto de vista, entretanto, a ausência de distanciamento não constitui um impedimento ou desqualificador da pesquisa (Velho, 1978).

O interesse do estudo é conhecer e construir entendimentos da experiência em acolhimentos institucionais por meio da análise das narrativas de jovens que viveram nesses locais. Compreendo que a realidade não pode ser capturada plenamente (Denzin & Lincoln, 2017), por isso, é importante analisar os dados não como verdades absolutas, mas como pontos de vista, atentando-se, principalmente, para a sua construção na interação. As análises elaboradas não pretendem ser generalizações para possíveis replicações em todo ou qualquer contexto, nem se apresentam como soluções para um dado problema; elas têm caráter de verdades parciais. As interpretações proporcionadas são apenas uma das inúmeras possibilidades. Trata-se de uma pesquisa que analisa um cenário particular, o microsocial, por meio da análise interacional, entendendo que “trabalhar sobre as interações é *in fine* trabalhar sobre a sociedade inteira” (Winkin, 1998, p. 144). Apesar desse privilégio do micro, entende-se que compreendê-lo fornece importantes contribuições para a compreensão do macro, dada a interdependência dessas esferas. Desse modo, as narrativas apresentadas sobre o tema auxiliam no entendimento sobre a percepção da experiência no acolhimento institucional.

Os procedimentos metodológicos adotados consideraram a promoção de um ambiente confortável para que os participantes se sentissem convidados a contarem suas histórias. Reconhece-se que não há verdades absolutas, e os discursos e narrativas apresentados são analisados como situados e contextualizados no evento social da entrevista, englobando outros elementos que não somente a fala. O interesse recai sobre a (re)construção da experiência na interação, reconhecendo os limites situacionais da investigação (Denzin & Lincoln, 2017). A entrevista é entendida como uma forma de discurso (Mishler, 1986), que torna possível o acesso à sociedade e às identidades. Para fim de análise, o foco está na maneira como são apresentados os eventos narrados.

## 4.2

### A entrevista como procedimento metodológico

Utilizo a entrevista semiestruturada para a geração de dados. Esse procedimento metodológico se distancia da concepção tradicional que busca soluções a partir do modelo pergunta e resposta, em que o entrevistador determina o curso da interação e o entrevistado fornece as informações necessárias. Utilizo a abordagem de Mishler (1986), que propõe a entrevista como uma prática discursiva e de interação social entre duas ou mais pessoas. “O entrevistado não é visto como uma fonte de informações a serem objetivamente coletadas e analisadas, mas, antes, como alguém que co-constroi, com o entrevistador, o discurso produzido na situação de entrevista” (Bastos & Santos, 2013, p. 10).

Dado o caráter aberto da entrevista, o estudo busca proporcionar um espaço para a promoção de narrativas que possibilitem a compreensão da experiência em abrigos institucionais. Dessa forma, produz-se “conhecimento sobre as ações dos membros de uma espécie social que atuam em grupos sociais e em comunidade de práticas situadas” (Garcez, 2014, p. 260). A ausência da estrutura pergunta-resposta permite que os participantes conduzam a entrevista de acordo com a interação, sem roteiro pré-determinado. Esse caráter permite turnos mais longos de falas, o que favorece a elaboração das histórias e, por conseguinte, a análise das narrativas.

Com um modelo colaborativo, é possível construir e compartilhar entendimentos e reduzir a relação hierárquica entre entrevistador e entrevistado, promovendo uma relação de igualdade e harmonia entre os participantes. Isso auxilia na construção de um ambiente em que os envolvidos queiram partilhar informações e auxiliar na coconstrução dos sentidos. Como os dados são as narrativas produzidas, o modelo aberto de entrevista mostra-se mais propício para a geração de histórias, dado que turnos maiores são concedidos. Além disso, essa metodologia tende a deixar os participantes mais confortáveis, cientes de que não precisam fornecer respostas e verdades absolutas. A estrutura tradicional da entrevista revela-se, dessa forma, menos atraente para a elaboração de narrativas do que a participação atenta (e com reações) do entrevistador (Mishler, 1986).

Como dito anteriormente, a pesquisadora é analisada como participante da pesquisa, o que auxilia na compreensão da construção dos discursos e da interação entre os participantes, com a percepção de como ocorre a coconstrução dos significados na prática. Dessa forma, a abordagem estrutural e interacional da narrativa na perspectiva discursiva, de forma articulada, é analisada (Bastos e Biar, 2015). É possível perceber pedidos de esclarecimentos e questionamentos ao longo

da entrevista, o que favorece o entendimento e o compartilhamento dos significados. Através do engajamento do ouvinte, por meio de perguntas de esclarecimento, comentários e reações emocionais, é possível perceber o seu envolvimento (Bastos, 2004).

Para que a entrevista semiestruturada ocorra de maneira adequada, é interessante e fundamental informar aos participantes o caráter da entrevista que se seguirá, rompendo com uma possível expectativa de entrevista nos moldes tradicionais. O entrevistador é o responsável por criar o ambiente necessário, revelando a possibilidade constante de troca de turnos e a ausência de expectativa de respostas certas ou verdadeiras. Esse objetivo pode ser alcançado a partir da condução da entrevista com base em uma lista de tópicos, ao invés de perguntas previamente formuladas, em uma ordem fechada, e uma redução da participação do entrevistador.

Parto da concepção de que a entrevista é um evento interacional no qual as pessoas produzem identidades sociais, sendo passíveis, desse modo, de análise. Ao selecionar e construir a narrativa, é possível perceber como a situação da entrevista está sendo interpretada (Jovchelovitch & Bauer, 2001). Trata-se de um evento social, local e situado, no qual entrevistado e entrevistador coconstroem narrativas (Mishler, 1986). Ao narrar histórias, os participantes fazem referência a estruturas socioculturais mais amplas (Bastos & Santos, 2013), permitindo uma compreensão mais abrangente da sociedade na qual estamos inseridos. Dessa forma, a entrevista é entendida como uma situação social passível de geração de dados, tornando a fala e interação objetos de estudo adequados para os propósitos estabelecidos da pesquisa.

Na entrevista apresentada, a minha interação como pesquisadora-participante ocorre de forma a tentar romper com o modelo tradicional de entrevista e promover uma interação de estímulo à produção de narrativa, concedendo turnos de fala maiores e poucas interrupções. A condução da entrevista é, majoritariamente, dos demais participantes, os quais, indiretamente, abordam todos os tópicos que haviam sido previamente planejados, sem necessidade de levantá-los em forma de questionamento explícito. Como pesquisadora, não interagi com os participantes de antemão, exceto com Fabiane (mãe afetiva), com quem agendei a entrevista. Dada a pouca diferença etária entre os irmãos e eu, por volta dos 20 anos, é possível perceber uma proximidade linguística em relação ao uso de

formulações de uma mesma variante de faixa etária, o que pode ter funcionado numa mitigação do papel de entrevistadora para promoção da interação e das narrativas. É importante salientar que as falas ocorrem em uma situação social e, como tal, devem ser estudadas junto a uma análise do comportamento de quem fala e dos que estão na presença um do outro (Goffman, 2002 [1964]).

As perguntas formuladas ao longo da entrevista foram geradas durante a interação e de acordo com o que foi dito anteriormente, o que revela a sequencialidade e a coerência da coconstrução. Os questionamentos que surgiram levaram em conta a interação e a necessidade de pedidos de mais explicações para contextualização.

A questão norteadora e “gatilho” da entrevista foi “como foi a experiência de vocês no acolhimento?”. A partir dela, os participantes selecionaram, organizaram e criaram as conexões das narrativas que compõem as suas histórias de vida (Linde, 1972). A pergunta aberta possibilitou um turno maior para a elaboração da narrativa, condição importante e necessária para o surgimento de histórias. É importante compreender se tal questionamento, bem como os demais levantados ao longo da entrevista, auxiliaram na construção de significados e no fornecimento de informações ou se restringiram e mitigaram a participação dos integrantes. Dado o caráter espontâneo das perguntas, pode-se conceber que elas estão carregadas de subjetividades, o que revela o envolvimento da participante.

### 4.3

#### **Os participantes da pesquisa**

Apresento, a seguir, os participantes da pesquisa. As informações foram fornecidas pelos entrevistados ao longo da entrevista e são aqui colocadas como um resumo contextual para o conhecimento e delimitação do perfil dos colaboradores do estudo. Como dito anteriormente, a pesquisadora é analisada como participante e é introduzida nesta seção. Além do contexto sociocultural, as informações sobre a observadora fornecem informações para a compreensão do ponto de vista adotado na análise. Ao final da apresentação de cada um, explícito a relevância de suas participações e os motivos pelos quais foram escolhidos para participar.

### 4.3.1

#### Os irmãos

Os participantes foco da entrevista são três irmãos que passaram pelo acolhimento institucional durante a infância e a adolescência, até atingirem a maioridade. Jonas, Júlio César e Joaquim (nomes fictícios), negros, cresceram em uma família humilde em uma comunidade do Rio de Janeiro. Os irmãos narram que, na infância, sofreram maus-tratos pela mãe biológica, sendo deixados presos em um quarto da casa, sem acesso aos demais cômodos, inclusive ao banheiro. No pequeno local, eles realizavam as refeições (distribuídas em pequenas quantidades em um tabuleiro com 3 garfos para que pudessem consumir), as necessidades fisiológicas e descansavam. Na residência, além das 3 crianças e da mãe, moravam o padrasto, chamado na entrevista de pai, e o filho dele.

Os irmãos, com diferença de idade de um ano, sendo o mais velho Jonas e o mais novo Joaquim, também relatam que só iam para a escola quando a mãe deixava. Ela também, eventualmente, permitia alguns momentos de lazer ao ar livre, como soltar pipa, para que a vizinhança não suspeitasse dos maus-tratos e da reclusão social. Sempre que tinham a oportunidade, tentavam fugir da situação em que viviam, mas sempre sem sucesso, sendo encontrados por algum vizinho ou parente que os levava de volta para casa. Os irmãos contam que as fugas não aconteciam por consciência das condições desfavoráveis em que viviam, mas como uma travessura infantil. Como eles não conheciam outra realidade, aquela, na qual estavam inseridos, era a sua “normalidade”.

Em um determinado dia, a mãe biológica levou as três crianças para a Central de Acolhimento de Crianças e Adolescentes na cidade do Rio de Janeiro. Os irmãos não se recordam da idade precisamente, mas Jonas orienta temporalmente a narrativa no período dos seus 8 anos de idade. Diante do sumiço da responsável, os irmãos foram deixados com os assistentes sociais, que imediatamente começaram a procurar um local para acolhê-los. A partir desse dia, eles passaram por diversas instituições e casas-lares da cidade e do município do Rio, sem nunca serem adotados, apesar de terem passado pelo processo de adoção. As transferências de instituições aconteceram de acordo com a faixa etária e nem

sempre ocorreram simultaneamente, o que fez os irmãos ficarem, em alguns períodos, separados e sem contato.

Joaquim conheceu Fabiane em uma das escolas municipais em que estudou e na qual ela era professora. Ele a convidou para ir até o local em que estava sendo acolhido no momento, e lá ela conheceu os seus irmãos. A partir desse dia, ela e outra amiga passaram a visitá-los sempre que possível, levando recursos básicos para a instituição e para os demais acolhidos, como doações de brinquedos, roupas e produtos de higiene, que conseguiam por meio de campanhas realizadas com familiares e amigos do trabalho. Depois de um determinado período, apenas Fabiane seguiu acompanhando os irmãos, e as campanhas de doações se tornaram reduzidas. Os produtos e demais recursos levados passaram a ser por conta exclusiva de Fabiane.

Durante o processo de acolhimento, como recomenda a legislação, a justiça tentou a aproximação dos irmãos com a família biológica. Por meio dessas tentativas, eles puderam ter contato com avó, irmã, pai e tio. Apesar disso, a guarda nunca foi concedida para nenhum responsável da família biológica. Depois de um tempo e de desentendimentos, o contato foi reduzido, conforme narram os irmãos.

Fabiane nunca entrou com processo legal de adoção. Apesar do desejo, ela narra que seu marido, na época, não queria, então ela acabou não iniciando o processo. Ainda assim, esteve presente ao longo de toda a trajetória dos irmãos, inclusive levando-os, aos finais de semana, para a sua casa e participando de algumas audiências da justiça de acompanhamento das condições de vida dos menores na época. Os irmãos, habitualmente, chamam-na de “tia”, porém consideram-na como mãe. Tal informação foi compartilhada por eles ao final da entrevista.

Jonas foi o primeiro dos irmãos a sair do acolhimento, dada a chegada à maioridade. Ele contou com a ajuda de Fabiane e de outra amiga, inicialmente, para poder fixar residência. Com moradia estabelecida e trabalho registrado, ele conseguiu pegar a guarda provisória de Júlio César e, posteriormente, de Joaquim, até os irmãos atingirem a maioridade e se desligarem completamente do sistema.

Considera-se que, para esta pesquisa, os irmãos têm importantes e valiosas observações sobre os anos em que passaram pelo acolhimento, narrando suas experiências sobre a rotina, relações interpessoais nesse ambiente e estratégias de sobrevivência. Os diferentes pontos de vista de uma mesma situação, bem como os

complementares, são interessantes percepções e formas de construção de narrativas. Além disso, por terem passado por instituições diferentes, é possível ter acesso a uma diversidade de experiências.

### 4.3.2

#### A mãe afetiva

Fabiane, branca, é professora do município do Rio de Janeiro. Em uma das escolas onde lecionava, ela conheceu o Joaquim. Foi por meio dele que conheceu os demais irmãos e passou a se envolver com a rede de acolhimento. Ao longo dos anos, os irmãos foram transferidos para diferentes lugares, nem sempre todos juntos, e ela sempre acompanhou os deslocamentos, tendo, em muitos casos, que descobrir onde os jovens estavam, pois essa informação era omitida ou perdida pelos órgãos e responsáveis competentes.

Ao conhecer os irmãos, ela, juntamente com outra amiga, começou a visitar a instituição e a levar doações. Elas realizavam arrecadações nas escolas em que lecionavam, entre amigos e familiares. Mesmo após a desistência das atividades voluntárias por parte da amiga, Fabiane manteve as visitas nos locais de acolhimento e seguiu auxiliando os irmãos com recursos de necessidades básicas e outros produtos para entretenimento. Ao longo do tempo, ela levou familiares, incluindo seus pais e marido, para conhecerem os irmãos. Em muitos fins de semana e datas comemorativas, os irmãos e Fabiane se reuniram fora das instituições de acolhimento, fortalecendo os laços e se constituindo como família. Vale ressaltar que, apesar das tentativas da justiça de aproximação dos irmãos com a família biológica, Fabiane nunca conheceu nem teve contato com os familiares dos filhos.

Um pouco antes da maioridade de Jonas, Fabiane engravidou, o que a impossibilitou de manter a regularidade das visitas às instituições; porém, o contato sempre foi mantido. Com a saída de Jonas do acolhimento, apesar das dificuldades, Fabiane conseguiu um local para aloca-lo. Posteriormente, ele e os irmãos foram morar na residência de Fabiane, enquanto ela se muda para outro local alugado.

Como dito anteriormente, Fabiane não é membro da família biológica, nem nunca participou de nenhum processo burocrático adotivo para obtenção da guarda ou tutela das crianças. Seu envolvimento se deu totalmente pelo lado afetivo, o que a fez acompanhar toda a trajetória das crianças até a vida adulta e permanecerem

juntos até hoje. Vale ressaltar que, apesar de os irmãos não chamarem Fabiane de mãe, eles a reconhecem como tal e se apresentam como uma família.

Considero que sua participação é importante na entrevista, dado o seu envolvimento com os irmãos e com todos os responsáveis dos acolhimentos institucionais pelos quais eles passaram ao longo de todos os deslocamentos. É uma visão privilegiada de toda a experiência que pode apresentar interessantes contribuições para o objetivo desta pesquisa. Fabiane teve papel fundamental, também, na mudança das relações dos profissionais dos acolhimentos com os jovens, e grande importância na manutenção da relação entre os irmãos, buscando e favorecendo a união entre eles.

### 4.3.3

#### **A pesquisadora-participante**

Considero que minhas experiências pessoais e meu envolvimento emocional e afetivo com a causa são fatores importantes a serem considerados para a compreensão do ponto de vista adotado. Assumo a concepção de naturalização do pesquisador como um ser social, sendo assim analisado, sem prejuízo para a validade da pesquisa. Dessa forma, a minha participação é analisada na entrevista visando à compreensão da interação e da coconstrução narrativa no contexto.

Apesar de não me enquadrar na vivência do acolhimento institucional, tenho grande afeição por jovens em situação de vulnerabilidade e desamparo. Desde 2017, faço parte de uma ONG, no Rio de Janeiro, que visa à promoção de valores às crianças e aos adolescentes. Acreditamos que por meio de pequenas atitudes é possível ensinarmos e mudarmos a vida de diversas crianças e famílias. A organização conta com diversos subprojetos, dentre eles, inclusive, um que realiza atividades recreativas em casas-lares e instituições de acolhimento.

O projeto em específico do qual faço parte visita crianças e famílias em hospitais municipais e federais da cidade, levando àquelas que estão internadas (independentemente da condição) algumas horas de alegria. Os valores transmitidos de forma lúdica são apreendidos e reforçados em formações que acontecem com todos os voluntários do programa, bimestralmente, na sede da instituição. Essa minha experiência torna o meu olhar para com o outro mais amável e complacente

para compreender situações que são diferentes da minha. A minha habilidade de escuta foi aprimorada ao longo desse tempo e, juntamente com minha formação acadêmica, tornou-me mais atenta aos detalhes, o que, acredito, contribuiu muito para o presente trabalho.

Foi movida pela crença de que conhecer novas experiências, ouvir narrativas e compartilhá-las é um importante e fundamental condutor da transformação da sociedade que me interessei pela narrativa da família que compartilhou seus anos de vivência no acolhimento. Ao conhecer o envolvimento de Fabiane com os filhos, através de um amigo e afilhado da participante, fiquei interessada e extremamente curiosa para ouvi-los contar suas histórias.

Meu contato, inicialmente com Fabiane, e, posteriormente com os filhos, deu-se de forma totalmente informal, o que considero ser uma informação importante para a leitura da análise da entrevista, dado o contexto descontraído e pouco burocrático instaurado.

Como participante e pesquisadora, posicionei-me no lugar de escuta ativa durante as narrativas apresentadas e como pessoa interessada em conhecer uma nova experiência. Reconheço os envoltórios das minhas identidades e do meu contexto sociocultural e histórico sobre o discurso gerado nas entrevistas. Compreendo que os significados coconstruídos na situação de entrevista não devem ser tomados como verdades absolutas, devendo ser interpretados de acordo com o contexto em que surgem e dada a interação.

#### **4.4**

#### **A construção dos dados**

Nesta seção, apresento os motivos pessoais, sociais e acadêmicos da escolha do tema, bem como sua relevância. Detalho informações da geração de dados na entrevista, descrevendo os antecedentes relevantes para a compreensão do contexto da interação social que se deu durante a entrevista. Por último, esclareço algumas questões da transcrição de dados, explicando as escolhas realizadas.

#### 4.4.1

##### **Escolha do tema**

O tema tem relação direta com as minhas crenças pessoais e sociais. Acredito que todo ser humano deve ser tratado com dignidade, respeito e deve ter seus direitos garantidos. A vivência de crianças e adolescentes em abrigos institucionais e casas-lares é pouco divulgada, o que acaba por reduzir o conhecimento da população e o ecoamento da fala dessa população, tornando-a periférica em nossa sociedade.

Desde a seleção do tema de pesquisa, percebo que as informações divulgadas por jornais, órgãos responsáveis e meios acadêmicos é bastante escassa e pouca atualizada, o que me revelou a necessidade de aprofundamento da questão. Apesar dos dados quantitativos existentes, há poucas pesquisas qualitativas, que muito poderiam contribuir para a análise dos dados. Conhecer e ecoar a voz desse grupo social é fundamental para o desenvolvimento de entendimentos, e é o que esta pesquisa pretende fornecer com as narrativas geradas e apresentadas.

Além das motivações pessoais e sociais, a escolha fincou sua relevância na contribuição acadêmica. Como dito, poucas produções acadêmicas são encontradas sobre o tema e menos ainda na área específica dos Estudos da Linguagem. Trata-se de um tema multidisciplinar que pode e deve ser abarcado por uma grande variedade de áreas, possibilitando amplas contribuições de reflexão e debate sobre o sistema de acolhimento brasileiro.

#### 4.4.2

##### **Geração de dados e procedimentos de análise**

O contato inicial com o grupo de participantes se deu por meio de um aplicativo de mensagens instantâneas. Entrei em contato com Fabiane para explicitar os objetivos e métodos da pesquisa. Ela foi responsável por intermediar a comunicação com os filhos para a organização do local e horário para o encontro.

A entrevista aconteceu na interação face-a-face (Goffman, 2002 [1964]) em uma lanchonete popular do Rio de Janeiro, na Zona Norte da cidade. Antes da gravação, a pesquisadora informou a todos os presentes (Jonas, Júlio César e Fabiane) a proposta da entrevista. Joaquim não estava nesse momento, chegando

ao local pouco depois do início da gravação. Os participantes foram informados de que os seus nomes seriam trocados por pseudônimos para manter o anonimato. Vale ressaltar que todas as informações compartilhadas antes da chegada do caçula foram reforçadas na sua presença.

Sugeri aos participantes a divisão da entrevista em partes (1- o antes e a vida no acolhimento, somente os três irmãos; 2- o encontro com Fabiane, somente a versão de Fabiane neste momento; 3- atualmente, os irmãos e Fabiane); entretanto, quando foi proposto esse esquema aos participantes, eles solicitaram que a entrevista fosse feita coletivamente e seguindo uma ordem cronológica dos eventos. Optei por acatar a sugestão e abandonei o questionário semiestruturado elaborado previamente. Jonas reforçou a necessidade de narrar desde a infância, antes da entrada no sistema, perpassando pelos maus-tratos sofridos pela mãe biológica, até os dias atuais, finalizando com previsões para o futuro, para que toda a trajetória fosse compreendida.

Antes do início da gravação da entrevista em si, os participantes, incluindo a pesquisadora-participante, lancharam no local. Durante essa situação pré-entrevista, Fabiane interagiu com Jonas e Júlio César, discutindo temas cotidianos como trabalho, escola, questões de cuidados pessoais e saúde. Considera-se relevante a apresentação dessa informação, pois revela o clima familiar e descontraído que havia no momento.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual foi aprovado pela Câmara de Ética/PUC-Rio (ver Anexo II), foi aplicado com o intuito de garantir respeito às normas de pesquisa e para esclarecer para os participantes os procedimentos, objetivos e implicações. Fiz a leitura em voz alta do documento, pausando para esclarecimentos pontuais. Cada participante ficou com uma cópia do termo e demos início ao encontro. A entrevista foi gravada em áudio através do gravador de smartphone da pesquisadora, após a concordância dos participantes. Inclusive, um dos participantes, Jonas, gravou-a no seu celular também.

Os irmãos comentaram, antes do início da entrevista, que já haviam sido entrevistados por outras pessoas com interesse no tema de vivência no sistema de acolhimento. Júlio César conta que os entrevistadores, em geral, ficavam frustrados, por não narrarem casos de desvios de condutas.

O equipamento de gravação foi disposto no centro da mesa à qual os participantes estavam, para captar toda a interação. A disposição dos participantes,

em forma de círculo, ao redor da mesa, permitia a visualização de todos. O local foi escolhido levando em consideração o menor deslocamento e transtorno para os participantes e ficou decidido que a entrevista aconteceria em uma lanchonete já conhecida pelos participantes, próxima de suas residências e locais de trabalho. A lanchonete estava vazia, permanecendo ao longo de toda a entrevista, com pouco movimento. Poucos clientes sentaram perto da mesa em que estávamos, o que não distraiu ou inibiu a interação dos participantes. No total, a entrevista teve duração de 2h30 (duas horas e trinta minutos), foram recortados e selecionados os trechos de interesse.

Toda a interação ocorreu de forma bastante informal e descontraída, podendo, inclusive, ser caracterizada como uma conversa. A todo momento, os participantes riam, entrevistavam, ratificavam e coconstruíam as narrativas apresentadas. É interessante ressaltar que, em muitos casos, os participantes narraram trechos com um sorriso no rosto, o que é especificado e detalhado com mais ênfase em cada narrativa apresentada na análise de dados. Isso é indicativo do caráter harmônico.

A escolha dos trechos descritos faz parte do processo de análise e interpretação dos dados. Após a geração de dados, realizei diversas audições do material para selecionar e fragmentar os trechos de acordo com temas comuns que surgiram na entrevista. Posteriormente, analisei o que mais se destacava nos dados para poder determinar a condução adequada da análise. Para isso, contei, também com ajuda das discussões elaboradas no grupo NAVIS (Narrativa e Interação Social, PUC-Rio/CNPq), do qual faço parte. Os membros me auxiliaram, fornecendo novos pontos de vista e indicações bibliográficas. As descrições corporais apresentadas são frutos da minha recordação e foram utilizadas somente quando consideradas importantes para a compreensão de algum pronome demonstrativo utilizado, ou para intensificar alguma fala.

Dado o relacionamento das narrativas entre si, as histórias narradas formam uma estrutura maior e mais complexa, o que cria conexões dentro e entre as histórias de vida (Linde, 1993). “O foco de análise recai sobre como a fala é construída em entrevista, o que possibilita a compreensão, entre outros elementos, de como as pessoas produzem avaliações sobre o mundo e como gerenciam suas identidades sociais em contexto de entrevista específicos” (Bastos & Santos, 2013, p. 11).

### 4.4.3

#### A transcrição dos dados

A transcrição dos dados foi realizada com base nas convenções de Jefferson (1974), desenvolvidas pela Análise da Conversa Etnometodológica. Para o objetivo desta pesquisa, não se considera interessante detalhar e analisar todas as marcas da oralidade na transcrição, então apenas algumas marcas de alongamento, ritmo, pausas, ênfases e falas sobrepostas e coladas, julgadas relevantes para a interpretação, foram sinalizadas. Elas são vistas como colaborativas para a compreensão da construção da narrativa e da interação. Manteve-se a ortografia padrão das palavras, com a grafia modificada apenas em palavras como “tá” (“está”) e outras variantes consagradas em tiras e histórias em quadrinhos (tô, tive). Isso aproxima a transcrição do registro da fala, como orienta Garcez (2014). Ainda com base no autor, os apagamentos de -r não são registrados. Não há transcrição perfeita nem final, apenas versões diferentes, revisadas de acordo com o objetivo e plateia leitora (Garcez, 2014). Essas escolhas foram feitas de maneira a provocar o mínimo de estranhamento e pré-julgamentos sobre os participantes, além de possibilitar o entendimento para um maior número de leitores, de diversos campos de estudos.

A transcrição dos dados considera os turnos de fala e sua sequencialidade, fator importante para a compreensão da interação e dos significados coconstruídos pelos participantes. As histórias que surgem na interação, turno após turno, não são falas desconexas, mas sim uma forma de continuar a interação (Psathas, 1995), e como tal devem ser analisadas. Quando se trata de história de vida é usual e esperada a narração de diversas histórias e relatos que estão tematicamente ligados (Linde, 1993).

Como já mencionado, os nomes dos participantes foram alterados por pseudônimos, buscando preservar a identidade e o anonimato. Apenas o nome da pesquisadora-participante foi mantido. Segundo as orientações de Garcez (2014), os nomes fictícios empregados buscaram evitar hierarquização e identificação por categorias institucionais. Dessa forma, tive o cuidado de escolher nomes com o mesmo número de sílabas e respeitando a sonoridade dos nomes reais. Apesar de as escolhas permitirem associações a determinados gêneros gramaticais, não se considera que tal fator seja central ou impacte diretamente no objetivo da pesquisa.

## Análise dos dados

Neste capítulo, elaboro a análise das entrevistas semiestruturadas realizadas com os quatro participantes. A entrevista apresentada faz parte de uma pesquisa qualitativa e interpretativa, focada na compreensão da construção da identidade de jovens que passaram pelo acolhimento institucional na cidade do Rio de Janeiro, analisando e refletindo sobre as estratégias de resistência e sobrevivência desenvolvidas. Busca-se compreender como as histórias são coconstruídas e significadas nos discursos. A análise, desse modo, busca responder às seguintes questões:

- 1- *Como os participantes organizam e narram a experiência do acolhimento institucional?*
- 2- *Quais são as estratégias desenvolvidas para a resistência nestes locais?*
- 3- *Como, na interação da entrevista, os participantes colaboram uns com os outros na construção de suas identidades?*

A fim de organizar as narrativas e a análise, o capítulo foi dividido em três temporalidades: 1) infância antes do acolhimento institucional; 2) infância e adolescência no sistema de acolhimento institucional e 3) processo de saída da rede de acolhimento. Dentro de cada eixo, as narrativas são segmentadas, respeitando sempre a ordenação em que foram apresentadas na entrevista.

Considera-se as narrativas apresentadas relevantes para a compreensão do micro e do macrossocial de crianças e adolescentes que passaram pelo acolhimento institucional. Parte-se da concepção de que os dados aqui apresentados são importantes e interessantes para o entendimento da realidade de exclusão social e familiar na sociedade contemporânea, sendo possível analisar os recursos e as estratégias que os indivíduos articulam como forma de sobrevivência e resistência diante das adversidades.

A entrevista em grupo é entendida como uma grande narrativa, fazendo parte da história de vida de cada um dos participantes (Linde, 1993) e composta por diversas narrativas que se apresentam de forma interligadas. Elas estão interligadas

e relacionadas tematicamente pela vivência no acolhimento institucional, o grande ponto narrativo (Labov, 1992). As narrativas se iniciam na infância, perpassam a adolescência nas instituições de acolhimento, chegando até os dias atuais com *insights* futuros, estabelecendo uma relação de coerência e causalidade entre os acontecimentos (Linde, 1993). Apesar de os acontecimentos serem comuns e partilhados, cada participante apresenta e significa as memórias na sua narração, elaborando seus sentidos.

Para fins de análise, associo ao termo resistência os conceitos de agência e poder, compreendendo a resistência como uma forma de agir contra um poder dominante. Na primeira parte, analiso as narrativas da infância, observando as estratégias utilizadas pelos jovens contra o poder infligido pela mãe biológica na aplicação de maus-tratos e negligências. No segundo momento, a resistência ao poder volta-se para os demais adolescentes acolhidos, os cuidadores das instituições de acolhimentos e a justiça (os seus representantes). Além dos irmãos, neste momento, Fabiane também é agente, sendo responsável não só por elaborar ações, como também por agir. Em ambos os casos, são observadas as estratégias desenvolvidas para a construção da identidade, avaliando-se a formulação de agência ou passividade. No terceiro momento, o foco recai sobre o desligamento do irmão mais velho da rede de acolhimento. A saída de Jonas é apresentada como o último grande ato de resistência ao sistema de acolhimento.

Cada narrativa é apresentada e contextualizada para que se possa compreender o momento da interação. Posteriormente, a transcrição é apresentada, seguida da análise do material, com articulação da relação dos dados gerados com o arcabouço teórico apresentado. A análise compreende a narrativa (Labov, 1972; Linde, 1993; Bastos, 2005; 2008; Bastos & Biar, 2015; Bamberg & Georgakopoulou, 2008), as estratégias de resistências (Foucault, 1979; Castells 1999; Ewick & Silbey, 2003), bem como agência (Duranti, 2004; Ahrean, 2000) e o processo de construção de identidade (Moita Lopes, 2001; Bruner, 1990). A interação e toda a situação entre os participantes também são estudadas, a fim de se compreender como se dão as relações na entrevista (Goffman, 2009 [1959]; 2002 [1964]; Ribeiro & Garcez, 2013) e como elas colaboram para a coconstrução das narrativas.

São analisados sete fragmentos da entrevista, dispostos na ordem de surgimento na interação. Nomeio-os com trechos da fala dos participantes que

sintetizam e representam a narrativa que é apresentada. Optei por manter a disposição original de aparecimento para respeitar a cronologia dos eventos da história de vida dos irmãos, conforme as épocas e idades biológicas. Dessa forma, é possível observar a sequencialidade, coerência e causalidade, conforme Linde (1993) aborda, além de tornar-se perceptível a construção das identidades (Moita Lopes 2001; 2003).

Para facilitar o entendimento e a absorção das informações, ao final de cada seção, dividida e orientada pela temporalidade narrativa, faço considerações parciais relacionando os excertos apresentados. Dessa forma, é possível compreender o todo, observando com maior detalhe as semelhanças e diferenças apresentadas em cada narrativa e a identidade coconstruída, com base nos teóricos utilizados.

Como já exposto, a delimitação de narrativa é ampliada a partir da contribuição de diversos autores (Linde, 1993; Bastos, 2005; 2008; Bastos & Biar, 2015; Bamberg & Georgakopoulou, 2008), portanto, não há restrição feita em respeito ao modelo canônico proposto por Labov (1972). Dessa forma, os elementos da estrutura laboviana são utilizados apenas quando necessários para auxiliar na análise das narrativas, não havendo a preocupação de identificá-los de forma mais pormenorizada, despreocupando-se de análise mais aprofundada da estrutura narrativa.

## **5.1**

### **Infância antes do acolhimento institucional**

Nesta seção, são apresentados dois excertos que remetem à infância dos irmãos antes da ida para o acolhimento institucional. O foco da análise está nas estratégias de resistência desenvolvidas para resistirem ao poder da mãe biológica, sendo compreendidas também como uma forma de sobreviver aos maus-tratos sofridos. A construção da identidade de agente dos irmãos também é analisada, sendo atribuída a Joaquim, autoconstruída por Júlio César e discursivamente, majoritariamente, apresentada por Jonas.

### 5.1.1 Resistindo e sobrevivendo aos maus-tratos

Como exposto anteriormente, até determinado período da infância, os três irmãos viviam com a mãe, o padrasto (o qual chamam de pai) e um filho do padrasto. A história de vida e a entrevista se iniciam com a narração dos maus-tratos praticados pela mãe biológica. Eles orientam temporalmente os eventos por volta dos 7 ou 8 anos de idade e colocam como marco de consciência a exclusão familiar e social e os maus-tratos promovidos pela mãe, que os prendia no quarto. Jonas, como irmão mais velho, narra os eventos apresentando os detalhes das condições que experienciaram. Construo-me como uma ouvinte interessada, concedendo o turno de fala e fazendo ratificações e pedidos de orientação para colaborar com a construção da narrativa. Júlio César, por sua vez, coconstrói a narrativa com o irmão, apresentando as ações complicadoras e avaliações. Fabiane interfere pouco na narrativa apresentando, apenas, palavras de conforto para minimizar o sentimento de culpa ou justificativas diante dos maus-tratos.

Como já comentado e aqui reforçado para a compreensão da interação e da coconstrução das narrativas, Joaquim, o caçula, não estava no início da entrevista, chegando somente após o início da história desse primeiro fragmento. Apesar disso, é possível perceber que ele é um dos personagens principais da história.

No excerto 1, momento inicial da entrevista, os participantes narram o modo como eram tratados pela mãe durante a infância. Eles descrevem as ações de maus-tratos praticada pela genitora e apresentam as suas ações elaboradas para sobreviver e resistir às situações adversas. Por ser início da interação e dada a carga dramática dos eventos, o clima da conversa é marcado pela seriedade, o que é alterado no decorrer da interação, tendo, também, relação com os posteriores eventos narrados.

#### **Excerto 1: “Teve dia que ele guardava carne na boca, fingia que comia e levava para o quarto para dar pra gente”**

01	Jonas	aí pra almoçar tinha... minha mãe às vezes ela esquecia então quando ela esquecia então- ela pegava um tabuleiro de (0.1) um tabuleiro de bolo, aqueles tabuleiros antigos de bolo assim ((gesto com as mãos))=
06	Alessandra	= aham
07	Jonas	botava comida tudo na pressa, botava um garfo de cada um e (0.1) e dava lá no quarto=
09	Alessandra	= sei=

10	Jonas	= e quanto acabava (0.1) quando ela saia >porque
11		ela ia para rua< quando ela voltava, ela pegava
12	Júlio César	e quando ela botava é:: falava quem mijava >porque
13		eu no caso eu e Jonas urinava< porque o Joaquim
14		não >não sei por que porque ele era menor de todos<
15		mas [ele não mijava
16	Jonas	[mas ele não mijava] na cama só a gente mijava
17	Júlio César	[ele fazia o número dois], mas não urinava
18	Fabiane	mas vocês ficavam muito tempo lá=
19	Júlio César	= aí o que ela fazia "se fazer não vai comer" então
20		a gente não tinha noção e a gente fazia
21	Alessandra	Sim
22	Júlio César	aí o Joaquim recebia comida e a gente comia a gente
23		comia só a comida- os três comia a comida no Joaquim
24	Alessandra	você::s (0.2) é-é >ela trabalhava?<
25	Jonas	ela trabalhava assim de trancinha, não era um
26		trabalho=-
27	Alessandra	= mas a maior parte vocês ficavam em casa?
28	Júlio César	Sim
29	Jonas	isso, trancados
30	Alessandra	Tá
31	Júlio César	aí a gente ficava agoniado porque com fome, né? aí
32		a gente comia a comida do Joaquim. aí teve um dia
33		que ela percebeu que a gente comia a comida do
34		Joaquim=
35	Jonas	= botou ele lá para comer sozinho
36	Júlio César	botava ele na sala, trancava abria o cadeado tirava
37		ele com a comida trancava a gente, ele almoçava do
38		lado de fora >no caso a sala< e a gente ficava
39		trancado sem comer sem nada e aí- e aí lu- lutava
40		pra não urinar na cama e nisso foi acontecendo,
41		acontecendo a gente acabou se acostumando teve tempo
42		aí que o Joaquim preferia comer no quarto para
43		dividir com a gente e..e nessa infância=
44	Alessandra	= e ele super pequenininho, né?=-
45	Jonas	= teve dia que ele guardava carne na boca, fingia
46		que comia e levava pro quarto pra dar pra gente
47		°isso eu me lembro°
48	Júlio César	caramba ele fazia isso=
49	Jonas	= [até hoje]
50	Júlio César	[sem noção de- de-]
51	Jonas	[até hoje] até hoje ele consegue- ele consegue-

Jonas apresenta as ações de maus-tratos praticadas pela mãe fornecendo orientação sobre como se dava o acesso ao direito básico da alimentação. Ele inicia dizendo que “às vezes” a mãe esquecia de alimentá-los (linhas 1 e 2), o que revela uma negligência associada aos maus-tratos e uma narração de forma a suavizar a atitude da progenitora, justificando como “esquecimento” e marcando a recorrência de repetição com “às vezes”. Posteriormente, ele dá detalhes sobre as ações, descritas de maneira habitual, por meio do uso do verbo no pretérito imperfeito (pegava- linha 02; botava comida- linha 07; botava um garfo- linha 07; dava lá no quarto- linha 08). Como dito, apesar de a narração de eventos como habituais não serem consideradas por Labov (1972), dada a ampliação da delimitação do conceito de narrativa (Bamberg & Georgakopoulou, 2008), considera-se que o que é apresentado pode ser classificado como tal.

O narrador, ainda, traz detalhes descritivos na sua orientação, especificando o tipo de tabuleiro utilizado, recorrendo à linguagem corporal também como recurso linguístico e orientador (um tabuleiro de bolo, aqueles tabuleiros antigos de bolo assim ((gesto com as mãos)=). A referência é aceita e compreendida por mim, revelando minha atenção e assentindo ao que foi dito, concedendo a manutenção do turno (linha 06 e linha 09). Jonas continua a narrativa, apresentando uma causalidade para os eventos (>porque ela ia para rua<), até chegar à resolução (quando ela voltava, ela pegava).

Júlio César, então, toma o turno e coconstrói a narrativa apresentada com o irmão, oferecendo mais uma relação de causa e consequência elaborada pela mãe: quem urinava na cama não tinha comida. O narrador orienta que ele e Jonas urinavam na cama, mas faz uma avaliação da incompreensão do porquê o Joaquim não fazia o mesmo, justificando seu desentendimento, principalmente, pelo fato de ele ser o caçula dos irmãos e fugir do tradicional comportamento de crianças (>porque eu no caso eu e Jonas urinava< porque o Joaquim não >não sei por que porque ele era menor de todos< mas [ele não mijava]). É possível perceber que Júlio César faz uma relação do seu discurso com o macro, concebendo que, usualmente, as crianças mais velhas têm mais controle sobre as necessidades fisiológicas, quando comparadas com as caçulas.

Jonas, por sua vez, ratifica o que foi dito por Júlio César, repetindo o que foi narrado, reforçando a construção da identidade de Joaquim como um agente, que conseguia resistir. Júlio César, então, toma o turno e dá mais orientação ([ele fazia o número dois], mas não urinava). O participante faz uso da polidez, neste momento, para se referir à evacuação, utilizando o termo “número dois”, de uso comum e popular.

Fabiane (linha 18) toma o turno, fazendo uma avaliação da narrativa, buscando justificar e amenizar o sentimento de culpa gerado devido a relação de causa e efeito, elaborada pela mãe, entre as necessidades básicas e o recebimento de comida. Júlio César, então, retoma o turno e explica a relação trazendo o discurso reportado da mãe (“se fazer não vai comer”). Nesse momento, ele reforça as características da identidade infantil e revela o desentendimento da punição, bem como a incapacidade do ser humano de privar-se da realização das necessidades fisiológicas (então a gente não tinha noção e a gente fazia).

Mantendo a relação de causalidade e coerência, Júlio César apresenta o que acontecia: quem urinava ficava sem comida (linhas 22 e 23). Dessa forma, o único que conseguia o alimento era o Joaquim. O recebimento da alimentação passa a ser uma recompensa conquistada devido ao “bom comportamento”. O acesso à alimentação, dessa forma, não é visto de fato como um direito, como prevê a Constituição, mas como uma medida educativa e punitiva. Diante da privação alimentar, Júlio César e Jonas comiam da comida do único beneficiado, Joaquim, como recurso de sobrevivência.

Tomo, então, o turno e faço pedido de orientação para compreender um pouco mais do contexto social em que os jovens estavam inseridos, pedindo informações sobre a atividade profissional da mãe (linha 24). O questionamento não apresenta uma relação direta com o ponto que foi apresentado anteriormente. Jonas responde fazendo um julgamento avaliativo sobre o trabalho da mãe, (fazer tranças) como algo mais simples (linhas 25 e 26). Faço novamente um pedido de orientação, mas, dessa vez, relacionado ao que foi dito (= mas a maior parte vocês ficavam em casa?), o que é respondido por Júlio César e Jonas. Demonstro entendimento, e Júlio César toma o turno.

Júlio César faz uma avaliação seguida de uma resolução antes de iniciar sua nova narrativa (aí a gente ficava agoniado porque com fome, né? aí a gente comia a comida do Joaquim) . Em seguida, ele introduz um resumo do que será narrado posteriormente (Aí teve um dia que ela percebeu que a gente comia a comida do Joaquim=) . Jonas, na forma de coconstrução, toma o turno e apresenta uma consequência do que foi apresentado. Júlio César, novamente, toma o turno e começa a narrar (linha 36-43). Dentro da narrativa, para orientar o ouvinte, ele traz informações sobre a localidade em que ocorriam os eventos, sala e quarto da residência, onde Joaquim de fato comia. Dessa forma, a mãe fazia a separação dos irmãos, beneficiando e premiando aquele que ela julgava que teve o melhor comportamento, por não urinar e defecar na cama, e punindo os demais que, além de fazerem as necessidades fisiológicas, comiam a comida de Joaquim.

Devido à recorrência dos maus-tratos, Júlio César revela que eles se acostumaram com o que acontecia (linha 41). O participante, então, resume uma micronarrativa (teve tempo aí que o Joaquim preferia comer no quarto para dividir com a gente e..e nessa infância=) . Ele inicia o resumo revelando a

imprecisão da temporalidade (“teve tempo aí”). O irmão revela e constrói Joaquim como agente de escolha, optando por dividir a comida com os irmãos. É possível perceber pela escolha lexical utilizada (“preferia”), atribuindo ao irmão caçula a ação de escolher. Tomo, então, o turno fazendo uma avaliação externa, expressando uma reação de surpresa com a estratégia de resistência desenvolvida (linha 44), alinhando-me com os irmãos. As ações empreendidas por Joaquim, por meio do discurso dos irmãos, revelam que, apesar da tenra idade, havia uma consciência da opressão imposta pela mãe. A partir disso, ele assume o papel de agente, elaborando ações para minimizar os impactos negativos e alterar, minimamente, as condições dos irmãos.

Jonas, então, toma o turno e dá continuidade à narrativa. Ele encadeia as ações na ordem temporal e sequencial dos acontecimentos (linhas 45-47): 1- guardava carne na boca; 2- fingia que comia; 3- levava para os irmãos. Ele traz ainda um elemento de credibilidade para conferir veracidade à sua narrativa (“isso eu me lembro”). Júlio César toma o turno e faz uma avaliação externa sobre o que foi apresentado. Jonas, logo após, traz uma orientação sobre a habilidade que se mantém até os dias atuais, sustentada e repetida em outro turno (linhas 49 e 51).

A narrativa apresentada ocorre de forma coconstruída, sendo, majoritariamente, narrada por Jonas e Júlio César. Jonas, como irmão mais velho, apresenta a maior parte das ações, sendo complementadas pelas contribuições de Júlio César. Ambos, a todo momento, ratificam as falas anteriores e mantêm a sequencialidade e coerência, revelando a atenção ao que foi dito anteriormente, assim como eu e Fabiane, apesar das poucas interrupções. A interação ocorre de forma extremamente intercalada e acelerada, sendo possível perceber pelas marcações de fala colada (=), havendo poucas pausas e silêncios prolongados.

É possível perceber que, dado o poder dominante e impositivo da mãe biológica, os irmãos buscam respeitar as regras para não serem punidos e receberem alimentação. Eles tentam controlar a vontade de urinar a todo momento, o que não é alcançado com êxito, dadas as condições de necessidades fisiológicas humanas. Joaquim, apesar da pouca idade, ciente da punição, tem duas ações de resistência:

- 1- optar por comer com os irmãos para que eles possam se alimentar também;
- 2- guardar comida na boca para levar para os irmãos.

É possível perceber que mais do que resistir e agir, as ações empreendidas fazem parte da sobrevivência, visto que a privação se relaciona com um elemento básico da vida humana. Apesar da pouca idade, Joaquim é construído como consciente do tratamento desigual, e, a partir disso, desenvolve a estratégia de compartilhar a comida com os irmãos.

Nessa narrativa, é possível perceber a construção da agência (Duranti, 2004; Ahrean, 2000) de Joaquim, sendo atribuída pelos irmãos. Diante da exclusão e da violência praticada pela mãe, ele é construído como agente no sentido de optar por comer com os irmãos para que eles tenham acesso ao alimento, assim como ele. Além disso, é possível perceber a atribuição de uma identidade heroica, dado que ele consegue, parcialmente, alterar a realidade e fornecer comida para os irmãos, por meio de uma ação incompreendida e difícil (linha 48), reforçada pela avaliação externa de Júlio César (“caramba”). Por meio de suas ações, o caçula consegue mudar e fornecer uma situação “melhor” do que a total inacessibilidade à alimentação. É possível perceber a construção agentiva na sequência sujeito e verbo (ele guardava carne na boca, fingia que comia e levava pro quarto pra dar pra gente) (Duranti, 2004). Outro ponto a ser ressaltado é a resistência associada à solidariedade, irmandade e fraternidade dado o envolvimento e a união dos irmãos nas suas ações de mútua ajuda diante da dificuldade.

Para compreender o papel do “poder” e do “subordinado”, é interessante analisar como a mãe biológica é apresentada. Apesar de o padrasto e seu filho, mais velho, morarem na mesma residência, eles não são citados na narrativa. Joaquim utiliza as palavras “esquecia” e “botava tudo na pressa” para referir-se à forma como os alimentos eram oferecidos, caracterizando os eventos.

### 5.1.2

#### **A construção da resistência**

No excerto 2, Júlio César narra a sua estratégia de resistência para evitar a agressão da mãe. O narrador se constrói como o agente, o que desenvolve as ações, buscando promover a mudança no microssocial em que estavam inseridos. Vale ressaltar que, nesse momento, todos os participantes estavam presentes na entrevista.

Os irmãos contam que era comum, além da restrição alimentar e social, a mãe agredi-los fisicamente. Início a pergunta como uma espécie de desfecho (uso do “então”), concluindo o que foi apresentado (linha 1), mas que funciona como marcação de início do turno. Jonas, prontamente, responde ao questionamento confirmando (linha 2). Júlio César, como resposta, elabora uma narrativa (linhas 03-05). Ele começa o turno falando “não”, item lexical que aqui funciona como um marcador de início de turno. Ele traz um resumo e uma relação de causalidade: ele fingia desmaiar para a mãe não bater nele e nos irmãos. Inicialmente ele fala “desmaiei”, mas, no mesmo turno, e na sequência, corrige para dizer que estava fingindo que estava desmaiado (linhas 4 e 5). Assim como a narrativa anteriormente apresentada, essa é coconstruída com Jonas.

### Excerto 2: “Teve o dia que eu desmaiei porque ela ia bater em nós três”

01	Alessandra	mas- ela batia então?
02	Jonas	Batia
03	Júlio César	não, teve o dia que eu desmaiei porque ela, ela
04		ia bater em nós três então eu desmaiei- fingindo
05		que [tava desmaiado]
06	Jonas	[para ela dar atenção para ele]
07	Júlio César	[aí eu fingi que tava desmaiado] aí ela me viu-
08		ela me viu desmaiado “meu filho”, não sei o que,
09		é:: pegou no colo, me levou para cama dela,
10		deixou os dois trancados, ia bater nos dois, aí
11		eu fingindo, fingindo, abrindo o olho
12		devagarzinho. ela “meu filho, tá bem?” [não sei
13		o que chorando]
14	Jonas	[“tudo por causa de vocês”]=
15	Júlio César	=aí ela “foi por causa de vocês” não sei o que
16		aí ela me deixou lá no quarto dela aí chegou lá
17		no quarto=
18	Alessandra	=bateu de toda forma? Hh
19	Júlio César	bateu nos dois de cinto=
20	Jonas	=com o cinto=
21	Júlio César	=aí eu tipo fiquei querendo rir, mas não ria, aí
22		>porque tipo eu vi os dois apanhando<aí eles não
23		podiam falar também que eu tava=

Nessa narrativa, Júlio César se constrói como agente da situação. Ele tem a atitude e a estratégia de fingir um desmaio para protegê-los das agressões da mãe. Isso é possível perceber pela análise da construção frasal de sujeito seguido do verbo de ação “eu fingi” (Duranti, 2004). Jonas revela a estratégia do irmão com a ação, contribuindo com a coconstrução da narrativa (linha 06). Em seguida, Júlio César narra as ações complicadoras (linhas 07-13; 15-17; 19):

- 1- *fingi que estava desmaiado;*
- 2- *ela me viu;*
- 3- *ela me pegou no colo;*

- 4- *ela me levou para cama;*
- 5- *deixou os dois trancados;*
- 6- *ela me deixou no quarto;*
- 7- *chegou no quarto;*
- 8- *ela bateu neles.*

É possível perceber que os verbos utilizados estão no pretérito perfeito, enquadrando-se na classificação laboviana de ação complicadora da narrativa.

Júlio César faz uso do discurso reportado, o que é ratificado por Jonas, que também faz o mesmo, utilizando outra fala da responsável no momento (linhas 12-14). Assim, eles constroem a mãe como preocupada diante do suposto desmaio do filho, entretanto, mesmo diante disso, ela realiza a ação que pretendia (*bateu nos dois de cinto*=), sendo Júlio César o único poupado. É interessante perceber que, ao reproduzirem a fala da mãe na narrativa, eles a constroem como uma personagem que se vê sem culpa diante do desmaio do filho, atribuindo a culpa aos irmãos.

Júlio César finaliza a narrativa com a resolução (*=aí eu tipo fiquei querendo rir, mas não ria, aí >porque tipo eu vi os dois apanhando<aí eles não podiam falar também que eu tava*=). O narrador faz uma avaliação dos acontecimentos (que inclui sua simulação de desmaio) como engraçada, revelando a identidade infantil e ingênua, assim amenizando os maus-tratos. Apesar disso, ele reconhece a gravidade da situação e a impossibilidade de rir diante da agressão. Ele estabelece, ainda, uma relação de cumplicidade com os irmãos: ele não podia rir, nem os irmãos podiam dizer que ele estava fingindo o desmaio.

A estratégia adotada, nesse caso, para evitar os maus-tratos sofridos e alterar a realidade em que estavam inscritos foi fingir um desmaio. Dessa forma, Júlio César buscou sensibilizar e distrair a mãe para evitar a agressão; entretanto a ação só o isentou, visto que os irmãos apanharam. Resultou-se, então, em uma ação empreendida individualmente com benefícios individuais (Hollander & Einwohner, 2004), ainda que o objetivo inicial não fosse tal resultado.

Diferentemente da primeira narrativa que foi apresentada como mais densidade de emoções, essa é narrada de uma forma leve e descontraída, revelando a ingenuidade dos personagens. Os narradores, Jonas e Júlio César, narram com um sorriso no rosto. É possível perceber, inclusive, meu riso ao elaborar o questionamento final retomando o ponto da narrativa (linha 18).

### 5.1.3 Considerações parciais

Nas narrativas apresentadas nos excertos 1 e 2, é possível perceber duas características comuns: ações/estratégias de resistência e construção da identidade agentiva. Os sujeitos seguidos dos verbos de ação, na estrutura frasal, colaboram para compreender a construção linguística da agência; de forma análoga, a descrição das ações revela as ações empreendidas, consolida e colabora para a compreensão da estratégia de resistência.

Na primeira narrativa, Joaquim é coconstruído como agente pelos os irmãos. Ele é o responsável por articular a estratégia para resistir ao poder da mãe. Suas ações são elaboradas em benefício comum e revelam a fraternidade e solidariedade entre eles. Na segunda, percebe-se que Júlio César se constrói como um agente empreendedor da ação de resistência. Sua estratégia é elaborada em benefício individual e, apesar de não alterar a situação, a cumplicidade e solidariedade são mantidas.

Em termos de interação, em ambas, é possível perceber o nível de envolvimento dos participantes. Jonas e Júlio César coconstroem as narrativas, acrescentando, ratificando e colaborando com as histórias apresentadas. Eu participo como ouvinte atenta, interrompendo, apenas, com breves comentários de conformidade e concessão do turno de fala e alguns pedidos de orientação. Fabiane e Joaquim, por sua vez, têm uma participação mais resumida e associada à escuta atenta, com interferências e colaborações menores.

Em ambos os excertos, as marcas de falas coladas (=) revelam a interatividade e a sequencialidade imediata de turnos. O segundo fragmento, comparativamente com o primeiro, é mais leve, sendo narrado pelos irmãos de uma forma descontraída, com o sorriso no rosto, o que me permite esboçar um riso mais alto, como transcrito (linha 18). Pode-se entender essa descontração como uma superação dos acontecimentos e como uma identidade infantil e travessa, vendo a situação como uma “brincadeira”, apesar de atualmente entenderem a gravidade do acontecimento.

## 5.2

### **Infância e adolescência no sistema de acolhimento institucional**

Nesta seção, dando continuidade à história de vida dos jovens, são analisados 5 excertos. As narrativas selecionadas dos irmãos remetem aos eventos vivenciados no acolhimento institucional, em que os narradores apresentam o poder dominante, variando entre demais acolhidos, educadores e sistema judiciário; e as estratégias de resistência empreendidas. É interessante observar que a resistência sempre envolve a consciência da opressão e uma causa motivadora que impulsiona a alterá-la ou minimizá-la (Foucault, 1979; Hollander & Einwohner, 2004; Ewick & Silbey, 2003). Nesse momento, as narrativas são apresentadas de forma leve, com a presença de risos entre os participantes, sendo transcritos os mais salientes.

As narrativas apresentadas, como já dito, compõem o repertório da história de vida (Linde, 1993) dos participantes. Elas possuem relação entre si, então é comum haver referência a outras narrativas apresentadas na interação, mas que não foram necessariamente transcritas e apresentadas neste trabalho, dado o comprometimento com objetivo proposto no estudo e a sua limitação.

#### 5.2.1

##### **Resistindo à separação**

Como os irmãos passaram toda a infância e adolescência no acolhimento institucional, eles sofreram diversos deslocamentos físicos ao longo do período, mudando as suas estadias entre abrigos institucionais e casas-lares, de acordo com a faixa etária. As alterações, em sua grande maioria, não eram comunicadas, antecipadamente, aos irmãos nem a Fabiane, que, apesar das visitas regulares, teve o reconhecimento social de responsável atribuído apenas posteriormente, quando começa a participar, também, das audiências de garantia de bem-estar. Dessa forma, para se manterem juntos e em contato, Fabiane, Júlio César, Jonas e Joaquim desenvolveram estratégias para sempre conseguirem se encontrar.

Na época, Fabiane ensinou aos irmãos o seu contato de telefone para que, assim que chegassem em um novo local, entrassem em contato com ela. Em geral, devido às poucas informações inicialmente prestadas e acessíveis, os jovens se orientavam e forneciam as escassas “pistas” de localização que conseguiam, tais

como, bairro, nomes de comércios próximos e o nome do local de acolhimento, eventualmente, quando sabiam. Vale ressaltar que, durante a entrevista, Fabiane narrou diversos momentos em que ficou totalmente sem informações sobre o paradeiro dos irmãos, em função do deslocamento sem aviso. Em geral, mesmo indo à instituição anterior, o novo endereço não era repassado, o que implicava uma busca solitária e praticamente “às escuras”, dado o número de instituições de acolhimento na cidade do Rio de Janeiro, o que reforçou a necessidade da elaboração de uma estratégia mais eficiente para evitar e minimizar a recorrência desses eventos.

No excerto 3, Fabiane resume a narrativa (Labov, 1972), a qual é aceita pelo grupo e coconstruída em seguida por Júlio César, Jonas e Joaquim. Cada participante, incluindo eu, colabora de forma engajada, ratificando e acrescentando informações e ações complicadoras.

### Excerto 03: “Primeira coisa que eu fiz ‘grava meu telefone’”

01	Fabiane	<u>primeira</u> coisa que eu fiz “grava meu telefone”=
02	Júlio César	=é=
03	Fabiane	=Joaquim foi o primeiro
04	Jonas	Joaquim era bom de gravar
05	Joaquim	[o mais novo]
06	Fabiane	[o mais novo] porque os outros são cabeça oca
07	Alessandra	hh não grava nada
08	Jonas	[a gente começou a gravar]
09	Júlio César	[esse número antigo aí tu fala-]
10		( )
11	Fabiane	["você têm que gravar o meu telefone"]
12	Jonas	[quando ele aprendeu-]
13	Fabiane	["pra me ligar de"]
14	Jonas	[quando ele aprendeu-]
15	Fabiane	["qualquer lugar a cobrar"]
16	Jonas	[quando ele aprendeu-]
17	Júlio César	a gente-
18	Jonas	quando ele aprendeu a gravar número, eu aprendi a
19		gravar rua e endereço hh
20	Alessandra	cada um com uma habilidade, né?
21	Jonas	ele tinha o restante do número que faltava ou é
22		claro ou é vivo hh
23	Júlio César	e a gente sempre ia no orelhão da rua porque no
24		abrigo ninguém ligava
25	Jonas	ele a operadora e ele o número e eu era o endereço
26	Alessandra	pra equilibrar, equilíbrio

Pela narrativa apresentada anteriormente, é possível perceber que a família desenvolve a estratégia de gravar o número de telefone da Fabiane para que sempre pudesse contatá-la quando houvesse mudança de local de acolhimento. Essa era uma forma de resistir ao poder, à justiça, aos responsáveis pelos locais que não repassavam a informação de localização e à separação deles. A estratégia é

desenvolvida a partir da consciência da omissão de repasse de dados, sendo necessária a elaboração de uma ação em conjunto como forma de se manterem unidos.

Fabiane começa a narrativa já revelando a sua estratégia (linha 1) e apresenta como os filhos deveriam proceder (linhas 11, 13 e 15). Ela se constrói como agente, por meio da construção “eu fiz”, isto é, sujeito seguido do verbo de ação (Duranti, 2004). Ela utiliza a fala reportada, animando e trazendo para a narrativa a sua própria voz no momento dos eventos, fornecendo as instruções das ações que deveriam ser empreendidas pelos filhos. Jonas e Júlio César se juntam à mãe e coconstroem a narrativa, fornecendo orientações e avaliações, além de promover o alinhamento com o que é narrado.

Jonas tenta tomar o turno de fala diversas vezes (linhas 12, 14 e 16), sempre com a mesma frase, mas não tem sucesso. Os demais participantes da interação não demonstram descontentamento na organização da conversa, que é sendo gerenciada por Fabiane. Quando consegue o turno (linhas 18-19), Jonas coconstrói a história e revela a divisão de tarefa e união entre os irmãos (ele a operadora e ele o número e eu era o endereço) .

A importância e a necessidade de desenvolver essa estratégia é expressa por Jonas (e a gente sempre ia no orelhão da rua porque no abrigo ninguém ligava) . Diante da ciência da situação desfavorável, do desinteresse dos responsáveis de ligar para Fabiane ou até mesmo da recusa, a família encontra essa solução para resistir à separação, à desinformação e ao poder (Hollander & Einwohner, 2004; Ewick & Silbey, 2003).

A narrativa iniciada por Fabiane, mãe afetiva, e coconstruída com Jonas revela a sua agência para desenvolver uma estratégia de manutenção de contato com os filhos. Todos os filhos passam, então, a agir e decorar o número e endereço dos locais, tendo a iniciativa de fazer a ligação para a mãe sempre que se mudassem. Dessa forma, um laço de resistência contra o poder dominante é criado e fortalecido, favorecendo a união da família.

Na narrativa há, ainda, novamente, assim como no fragmento 1, uma contradição com o padrão esperado: o irmão mais novo é o primeiro a decorar (linha 5), rompendo com a expectativa dos irmãos mais velhos serem os únicos responsáveis pela memorização ou os mais aptos ([o mais novo] porque os outros são cabeça oca). A habilidade é confirmada pelos demais participantes, não

sofrendo contradição ou resistência na atribuição de agência. Dessa forma, Joaquim é construído pelos outros como agente e reconhecido pelos demais familiares, sempre superando a expectativa por ser o mais novo.

Jonas termina a narrativa revelando a divisão de funções entre cada irmão, reforçando o seu conhecimento da organização e reforçando a ação de todos os envolvidos, cada um com uma atribuição para que a estratégia de resistência fosse bem-sucedida. Desse modo, ele reforça o seu posicionamento de irmão mais velho, como o responsável por cuidar dos demais e pela construção da narrativa e conhecimento da estratégia.

Como forma de finalizar a narrativa e trazê-la para os dias atuais, eu elaboro a coda (linha 26). Dessa forma, faço uma espécie de avaliação e contribuição com o que foi apresentado, revelando a minha escuta atenta ao que foi apresentado e me posicionando como uma participante ativa.

### 5.2.2

#### **Resistindo ao sistema**

Devido às condições encontradas nas instituições de acolhimento pelas quais os irmãos passaram, Fabiane desenvolveu algumas estratégias para conseguir educar e manter a segurança dos filhos. No fragmento a seguir, ela narra três das suas estratégias para contornar as adversidades das condições:

1) estabelecimento de laço de confiança com os filhos, para que eles se sentissem à vontade e confortáveis para contar tudo o que acontecia;

2) transmissão de valores;

3) manutenção de um bom relacionamento com os educadores, para que os filhos fossem bem tratados.

É interessante perceber que Fabiane, apesar da ciência das condições desfavoráveis e situações adversas, uma das características principais para o ato da resistência, esboça a ciência da limitação das suas ações e impossibilidade de alteração no sistema como um todo. Elas poderiam, no máximo, ter uma repercussão a alteração pontual e local. Dessa forma, apesar de saber que um poder muito maior, mais amplo, regia toda a situação, ela empreende ações e estratégias para minimizar os danos negativos e potencializar os positivos, provando pequenas mudanças no micro, estritamente relacionadas às condições dos irmãos.

**Excerto 04: “Eu sabia que não tinha jeito, eu não ia mudar o sistema”**

01	Fabiane	e aí nesse abrigo a gente conversava <u>muito::</u>
02		muito. porque eles já tinham uma certa
03		confiança- eu lembro de eu ficar conversando um
04		tempão pra não usar droga, pra não sei o que,
05		pra nem experimentar
06	Júlio César	não ir na pilha dos outros é de-
07	Fabiane	isso aí, não anda-
08	Júlio César	que tipo esse abrigo °o ( ) mesmo° tinha gente
09		que fumava que fazia as coisas mas a gente não
10		gostava de falar pras educadoras pra não brigar
11		com o moleque >alguma coisa assim< e a tia- e a
12		gente contava para a tia Fabiane e ela falava
13		“não, mas não faz isso”
14	Fabiane	é, eles me contavam tudo
15	Alessandra	mas eles faziam onde?
16	Júlio César	no quarto essas coisas assim=
17	Alessandra	=no próprio lugar?=
18	Júlio César	=banheiro=
19	Alessandra	=caraca=
20	Júlio César	=[sem os outros saber]
21	Fabiane	[escondido]
22	Júlio César	a gente via porque- a gente via do nada, a gente
23		ficava com medo de contar e também a gente era
24		pequeno. os moleques já tinham 15, 16 anos a
25		gente ficava com medo, ele mais velho
26	Alessandra	sim, <u>claro</u>
27	Júlio César	aí a gente só contava pra tia Fabiane
28	Fabiane	aí contava tudo eu ficava “gente, pode falar”. aí eu ficava apavorada, mas fingia tranquilidade
29		
30		
31	Alessandra	Hh
32	Júlio César	e já sabia, ela já ia lá sabendo quem fazia
33		isso-
34	Fabiane	“eu não quero você junto”-
35	Júlio César	é:: perto do ( )
36	Fabiane	“eu não quero você junto com fulano”. “ele
37		fugiu” aí eu, “ai graças de Deus”
38	Júlio César	hh
39	Alessandra	hh
40	Júlio César	eu lembro disso
41	Fabiane	mas assim, aí eles confiavam em mim porque eu
42		não contava com os educadores comigo para isso.
43		eu sabia que não tinha jeito, eu não ia mudar o
44		sistema
45	Alessandra	não, é
46	Fabiane	eu tinha que proteger eles. como que eu fazia
47		isso? paparicando eles, levando, ficando bem. e
48		assim levava vídeo game, computador. acabou que
49		ficou tudo lá e eles foram para outro abrigo
50		

Fabiane inicia apresentando um resumo e revelando o nível de intimidade e confiança já estabelecido entre ela e os filhos (linhas 1-5). Ela utiliza palavras intensificadoras (muito:: muito.- linhas 1 e 2; tempão- linha 4), revelando que foi um processo árduo, de construção e estabelecimento de laços. Através do vínculo consolidado, ela conseguiu promover alguns princípios e valores educacionais aos jovens, como não utilizar drogas e ter cuidado com quem se relacionavam. Júlio César, em seguida, complementa a fala, de forma a ratificar o que é narrado e

transparecer a apreensão do ensinamento (linha 6). Fabiane, em seguida, ratifica a fala de Júlio César, concordando com o que foi apresentado e complementando (isso aí, não anda-), porém sendo interrompida.

Júlio César toma o turno de fala e inicia uma micronarrativa, reforçando e justificando o ponto da narrativa, que está sendo apresentado (linhas 8-13). Ao narrar, ele confere maior credibilidade ao que é narrado por Fabiane, confirmando a importância das suas ações. Ele conta que os irmãos não gostavam de falar o que acontecia dentro da instituição para os educadores, com medo da represália, tanto com eles, quanto para os demais acolhidos. Apesar disso, ele reforça que para Fabiane, a rotina era compartilhada, o que é confirmado em seguida por ela (linha 14).

Dando continuidade, faço um pedido de orientação (linhas 15 e 17), buscando compreender e contextualizar a experiência narrada e como forma de me posicionar e construir como uma ouvinte ativa, o que é respondido por Júlio César e Fabiane (linhas 16, 18, 20 e 21), localizando a narrativa. Em seguida, Júlio César pega um turno maior para justificar a ausência de ação, isto é, porque eles optavam por não denunciar, assumindo uma postura passiva (linhas 22-25). Ratifico, então, e concordo com o posicionamento (sim, claro), revelando a ausência de crítica e julgamentos negativos. Apesar dessa, postura interpretada como passiva pelo próprio narrador, Júlio César reforça que contava para a Fabiane o que acontecia (linha 27).

Fabiane dá continuidade à sua estratégia de conquista de confiança para poder ser atualizada sobre o que acontecia na instituição e, dessa forma, poder exercer o papel de mãe afetiva, fazendo a transmissão de valores. Uma das formas que ela achou para a manutenção do diálogo aberto foi não esboçar reações e julgamentos diante do que era narrado, posicionando-se sempre como aberta para conversa, independentemente da gravidade da situação (linhas 28-30). Com as informações, ela conseguia instruir os filhos a manterem uma boa postura e escolherem boas companhias (“eu não quero você junto com fulano”).

De forma leve e descontraída, o que pode ser percebido pelos risos (linhas 31, 38 e 39) e avaliações da situação (linhas 29-30 e 39), Fabiane narra sua estratégia, tendo ciência de que a rede de acolhimento era um sistema muito maior e que sua ação poderia apenas ter resultado no micro, no caso, na vida dos filhos (linhas 41-44). O poder ao qual a resistência estava em oposição era tanto da rede,

em geral, como da sociedade que se corrompe com a sequência de ações desvirtuadas.

Fabiane, então, finaliza a narrativa revelando o seu objetivo, a postura assumida de responsabilidade e de agente e a sua missão (eu tinha que proteger eles.). A partir dessa meta, ela apresenta suas estratégias (paparicando eles, levando, ficando bem. e assim levava vídeo game, computador. acabou que ficou tudo lá e eles foram para outro abrigo). Para proteger os filhos, além de garantir a transmissão e o cuidado pelo ensinamento de valores, ela precisava garantir um ambiente amigável e acolhedor. A forma encontrada para isso e para minimizar as agressões e a rejeição foi aproximar-se dos educadores, estabelecendo um laço de confiança, o que garantia um melhor tratamento aos jovens. Além disso, ela levava presentes para os irmãos e para as demais crianças das instituições, que acabavam, muitas vezes, ficando nos locais após as transferências.

É possível perceber que Fabiane e Júlio César coconstroem a narrativa de forma bastante colaborativa. A partir de exemplos e justificativas, eles revelam as estratégias empreendidas, bem como as consequências delas. A mãe afetiva foi uma das principais responsáveis por garantir melhores condições de tratamento por parte dos educadores no acolhimento. Ao realizar visitas constantes, os profissionais percebiam seu envolvimento e minimizavam os maus-tratos. Essa realidade era alterada pontualmente, não se estendendo aos demais acolhidos das instituições. Como Fabiane apresenta, ela não mudava o sistema. Essa narrativa complementa todas as demais histórias apresentadas ao longo da entrevista sobre as violências vividas nesses locais, tanto por parte dos demais colegas, como pelos educadores. Como presente neste fragmento, é possível perceber que a estratégia de proteção, o estabelecimento de confiança e a educação de Fabiane tiveram resultados positivos, o que é confirmado por Júlio César.

A partir da sua experiência, nem sempre sendo bem recebida nas instituições pelos responsáveis, e das condições inadequadas vividas pelos filhos, Fabiane, ciente da situação desfavorável, posiciona-se como agente e elabora estratégias para resistir ao sistema e ao poder dos profissionais da rede de acolhimento, implementando ações para, minimamente, provocar mudanças no micro (Hollander & Einwohner, 2004; Ewick & Silbey, 2003). É por meio dessas ações que os irmãos passam a sofrer menos agressões e a se desenvolverem socialmente e buscarem

condições adequadas para um futuro melhor. Além de resistir ao poder, eles resistem ao destino fatídico do descaso social, diante das condições adversas.

### 5.2.3

#### O início da resistência

O acolhimento institucional pelo qual os irmãos passaram sempre foi cercado de violência e eles sempre buscaram estratégias para tentar se defender nesse ambiente hostil. Apesar de essa seção ser intitulada como “o início da resistência”, considerando as demais narrativas apresentadas, é possível perceber que a resistência já estava presente há muito tempo em suas vidas, antes mesmo de irem para o acolhimento. Todavia, Jonas narra e apresenta o aprendizado das artes marciais como um marco na ação de defesa diante das agressões.

Os jovens narram, no fragmento a seguir, de forma coconstruída, o desenvolvimento de habilidades para defesa pessoal. Apesar de não haver explicitamente esse propósito, eles veem no ensino da prática uma possibilidade de se defenderem das agressões dos demais jovens acolhidos.

#### Excerto 05: “Foi aí que a gente passou mais a se defender”

01	Jonas	eu acho que:: quando a gente fez capoeira lá foi <u>aí</u>
02		que a gente passou <u>mais</u> a se defender. a gente
03		passo:u a >reagir a- as agressões<=
04	Júlio César	>po, mas não sabe mandar uma::...<=
05	Jonas	= não, mas é sério, a gente passou a se defender
06		mais
07	Alessandra	mais em que sentido? assim... vocês...?= [sempre tem]
08	Júlio César	= de um garoto mais velho
09	Fabiane	
10	Jonas	[querendo pegar]-
11		>bater< porque lá não- a briga não tinha limite=
12	Júlio César	=é=
13	Jonas	[ou desmaia...]
14	Júlio César	[brigava os educadores não queiram sa-]
15	Jonas	[eles quebravam]
16	Júlio César	[>não queria saber se machucar<]
17	Jonas	tinha um garoto que- >quando eu aprendi- ele não
18		aguentou na mão-< ele quebrou o:: negócio:: e tacou
19		igual um disco de voador <u>o piso de chão</u>
20	Júlio César	o::h
21	Alessandra	[que isso]
22	Jonas	[o Edmundo...] não sei quem gritou “olha aí-” quando
23		eu olhei vulp
24	Júlio César	Caraca
25	Jonas	passou
26		( )
27	Jonas	cara, eu vi um vulto. era- era uma briga assim- se
28		não tiver educador rola até <u>morte</u> (0.8) então a
29		partir dessa briga a gente passou a saber se defender
30		porque lá tinha capoeira (0.2) lá tinha judô >tinha

31		umas coisinhas< essas coisinhas básicas que para
32		eles não era nada para a gente era um incentivo de
33		alguma coisa
34	Júlio César	[mas de tanto a gente apanhar] no começo
35	Jonas	[já era alguma coisa]
36	Júlio César	a gente começou depois [é::]
37	Jonas	[já::]
38	Júlio César	[querer se defender]
39	Jonas	[querer se defender]

Jonas começa a história resumindo e apresentando o ponto da narrativa (a gente passou mais a se defender). Ao utilizar e enfatizar o uso da palavra “mais” é possível compreender que estratégias de defesa já eram comuns. Apesar da resistência inicial, para conceder um turno de fala maior para a narrativa (linha 4), Júlio César junta-se a Jonas para coconstruí-la. Mesmo com o caráter excepcional da narrativa, dado que os narradores a apresentam como um divisor entre antes e depois de aprender as artes marciais na relação com os demais acolhidos, Fabiane revela seu alinhamento com a história apresentada e complementa revelando a recorrência de desavenças nas relações dos jovens que vivem nesses locais (linha 9).

É possível perceber que as relações de poder entre as crianças e os adolescentes que passam pelas instituições de acolhimento são constantemente colocadas em foco por meio das brigas. Fabiane confirma e se alinha com a narrativa que vai sendo construída, reforçando a recorrência dos acontecimentos ([sempre tem]). Dado o ambiente agressivo, os irmãos veem no aprendizado das artes marciais uma oportunidade de defesa diante do contexto violento que estão inseridos. A violência nos locais de acolhimentos pode ser compreendida como um problema criado pelo sistema, diante da ausência de condições ideais para a educação dos jovens.

Como forma de suscitar a elaboração da narrativa, bem como para obter mais orientação, peço mais informações e detalhes (linhas 5-6). Dessa forma, a relação de causalidade entre os eventos é apresentada como forma de justificar o que é narrado (Linde, 1993). Jonas e Júlio César, então, constroem o cenário narrativo, explicando a recorrência da violência e trazem a “narrativa marco” da mudança, o que leva a uma nova postura e reação dos personagens (linhas 18-20; 23-24 e 28-35). Júlio César reforça a ausência de controle e iniciativa para reduzir ou acabar com a violência ([brigava os educadores não queiram sa-]), o que

revela a consciência das ações desfavoráveis, que os impulsiona à elaboração das estratégias.

Jonas apresenta como os irmãos passam a dar valor às artes marciais como forma de resistência. Ele afirma que, na ausência de educador, as brigas poderiam resultar em mortes, caso mais extremo, (*se não tiver educador rola até morte*), o que reforça a necessidade de eles desenvolverem a estratégia para resistir ao poder. A escolha da palavra “morte” revela o grau máximo de risco e reforça a gravidade da situação. Nesse momento, a estratégia empreendida é: aprender lutas marciais. Trata-se de uma forma de resistência ao micropoder das relações estabelecidas entre as crianças e os adolescentes que viviam na instituição e, novamente, sobreviver, diante da possibilidade de consequências trágicas.

A “representação do eu” se dá de forma agentiva, isto é, os irmãos são narrados como agentes da situação (*a gente passou a saber se defender*), dotados de consciência e iniciativa para resistir às injustiças e provocar mudanças. Apesar da coconstrução, Jonas é quem tem o maior turno de fala, sendo o responsável por narrar o sucesso da estratégia e tomando para si o papel de irmão mais velho e experiente.

É interessante observar que dois poderes são colocados em foco na narrativa: o dos profissionais do acolhimento institucional, que assumem uma postura passiva diante da violência, não a impedindo; e o dos jovens acolhidos, os quais são responsáveis pelas agressões em si. A resistência empreendida atinge esses dois poderes. Pela narrativa apresentada, é possível perceber que os irmãos colocam a violência, ainda que em forma de defesa, no caso deles, como algo inevitável. A falta de recursos e a passividade de profissionais que interferiam nas situações são os fatores que levam a tal. Dessa forma, ao aprenderem as artes marciais, eles veem uma possibilidade de atuação. Jonas revela que, para a maioria, essas atividades poderiam não ter valor, mas para eles foram um incentivo de ação (*lá tinha judô >tinha umas coisinhas< essas coisinhas básicas que para eles não era nada para a gente era um incentivo de alguma coisa*). Assim, Jonas e Júlio César marcam o antes (linha 34) e o depois (linha 38), avaliando a situação positivamente.

### 5.2.4

#### Defesa e resistência

Jonas, por ser o irmão mais velho, sempre teve o senso de responsabilidade e de cuidado com os irmãos mais novos. Como o acolhimento institucional sempre foi cercado por violência, seja por parte dos educadores, seja por parte de outros acolhidos, ele desenvolveu a estratégia de, em casos críticos, não dormir para poder olhar os caçulas, assumindo a postura de protetor e de responsável por garantir o bem-estar.

Trata-se de uma atitude empreendida diante da passividade dos responsáveis por proteger os acolhidos, os educadores locais. Jonas tem a agência e a iniciativa de cuidar dos irmãos, ciente de que não poderia contar com mais ninguém para tal.

#### Excerto 06: “Ele sempre teve esse senso de responsabilidade por ser o mais velho”

01	Alessandra	vocês chegavam a brigar?
02	Jonas	ah já
03	Joaquim	que? ((Joaquim conversa paralelamente com Fabiane))
04		
05	Jonas	já teve dia que eu não dormia no quarto >as
06		vezes eu não dormia no quarto<
07	Alessandra	pra ficar olhando eles
08	Jonas	eu via eles dormir e ficava olhando eles
09		dormir, porque os garotos queria
10	Fabiane	ele sempre teve esse senso de responsabilidade
11		por ser o mais velho
12	Jonas	eu já- eu já- garotos grandes, mais velho,
13		maior que eu, queria bater no meu irmão mais
14		novo sem medir a força

Diante das narrativas de violência, pergunto se eles já haviam chegado propriamente, a brigar. Até o momento, nas narrativas apresentadas, eles relatavam que buscavam evitar brigas, recorrendo a diversas formas de defesa. A pergunta, então, surge como um pedido de esclarecimento. Jonas prontamente responde afirmativamente (linha 2).

Paralelamente à interação central da entrevista, Joaquim e Fabiane conversam, o que é captado pelo gravador (linha 3); porém, o foco na interação central permanece. Jonas continua seu turno, apresentando uma das suas estratégias desenvolvidas para proteger os irmãos da violência (já teve dia que eu não dormia no quarto >as vezes eu não dormia no quarto<). Narra que deixava de dormir no quarto para poder “vigiar” os irmãos, para que outros colegas de acolhimento não batessem neles (linhas 8-9 e 12 e 13). Dessa forma, ele constrói sua imagem de

irmão mais velho e protetor, o que é confirmado e ratificado por Fabiane (ele sempre teve esse senso de responsabilidade por ser o mais velho). Os irmãos sempre desenvolveram a união, a solidariedade e o cuidado mútuo, em grande parte devido à ciência dos limites da proteção da rede de acolhimento e ao sentimento de “eles por eles”. Jonas tem a agência e iniciativa de desenvolver a estratégia de resistência e proteção, dada a consciência das seguintes condições desfavoráveis:

- 1- a ausência de intervenção dos educadores para separar as brigas;
- 2- a desigualdade em termos de idade e força física (garotos grandes, mais velho, maior que eu, queria bater no meu irmão mais novo sem medir a força).

Ele narra que o alvo, comumente, era o irmão mais novo, Joaquim, o que em outras narrativas é explicado o motivo (o caçula fazia mais amizades, o que por conseguinte, acabava gerando desavenças eventualmente).

### 5.2.5

#### Conhecimento como estratégia de resistência

Uma das estratégias desenvolvidas pelos jovens foi a utilização do conhecimento dos direitos para seu benefício. Jonas descobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e vê uma oportunidade de utilizá-lo a seu favor, uma forma de resistir ao poder implicado pelos educadores das instituições, tendo noção dos seus direitos.

No fragmento a seguir, é interessante observar que, além das estratégias de resistência desenvolvidas pelos irmãos, há o relato das ações dos responsáveis pelas instituições de acolhimento. Eles, para manterem o domínio, elaboram ações para controlar e eliminar o que possa perturbar a ordem.

#### Excerto 07: “Criança gosta de aprender”

01	Jonas	aí a gente- aí- olha só como criança que criança é invocada. criança gosta de aprender dizem que não gosta >mas gosta<- quando é necessidade criança gosta. tinha um livro lá de lei, um garoto e lá sabia de <u>tudo</u> o- o-
06	Júlio César	Leandro
07	Jonas	o Leandro. ele foi transferido <u>assim</u> ((estala os dedos)) a gente viu aquele livro “por que o Leandro lê aquele livro bastante?” >a gente se interessava< criança é curiosa
11	Alessandra	aham
12	Jonas	[pegamos o livro quando fomos olhar]
13	Júlio César	[a gente tinha quinze anos já]
14	Jonas	tinha a lei das crianças <u>toda</u>

15	Joaquim	estatuto da criança do adolescente
16	Alessandra	aham
17	Júlio César	e quando o diretor=
18	Jonas	=a gente já falava o que tinha na lei [a gente
19		já sabia] o artigo
20	Alessandra	[hh]
21	Jonas	e a coisa
22	Alessandra	os próprios advogados hh
23		( )
24	Jonas	ai ele falou "eu tô com telefone" >acho que ele tava pegando do
25		google < "eu tô com o telefone. não, leva eles pro futebol e deixa
26		que eu reviso o quarto". "tá bom, vamos pra praia ((bate palmas)),
27		vamos pra praça, vamos jogar bola. eu pago o refrigerante!", ai "só
28		hoje". esses daqui foram igual louco. ai eu "gente↓, isso daí é
29		furada, isso é furada"
30		
31		
32	Alessandra	hh
33	Júlio César	hh
34	Jonas	mas eu não sabia que eles iam pegar o livro
35	Alessandra	aham
36	Jonas	só sabia que era uma intenção- ai eu "gente
37		isso é furada", "e tá maluco? não saio há um
38		tempão, tô aqui preso direto"
39	Júlio César	"vamos lá"
40	Jonas	"quem tá de castigo também pode sair"
41	Alessandra	hh
42	Júlio César	hh é falava assim mesmo
43	Jonas	ai estou eu- ai geral foi ai eu enrolei enrolei
44		e acabei indo. ai voltamos tava tudo revirado
45		pegou o telefone de todo mundo hh
46	Alessandra	caraca
47	Jonas	tava tudo lá em cima da mesa igual crime quando
48		acha droga >esses negócios<
49	Alessandra	hh
50	Jonas	ai a gente "ah então é isso daqui que vocês
51		estavam lendo, né?"
52		(1.5)
53	Jonas	"agora eu quero ver vocês saberem de alguma
54		coisa", mas já tinha gravado tudo
55	Alessandra	é, o conhecimento ninguém tira. o que tá na
56		cabeça

Jonas inicia a narrativa resumindo e desconstruindo o discurso comum ("dizem") de que criança não gosta de aprender (criança gosta de aprender dizem que não gosta >mas gosta<- quando é necessidade criança gosta.) e utiliza sua narrativa e experiência para exemplificar e justificar o que foi dito. Instigado pelo interesse de um colega em um livro, o irmão mais velho resolve descobrir o conteúdo do material e se surpreende ao se deparar com as leis do Estatuto da Criança e do Adolescente, até então desconhecidas para o grupo (linhas 1-5 e 7-10). Jonas, Júlio César e Joaquim narram de forma coconstruída os eventos (linhas 12-15 e 18-19).

Jonas narra como o conhecimento do Estatuto mudou a vida dos irmãos (=a gente já falava o que tinha na lei [a gente já sabia] o artigo). A partir desse momento, eles passam a se defender e utilizar os seus direitos a seu favor,

constituindo-se como uma estratégia de resistência. A partir da ação, agência para adquirir o conhecimento, eles exigem melhores condições, de acordo com os direitos garantidos por lei. Ratifico-os, comparando-os com os advogados, atribuindo aos jovens a autodefesa (os próprios advogados hh).

Eles apresentam, ainda, a estratégia utilizada pelos educadores do acolhimento para descobrir e pegar o material que os adolescentes estavam lendo. A estratégia desenvolvida pelos profissionais é uma forma de controlar e manter o poder nas instituições. Dessa forma, eles tratam de direitos, como se fossem privilégios, no caso da narrativa em questão, o passeio ao ar livre. A saída dos acolhidos era a oportunidade de os educadores buscarem, dentro dos pertences, qualquer material que julgassem inadequado (linhas 26-34). Apesar de não compreender imediatamente essa estratégia, Jonas já desconfia e tenta resistir (linhas 40-42), mas acaba cedendo aos “privilégios” oferecidos, dada a sua escassez.

Ao retornarem ao abrigo, são recebidos pelos educadores com a descoberta do Estatuto (aí a gente “ah então é isso daqui que vocês estavam lendo, né?”) . Jonas faz uma comparação entre o momento em que encontram o material e cenas de crime, isto é, comparando-os com criminosos que escondem coisas ilegais. O material é retido pelos profissionais para a manutenção da desinformação (“agora eu quero ver vocês saberem de alguma coisa”,) e da hegemonia do poder. Jonas, então, finaliza a narrativa realizando uma coda, afirmando que o conteúdo já tinha sido retido e virado conhecimento (mas já tinha gravado tudo) . Alinho-me, então, com um discurso de valorização do conhecimento remetendo à impossibilidade de retirar os saberes de alguém (é, o conhecimento ninguém tira. o que tá na cabeça) .

Novamente, Jonas se constrói e constrói os irmãos como agentes da mudança. Eles descobrem o que tem no Estatuto e passam a aplicá-lo (=a gente já falava o que tinha na lei [a gente já sabia] o artigo) . Mesmo sem o material, eles revelam a mudança provocada pelo conhecimento e a permanência da mudança em suas atitudes (mas já tinha gravado tudo) . Os educadores são construídos como estrategistas articulados, que conseguem descobrir o que querem para garantir a ordem e a manutenção do poder.

### 5.2.6

#### Considerações parciais

A partir das narrativas apresentadas pelos jovens da vivência no acolhimento institucional, é possível perceber que eles passaram por diversos percalços e situações desfavoráveis, sendo necessários a união, a solidariedade e, principalmente, o desenvolvimento de estratégias de resistência para atuar em oposição ao poder dominante. A construção de identidade de resistência e agência é coconstruída em todas as narrativas, sendo autoatribuída e atribuída ao outro. É comum um irmão falar do outro, construindo-o positivamente e agentivamente.

No caso dos irmãos, como já comentado, a postura agentiva está presente antes mesmo do acolhimento. Eles, sempre cientes das condições desfavoráveis, passam a resistir e a buscar melhores condições de vida e de convivência. Apesar da ciência das alterações microssociais, implicando uma melhora nas condições locais em que se encontravam, a preocupação primária, em muitos casos, era a sobrevivência dos irmãos. É possível perceber que há uma resistência a diversos poderes, sendo, em cada narrativa, representado por uma pessoa ou uma situação mais geral. Ela pode ser analisada tanto pela construção linguística com o uso do sujeito seguido do verbo de ação, como através das ações narradas.

É interessante observar que as narrativas, em geral, são coconstruídas, nunca sendo monólogos. Todos os participantes, senão boa parte, tendem a contribuir com informações para a narração, seja com orientação, ou mesmo com ações complicadoras. Na entrevista, a maior parte do turno ficou com Jonas, o que também é possível perceber pelos fragmentos apresentados. Júlio César, em segundo, colabora sempre com o irmão, ratificando e acrescentando eventos. Joaquim, por sua vez, o mais novo, apesar de marcar sua atenção, tem uma participação linguística verbal menos expressiva, sendo pouco captada na transcrição. Fabiane mantém-se atenta ao longo da entrevista, colaborando com informações, principalmente, no período do acolhimento institucional, período no qual conheceu os irmãos. É interessante salientar que, apesar do longo período de convivência, ao final da interação, a mãe afetiva revela que muitos dos eventos narrados não eram do seu conhecimento e que as histórias de maus-tratos ainda eram bastante dolorosas de serem ouvidas, mesmo com a naturalidade da narração por parte dos irmãos.

Fabiane é construída e se constrói como um pilar fundamental para o favorecimento da união e da solidariedade da família, em especial entre os irmãos. Ela, assim como os jovens, é responsável por desenvolver estratégias de resistências para que fosse possível uma melhor convivência no acolhimento institucional. A sua percepção é fundamental para a compreensão da experiência, colaborando com uma visão externa sobre os locais pelos quais os jovens passaram. Ela percebe deficiências no sistema, em geral, e no preparo dos profissionais. A partir disso, ela tenta desenvolver formas de os irmãos terem um tratamento diferenciado e melhor. Sua estratégia, a princípio, era mostrar-se presente na rotina e no estabelecimento de laços e entregar doações para os profissionais e para as instituições.

### **5.3**

#### **A saída da rede de acolhimento**

Durante o período de acolhimento, as crianças e os adolescentes passam pelo processo de retomada de convivência ao núcleo da família biológica, quando é possível, ou entram para a fila de disponíveis para adoção. Quando a adoção não ocorre, os atendidos permanecem no acolhimento institucional até chegarem à maioridade, como aconteceu com os irmãos entrevistados.

Ao alcançarem a maioridade, os jovens são convidados a se retirarem do acolhimento institucional, sendo oferecida a modalidade de República (descrita e apresentada no capítulo 2) caso não tenham um local para residir. Jonas, como irmão mais velho, foi o primeiro dos três a completar 18 anos e ter de sair da rede. Apesar de ter conseguido trabalhar e se especializar ao longo da adolescência, ele ainda não tinha ainda uma situação financeira e social estável com um local para ficar após a saída do acolhimento.

#### **5.3.1**

##### **Resistindo pelo direito**

No excerto a seguir, Jonas narra como foi sua saída do sistema de acolhimento. Diferentemente do que determina a lei, ele apresenta que o local

oferecido para jovens que completam 18 anos é o Centro Pop<sup>16</sup>, ambiente no qual os participantes apresentam como de acolhida para aqueles que não têm uma rede familiar de apoio (não necessariamente sendo jovens que passaram pelo acolhimento), emprego e moradia, podendo acolher pessoas com passagem pela polícia e dependentes químicos, não sendo um local de boa aceitação entre eles (dada a complexidade e variedade de origem do público acolhido). Jonas, então, resiste, buscando evitar ir para esse local, mesmo sem, inicialmente, ter outra opção de instalação. Ele narra o diálogo no dia da sua saída, revelando sua estratégia de resistência empreendida junto ao diretor, ao educador e ao assistente social.

Como já dito anteriormente, Fabiane nunca adotou os irmãos, porém sempre os apoiou socialmente e financeiramente quando necessário. Diante da necessidade de desligamento da rede de Jonas, ela, juntamente com outra amiga, alugou um local para que ele pudesse estabelecer-se. Vale ressaltar que, como, no momento da entrevista, todos já eram maiores de idade, todos já haviam passado pelo processo de desligamento, entretanto cada um teve uma particularidade. Ao sair, Jonas, com ajuda da Fabiane, estabeleceu-se em uma residência e conseguiu um emprego, o que lhe permitiu pegar a guarda dos irmãos mais novos, tornando o processo de desligamento deles menos conturbado.

### Excerto 8: “É porque eu tinha direito”

01	Jonas	aí (1.0) aí ok, aí chegou assim o educador >já
02		tinha passado três meses que eu já tinha feito
03		18 anos< o moço falou “você não pode mais ficar
04		aqui”. aí eu “mas calma aí, eu quero um tempo
05		ainda, eu tô vendo um lugar e tal” aí “tá bom,
06		eu vou te dar esse tempo” até que um dia que
07		eu tava lanchando >tinha acabado de acordar< aí
08		eu fui lanchar >tinha lanche da tarde<. quando
09		eu fui lanchar apareceu o diretor, educador,
10		assistência social já com a kombi [lá fora]
11		falou assim
12	Júlio César	[ei-]
13	Jonas	“arruma as tuas coisas que tu vai”, aí eu “pra
14		onde?”, “vai pro centro pop”. tipo já esgotou
15		seu tempo agora- o único caminho é o centro
16		pop “a não ser-” >já tinha lido a lei<
17	Alessandra	Aham
18	Jonas	>já tinha conhecido a lei < e “não tem outro
19		caminho, você vai com a gente se arruma lá
20		rápido que tá na hora”, “ué, mas eu tenho

<sup>16</sup> O Centro POP tem como foco o atendimento à população em situação de rua, oferecendo, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Além desse serviço, a unidade deve oferecer o Serviço Especializado em Abordagem Social, conforme avaliação e planejamento do órgão gestor local. Disponível: [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/suas/creas/centro\\_pop\\_institucional.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/suas/creas/centro_pop_institucional.pdf). Acesso em: 12 out. 2020.

21		dezoito anos”, “é por isso que você tem que
22		sair”, “então eu posso tomar minhas próprias
23		decisões, eu posso escolher entrar ou não
24		entrar. eu não quero entrar”. “não, você não
25		tem escolha não” <“você quer discutir comigo
26		que eu não tenho escolha? Eu não sou burro
27		não”> aí eu comecei a falar da lei que tinha
28		tal. “não, eu não tô falando que você não tem
29		escolha, eu tô falando que é o melhor a se
30		fazer, porque você já tá de maior não sei se
31		tem pra onde ir, não quero você indo para o
32		lugar errado”. eu falei “não, eu tenho para
33		onde ir”
34	Fabiane	aí nessa época-
35	Jonas	aí- aí eu falei eu tenho pra onde ir pode
36		cancelar a van que eu não vou entrar nela não
37	Júlio César	pode cancelar a van
38	Alessandra	pode cancelar- hh cancela esse uber aí hh
39	Júlio César	hh
40	Jonas	é porque eu tinha direito, com dezoito anos
41		você é- o direito é teu, se você falar que
42		quer sair dali você pode sair até com 15 dias
43		[pra dezoito anos]
44	Júlio César	[falar com alguém, padrinho]
45	Jonas	você tem que voltar para assinar, depois que
46		eu assinei aquilo ali eu sou dono de mim.
47		ninguém tem que falar onde-
48	Alessandra	-gente, é muito assim, você tem uma data
49	Jonas	é
50	Júlio César	[se ele não organizar- se ele não]
51	Jonas	[ ] assinou o
52		papel...

Jonas inicia a narrativa orientando os ouvintes sobre a sua idade e o tempo decorrido desde a sua chegada à maioridade (linhas 1 e 2). Ele, então, utiliza a fala reportada para trazer à narrativa a voz do educador que o abordou, informando-lhe que seu tempo de estadia na instituição havia acabado. Jonas pede mais um tempo, argumentando que está em busca de um local, o que é concedido. Posteriormente, em outro dia e momento, a abordagem retorna a acontecer, dessa vez feita por um grupo de profissionais (diretor, educador e assistente social). Para revelar a falta de planejamento, aviso e informação, Jonas reforça que havia acabado de acordar e estava lanchando, o que demonstra que não tinha qualquer ciência do final do prazo (linha 6-10) e não havia se programado para a saída.

Os responsáveis pelo desligamento do jovem apresentam o Centro Pop como única e última opção. Jonas, em contrapartida, resistindo, recorre aos seus conhecimentos como estratégia de se opor (a não ser-“ <já tinha lido a lei<). Apesar da sua oposição, os profissionais reforçam que não há outro caminho (“não tem outro caminho, você vai com a gente se arruma lá rápido que tá na hora”) . Jonas narra, utilizando o discurso reportado, o diálogo em que discute a questão dos direitos e deveres dos cidadãos (linha 19- 33). Ao questionar sobre as

suas possibilidades e escolhas, o profissional revela preocupação, mitigando a autoridade e a imposição do desligamento e encaminhamento para o local de destino.

Fabiane, então, intervém na narrativa buscando acrescentar uma nova história (linha 34), porém o turno não é concedido e Jonas continua (linhas 35 e 36). Dada a leveza da narração, é possível perceber, pela transcrição dos risos, que Júlio César e eu rimos e brincamos ao associar a van da assistência com um Uber, algo que poderia ser cancelado a qualquer momento, o que permite o controle de quem faz a solicitação (linhas 37 e 38). Mantendo a narrativa e não se alinhando com a brincadeira, Jonas justifica sua postura (linhas 40-43; 45-47), fornecendo explicações sobre a legislação. Mostro-me, então, surpresa e avalio o que foi narrado anteriormente (*-gente, é muito assim, você tem uma data*), esboçando inconformidade com a forma de condução do processo de desligamento narrada, que resume todas as etapas a uma data fixa. Júlio César reforça a necessidade da presença de um padrinho ou de outra pessoa fora do sistema para auxiliar nesse processo (linha 44) e a importância de o próprio jovem se organizar (linha 50). Jonas finaliza, então, abreviando em uma frase incompleta a que todo o processo se resume (*assinou o papel...*).

A chegada da maioria era um período muito temido por Jonas, como é apresentado na entrevista por Fabiane na entrevista, dada a incerteza do futuro. No período da saída, Fabiane passava por diversas complicações na sua vida, com a chegada de um bebê e a separação conjugal, o que acabou tornando as visitas nesse período um pouco mais espaçadas. Apesar disso, ela foi fundamental para a instalação de Jonas em uma moradia segura.

A resistência de Jonas se dá em oposição a todo o sistema de acolhimento, sendo representado, concretamente, pelo educador, diretor e assistente social, responsáveis pela realização do desligamento. Toda a oposição se dá em relação à forma como é conduzido todo o processo, a obrigatoriedade de aceitar as condições impostas. Jonas não resiste à saída, mas, sim, à apresentação do Centro Pop como única opção. Na narrativa, a rede de acolhimento não desenvolve estratégias para auxiliá-lo na sua saída e, quando questionados sobre a falta de opção e obrigação de encaminhamento para a Unidade, os profissionais constroem um discurso de preocupação e cuidado para que ele não fique desabrigado.

Jonas se constrói como um agente capaz de mudar o rumo do seu futuro, da sua moradia, dono das suas decisões, não permitindo que outros interfiram (você tem que voltar para assinar, depois que eu assinei aquilo ali eu sou dono de mim. ninguém tem que falar onde-). Sua única obrigação legal explícita passa a ser a assinatura do papel, ademais, ele é o único responsável pela condução da sua trajetória a partir daquele momento, rompendo os laços definitivamente com a rede de acolhimento. Ao utilizar o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu benefício, ele se posiciona como um conhecedor dos seus direitos e deveres. A agência narrada no processo de desligamento é também confirmada por Júlio César ([se ele não organizar- se ele não]), favorecendo a construção da identidade do irmão.

Como já abordado, por se tratar de uma entrevista em que os jovens narram suas histórias de vida, é possível perceber o entrelaçamento das histórias (Linde, 1993), como acontece nesse excerto apresentado. É possível perceber a associação dessa narrativa com a apresentada no excerto 7, quando os irmãos conhecem e aprendem o Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta narrativa é mais uma aplicação desse conhecimento, isto é, mais uma estratégia de resistência que teve como ação e objeto a utilização do conhecimento para resistir ao poder dominante, nesse caso os educadores, diretores e assistentes sociais.

### 5.3.2

#### Considerações parciais

A saída do acolhimento, principalmente para aqueles que passaram a maior parte da infância e adolescência nesse local, não é algo fácil, como apresentado por Jonas. Na narrativa apresentada, o desligamento é narrado como uma imposição, sem opções e com poucos auxílios, indo em oposição ao que é explicitado na lei. O jovem resiste, pela última vez, ao sistema, negando-se a aceitar as condições impostas e julgadas por ele insatisfatórias. Para tal efeito, ele recorre aos conhecimentos adquiridos do Estatuto da Criança e do Adolescente e utiliza a lei a seu favor.

É importante destacar que, assim como nas outras narrativas, a resistência não se dá, diretamente, aos profissionais envolvidos, mas ao poder e às instituições

que eles representam. Por meio da consciência das condições desprivilegiadas, somada com a estratégia de resistir por meio do conhecimento adquirido, Jonas questiona a suposta falta de opções e a real necessidade e obrigatoriedade de obedecer às regras impostas. Ele se constrói e se posiciona como “dono de si” e o responsável por trilhar a sua jornada, sendo agente e único regente da sua vida a partir daquele momento. Diante do confronto, os profissionais deixam a postura de autoridade impositiva e reativa e passam a ser construídos como preocupados com o futuro do menino, em uma posição defensiva, o que indica o sucesso de Jonas na sua empreitada de enfraquecimento do poder e alteração da realidade na qual se inscreve.

## Considerações finais

Narrar é mais do que apenas contar histórias: é apresentar-se para o outro, construir-se. Por meio da Análise da Narrativa e da abordagem SocioInteracional do discurso, é possível obter entendimentos do microssocial, contribuir com reflexões e proporcionar um novo olhar para a situação de milhares de crianças e adolescentes que se encontram no acolhimento institucional no Brasil.

Por meio de autores e pensadores, é possível compreender a importância de analisar e ouvir as narrativas na interação social, sendo estas uma forma de organizar a experiência humana (Bruner, 1990). Dessa forma, contribui-se com o processo de construção de conhecimento da vida social, garantindo visibilidade a um grupo periférico em nossa sociedade.

As narrativas de passagem pelo acolhimento institucional presentes neste trabalho auxiliam a compreensão das experiências dos narradores. É possível compreender como as relações são construídas e estabelecidas nesse contexto, bem como o estabelecimento das relações de poder e da resistência. As histórias apresentadas permitem identificar as diferentes necessidades e estratégias desenvolvidas por Fabiane, Joaquim, Jonas e Júlio César após terem consciência das limitações impostas pelo poder, impulsionando mudanças para buscar melhores condições de vivência e sobrevivência nos locais de acolhimento.

As narrativas fazem parte do repertório da história de vida (Linde, 1993) dos participantes, sendo selecionadas e contadas de acordo com o contexto e o público. É evidente a construção agentiva (Duranti, 2004) dos entrevistados, sendo os principais agentes de suas vidas, provocadores e mantenedores das mudanças, resistentes ao poder hegemônico que, a partir das narrativas dos participantes, pouco auxiliou a promoção do cuidado, da união entre os irmãos e do favorecimento do conhecimento prático (vale ressaltar que todos frequentaram escola). Os atos de resistência narrados ultrapassam o micro, os profissionais das instituições, e alçam voos maiores para o macro, como a justiça e toda a rede de acolhimento de crianças

e adolescentes. Com ações micro, eles conseguem provocar micromudanças em suas realidades.

O objetivo geral é compreender como os participantes constroem e narram suas estratégias de resistência, desenvolvidas para resistir ao poder em cada situação, observando a coconstrução narrativa e a identidade de agência (Duranti, 2004; Ahrean, 2000) e resistência (Castells 1999; Ewick e Silbey, 2003) elaborada na interação. Este objetivo é desenvolvido por meio de 3 perguntas de pesquisas, as quais busquei responder ao longo da análise e sumário neste capítulo:

*1- Como os participantes organizam e narram a experiência do acolhimento institucional?*

Na entrevista em grupo, é possível perceber que os participantes selecionam e contam as narrativas que compõem as suas histórias de vida, falando sobre os eventos que ocorreram antes, durante e depois do acolhimento institucional, elaborando uma espécie de linha do tempo. Eles elegem a ordem temporal como o fio condutor das narrativas, respeitando a cronologia da vida.

Os participantes se constroem como agentes, sendo os responsáveis por elaborar estratégias de resistência diante do poder dominante. Eles revelam a consciência, desde novos, das condições desfavoráveis e apresentam suas ações para combatê-las. A construção passiva ou de vítima é evitada por todos os participantes.

As narrativas são construídas, em sua grande maioria, em conjunto. Apesar das experiências compartilhadas e comuns, cada um fornece o seu ponto de vista dos eventos, colaborando para a coconstrução, interação e elaboração de identidade compartilhada em grupo.

*2- Quais são as estratégias desenvolvidas para a resistência nestes locais?*

Os participantes narram diversas estratégias de resistência desenvolvidas ao longo de suas vidas. Elas são elaboradas a partir de diferentes necessidades sentidas diante das situações desfavoráveis, desde antes mesmo de irem para o acolhimento institucional. Dentre as estratégias elaboradas ao longo de todos os contextos, pode-se citar: guardar alimento na boca para compartilhar com os irmãos; fingir desmaio; decorar o número para informar a localização; educar e ensinar respeito de valores éticos; aprender artes marciais para defesa; aprender o ECA e utilizá-lo para sua defesa; decidir o local para onde ir após a maioridade. Cada uma dessas ações é

executada por um ou mais entrevistados, sendo narrada na primeira (singular/plural) ou na terceira pessoa.

É possível perceber que as estratégias de resistência estão presentes desde a primeira infância, ainda durante a convivência com a mãe biológica. Nesse período, mais do que se opor ao poder dominante, as ações empreendidas tinham o objetivo da sobrevivência, dada a gravidade dos maus-tratos sofridos (agressões, tortura psicológica pela privação das necessidades fisiológicas e privação da alimentação). Com a ida para o acolhimento institucional, as necessidades de resistência e as condições desfavoráveis são alteradas. Os irmãos passam a sentir necessidade de se proteger das agressões, de aprender a lutar pelos seus direitos e de resistir à separação. Além deles, Fabiane também passa a colaborar com estratégias para que a união da família permaneça.

É possível perceber que as estratégias de resistência são apresentadas por duas vertentes: por meio do discurso, com o uso do agente seguido pelo verbo de ação, e por meio da narração das ações empreendidas. Os dois recursos utilizados pelos participantes são complementares, fazem parte da construção da identidade e da forma selecionada para apresentar os eventos narrados.

*3- Como, na interação da entrevista, os participantes colaboram uns com os outros na construção de suas identidades?*

Na elaboração conjunta das narrativas, é possível perceber que os participantes se constroem e constroem o outro ao narrarem. As histórias são elaboradas de forma colaborativa e ratificada, o que revela a horizontalidade hierárquica na entrevista, apesar de ser possível identificar a presença predominante da fala dos irmãos mais velhos, Jonas e Júlio César, em detrimento do mais novo, Joaquim, e de Fabiane.

A coconstrução das narrativas é fundamental para a interação e participação de todos os ouvintes nas histórias. As narrativas apresentadas fazem parte da história de vida do grupo e foram compartilhadas. A única externa ao contexto sou eu, a pesquisadora, que não conhece os eventos, mas que se alinha com o que é narrado, sempre promovendo, dando espaço e ratificando, quando necessário, as narrativas, de forma a conceder e manter o turno maior dos entrevistados.

As narrativas desenvolvidas nem sempre seguem o modelo laboviano, porém apresentam elementos que auxiliam a compreensão da sua elaboração. A

história de vida é um conjunto de narrativas que são narradas de acordo com os objetivos dos narradores e, em muitos casos, não apresentam início e fim bem delimitados (Linde, 1993). É exatamente o que se pode perceber nos fragmentos selecionados e transcritos. As histórias se relacionam de tal forma que uma tem relação direta com a outra, sendo muito difícil fazer uma separação. Porém, apesar disso, todas têm início e fim, além de apresentarem o ponto, o que garante a sua legitimidade e aceitação por parte do público.

É possível perceber que há uma construção de identidade coletiva, na qual os participantes se auxiliam e contribuem para a atribuição de características para o outro. Apesar de haver diversas experiências coletivas, compartilhadas pelos entrevistados, cada um apresenta um ponto de vista, o que enriquece os dados.

A identidade de resistência é algo construído com bastante naturalidade nas narrativas dos entrevistados. Os irmãos, ainda crianças e antes de irem para o acolhimento institucional, já agem de forma agentiva e resistem ao poder. Essa identidade é construída e mantida ao longo das demais narrativas apresentadas. Por tratar-se de resistência, é possível perceber o ponto de consciência da situação desfavorável como um divisor de comportamento e ações. É a partir de determinado momento que os entrevistados passaram a agir e a buscar mudanças no contexto.

É interessante e fundamental para compreender a importância e relevância desta pesquisa, a quantidade e a permanência de crianças e adolescentes espalhados pelo Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, nos acolhimentos. Os participantes aqui apresentados resistiram às situações adversas na rede de acolhimento, que, com frequência, promoveram a separação dos irmãos. Somente por meio da tomada de consciência das situações desfavoráveis e do empreendimento de ações para combatê-las, que a resistência promovida alterou a realidade em que se inscreviam os narradores. Os irmãos não se construíram como vítimas, mas como agentes da adversidade. Por não se enquadrarem neste papel, é possível perceber uma naturalidade e leveza na narração, inclusive pela familiaridade dos eventos e sua superação, não sendo algo estranho, alheio.

A entrevista foi tomada de momentos de risos e descontração, o que pode ser interpretado como uma estratégia de suavização dos fatos, de superação, e uma ingenuidade sobre a gravidade do que é narrado, uma vez que eles conseguiram resistir e sobreviver. Trata-se de uma forma de narrar os eventos e de lidar com os acontecimentos. As histórias de vida, no plural, por considerar que cada participante

tem a sua, apesar de muitas vivências serem compartilhadas, remetem a eventos que colocam Joaquim, Júlio César, Jonas e Fabiane em posição de heróis, na qual conseguiram combater e lutar contra um inimigo.

Para compreender a coconstrução das narrativas bem como a interação na entrevista, é fundamental observar a participação dos entrevistados. Jonas, como irmão mais velho, é quem lidera os turnos narrativos, sempre se posicionando como agente e utilizando, em muitos casos, a primeira pessoa do plural (“a gente”) para englobar os irmãos nas ações e feitos. Ele se posiciona como o detentor da memória mais fidedigna, dada sua maturidade em relação aos irmãos. Desse modo, ele se inclui nas ações e atribui a agência aos demais. Júlio César é o segundo participante que mais deteve o turno de fala nas narrativas apresentadas. Ele é responsável por coconstruir, na grande maioria, as narrativas que foram elaboradas e introduzidas. Ele introduz orientações e avaliações sobre as ações complicadoras que são apresentadas. Joaquim, por sua vez, o caçula, tem participação menor nas narrativas, como personagem, e na interação. Apesar da participação atenta, marcada por gestos afirmativos de cabeça e olhar focado no narrador, verbalmente sua colaboração é mais reduzida, contribuindo em momentos específicos por meio de orientações. Apesar disso, a agência é frequentemente atribuída a ele, sendo personagem frequente nas narrativas, por parte dos irmãos, porém não é algo reivindicado por ele, diferentemente do que acontece com os dois irmãos mais velhos. Fabiane apresenta colaboração pontual, com orientações e, inclusive, ações complicadoras suscitando novas narrativas. Eu, como pesquisadora-participante, busco promover a manutenção do turno, alinhando-me, em muitos casos, com o que é apresentado, e reforçando a identidade que é requerida para o grupo, de resistência e agência. Considera-se que o tema e a seleção de objetivo da pesquisa, por si, delimitam a seleção das narrativas, que acabam se inscrevendo no contexto focal do acolhimento institucional; porém, outros temas e vivências são narrados e compartilhados ao longo da entrevista.

A ida dos irmãos para o acolhimento é o “desfecho” de uma sequência de ações e práticas de maus-tratos praticados pela mãe biológica. Apesar disso, as instituições pelas quais passaram são apresentadas como permanentes causadoras de percalços e maus-tratos, o que justificou a constante necessidade de resistência nos locais pelos quais passaram.

A fim de organizar as inúmeras estratégias desenvolvidas pelos participantes da pesquisa, elaborei um quadro para facilitar a visualização e organização das práticas. Nele, apresento a localização do **fragmento** correspondente; o **poder dominante** ao qual o agente resiste e luta contra; o **agente** em si, quem é o responsável por agir; a ação ou situação que leva à **tomada de consciência**, fundamental para o despertar da resistência; e a **estratégia de resistência** desenvolvida e elaborada.

Fragmento	Poder dominante	Agente	Tomada de consciência	Estratégia de resistência
1	Mãe	Joaquim	Maus-tratos (restrição alimentar)	Guardar alimento na boca para compartilhar com os irmãos
2	Mãe	Júlio César	Maus-tratos (agressão)	Fingir desmaio
3	Rede de acolhimento	Fabiane, Joaquim, Júlio César e Jonas	Mudança de instituição sem repasse de informações da nova localização	Decorar o número para informar a localização
4	Rede de acolhimento	Fabiane	A realidade do acolhimento institucional não iria mudar	Educar e ensinar respeito e valores éticos
5	Adolescentes violentos do acolhimento	Jonas, Júlio César e Joaquim	Rotina de agressões, ausência de proteção	Aprender artes marciais para defesa
6	Adolescentes violentos do acolhimento	Jonas	Falta de proteção por parte dos educadores, condições desfavoráveis para briga	Evitar dormir no mesmo quarto para cuidar do irmão caçula
7	Rede de acolhimento	Jonas, Júlio César e Joaquim	Situações de desrespeito e agressão	Aprender o ECA e utilizá-lo para sua defesa
8	Rede de acolhimento	Jonas	Ciência dos direitos e deveres	Decidir o local para onde iria após a maioria

As ações desenvolvidas, mesmo quando por apenas um agente, em geral, têm o objetivo de uma mudança coletiva, uma promoção de melhores condições.

As dificuldades e necessidades promovem a união e solidariedade dos irmãos, o que faz com que cuidem um do outro. Com a chegada de Fabiane à vida e rotina do acolhimento institucional, esses laços são reforçados e ampliados para incluí-la.

Como a pesquisa foi realizada com um pequeno grupo de quatro participantes, constituintes de um núcleo familiar e devido ao caráter qualitativo e interpretativo do estudo, não é possível chegar à generalização acerca das experiências e conclusões propostas. Entretanto, a análise do microsocial possibilita a compreensão do macrosocial no que diz respeito ao acolhimento institucional. A relação do que é narrado com uma instância maior dialoga diretamente com os inúmeros dados de crianças e adolescentes acolhidos, revelando e reforçando que eles, com diversas histórias de vida, estão presentes na nossa sociedade e, em muitos casos, são marginalizados e excluídos. Os participantes, ao narrarem e contarem suas histórias de vida, exemplificam a importância de estudar e compreender o micro e reforçam as suas contribuições para o macro, mostrando-se como agentes de transformação.

O acolhimento institucional, que deve ser um local de apoio e cuidado, como exposto na legislação, não é assim apresentado nas narrativas. O lugar que deveria ser provisório foi permanente para os irmãos, que passaram grande parte da infância e toda a adolescência sob a tutela da rede de acolhimento, a qual nem sempre promoveu e garantiu a segurança, o que se revela pela necessidade dos irmãos de desenvolverem suas próprias estratégias de resistência e proteção, principalmente diante da violência. O acolhimento é, em geral, apresentado de forma negativa pelos entrevistados, no que tange às relações socioafetivas, servindo, apenas, para garantir as necessidades básicas de acesso à alimentação, moradia e educação. As instituições são descritas de forma singular, havendo algumas elogiadas. Acesso às atividades culturais, tais como as citadas pelos participantes, como artes marciais, não era regra, mas sim exceção de alguns dos locais pelos quais os irmãos passaram. Salvo exceções de instituições, principalmente no que tange aos profissionais envolvidos, os pontos negativos são sobressalentes. As relações, inclusive com os demais acolhidos, são também colocadas em pauta como grande desvantagem, o que era uma das grandes provocadoras de tensões nos locais, promovendo parte das agressões narradas.

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes é uma temática complexa e polêmica que, como apresentado, perdura há anos no Brasil, não sendo

exclusividade deste país, o que possibilita que a pesquisa promova diversos desdobramentos e entendimentos. Como contribuição para novos estudos, considero interessante a elaboração de entrevistas de pesquisa com os profissionais da rede de acolhimento e com mais acolhidos. Dessa forma, seria possível compreender a experiência do acolhimento por viés diversificado, entendendo os desafios e as limitações da prática profissional.

Aproveito para ressaltar as limitações da presente dissertação. Os dados gerados e apresentados possuem potencial para fomentar uma discussão mais aprofundada do que seria possível promover neste espaço. Eles apresentam uma grande complexidade e diversidade de possibilidades de lentes de estudo. Para os presentes fins, utilizei a lente das estratégias de resistência, mas compreendo o quão resumida essa proposta é diante da riqueza presente nos dados. Reconheço que o tema exige uma abordagem interdisciplinar, possuindo relações e contribuições, por exemplo, com as áreas de assistência social, antropologia, psicologia, direito, entre outras. Para tentar colaborar e fornecer informações suficientes para o leitor adentrar no contexto, o capítulo 2 foi escrito; porém, reconheço sua brevidade para abarcar a historicidade e as alterações burocráticas e jurídicas que a situação do acolhimento institucional da criança e do adolescente sofreu e sofre ao longo dos anos. As análises e considerações apresentadas refletem e respeitam os objetivos e o aporte teórico adotado, sendo compreendido que outras possíveis interpretações podem ser tomadas, e reconhecendo as limitações que tais escolhas têm.

A partir dos entendimentos gerados na pesquisa, considero fundamental a discussão da vivência no acolhimento institucional, bem como a revisão de algumas práticas burocráticas atualmente em vigor, de forma a respeitar a legislação e garantir melhores condições de vida nos locais. Por meio de novas políticas, é possível respeitar e valorizar cada criança e adolescente acolhido, além de promover a individualidade. Como resultados imediatos, considero que as reflexões aqui apresentadas são essenciais para o levantamento de questionamentos e entendimentos sobre a vida individual e em sociedade para todos os participantes. Muitas das narrativas apresentadas pelos irmãos não eram de conhecimento da mãe afetiva, o que apresenta grande relevância para a consolidação dos laços familiares. Como pesquisadora-participante, termino esta dissertação com profundo apreço pela família e grata pelos conhecimentos e experiências compartilhados. Considero

necessário as narrativas serem conhecidas por outras pessoas, dada as suas riquezas de detalhes e de resistência.

## 7

**Referências bibliográficas**

AHEARN, L. M. **Agency**. *Journal of Linguistic Anthropology*. Vol. 9, p. 9-15, 2000.

ARENDT, H. Capítulo V- Ação. In: **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer- 10 ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BAMBERG, M.; GEORGAKOPOULOU, A. Small stories as a new perspective in narrative and identity analysis. **Text and Talk: an interdisciplinary journal of language, discourse & communication studies**. Vol.28-3. Mouton de Gruyter – Berlin – New York, 2008.

BASTOS, L. C. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais: uma introdução ao estudo da narrativa. **Calidoscópico**. Vol. 3, nº. 2, p. 74-87, 2005.

BASTOS, L. C. **Narrativa e vida cotidiana**. *Scripta*. Vol.7, nº. 14, 2004.

BASTOS, L. C.; FABRÍCIO, B. F. Narrativas e identidade de grupo: a memória como garantia do “nós” perante o “outro”. In: PEREIRA, M. G. D.; BASTOS, C. R. P.; PEREIRA, T. C. (Orgs.). **Discursos socioculturais em interação: Interfaces entre a narrativa, a conversação e a argumentação: navegando nos contextos da escola, saúde, empresa, mídia, política e migração**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BASTOS, L.C & BIAR, L. **Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social**. *DELTA*, vol. 31, nºspe. São Paulo. Ago. 2015.

BASTOS, L.C.; SANTOS, W.S. Entrevista, narrativa e pesquisa. In: BASTOS, L. C; SANTOS, W. S. (Orgs.). **A entrevista na pesquisa qualitativa**. 1ªed. Rio de Janeiro: Quartet, Faperj, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio: Zahar, 2005.

BAZÍLIO, L. C. Avaliando a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: BAZÍLIO, L. C.; KRAMER, S. *Infância, Educação e Direitos Humanos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BENWELL, B.; STOKOE, E. **Discourse and identity**. Edinburg: Endinburg Univ. Press, 2010.

BRASIL. **Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069. Lei Nº 13.257/2016.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm#art19](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm#art19)>. Acesso em: 24 nov. 2020.

BRASIL. **Disque Direitos Humanos.** Disponível em: <[https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/ouvidoria/Disque100Relatorio\\_Crianaeadolescentes.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/ouvidoria/Disque100Relatorio_Crianaeadolescentes.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e Adolescente. Lei Nº. 8.0969/1990.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 24 nov. 2020.

BRASIL. **Lei de Abuso de Autoridade. Lei Nº 13.869/2019.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13869.htm#art45](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13869.htm#art45)>. Acesso em: 24 nov. 2020.

BRASIL. **Lei de Adoção. Nº 12.010/2009.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm)>. Acesso em: 24 nov. 2020.

BRUNER, J. **Atos de significação.** Porto Alegre: Artes Médicas [1990] 1997.

CASTELLS, M. A construção da identidade. In: **O poder da identidade.** v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DE FINA, A.; SCHIFFRIN, D.; BAMBERG, M. **Discourse and Identity.** Cambridge, CUP, 2006.

DENZIN, N. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens.** 2ªed. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2006.

DURANTI, A. Agency in language. In: DURANTI, A. (Ed.). **A Companion to Linguistic Anthropology.** Malden, Mass: Blackwell, 2004.

EWICK, P.; SILBEY, S. **Narrating social structure: stories of resistance to legal authority.** American Journal of Sociology, Vol. 108, n. 6, p. 1328-1372, mai. 2003.

FERREIRA, S. S. **NOB-RH/ SUAS: Anotada e comentada.** Brasília: DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/NOB-RH\\_SUAS\\_Anotada\\_Comentada.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf)>. Acesso em: 16 de agosto de 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANÇA, C. **“Eu tinha mó preconceito, né, Exu não!”: narrativas de resistência à estigmatização das práticas religiosas de matriz**

**africana**. Rio de Janeiro, 2018. 167p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

FREIRE, R. “**Segunda eu começo**”: a estrutura cíclica das narrativas sobre dieta e a construção do sofrimento. Rio de Janeiro, 2018. 150p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

GANDINI JÚNIOR, A. **Breves considerações sobre o atendimento da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor aos Adolescentes Infratores no Estado de São Paulo**. Revista Hispeci & Lema. Vol. 3, 2007.

GARCEZ, P. M.; BULLA, G. S.; LODER, L. L. L. **Práticas de pesquisa microetnográfica**: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. Revista D.E.L.T.A, 2014.

GIANNINI. “**A cadeia, ela me transformou em algo que eu não era**”: o discurso de resistência de um apenado. 2011. 136f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009 [1959].

GOFFMAN, E. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, B. T. e GARCEZ, P. M. (Orgs.). **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2002 [1964].

GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B. T. e GARCEZ, P. M. (Orgs.). **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2002 [1981].

HOLLANDER, J. A.; EINWOHNER, R. L. **Conceptualizing Resistance**. Sociological Forum, Vol. 19, nº 4, 2004.

JOVCHELOVITCH, S; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In BAUER, M. W. & G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Rio de Janeiro, Vozes, 2001.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: **Language in the Inner City**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W.; WALETZKY, J. Narrative analysis: oral versions of personal experience. In: HELM, J. **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle: University of Washington Press, 1967.

LACERDA, T. S. **O acolhimento institucional de jovens e as representações sociais de abrigo**. Recife, 2014, 129f. Dissertação de mestrado- Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco.

LINDE, C. **Life stories**. The creation of coherence. New York: Oxford University Press, 1993.

MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Orientação Técnicas- Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. 2ª Ed. Brasília, junho 2009. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **ECA- Linha do tempo sobre os direitos de crianças e adolescentes**. Disponível em: <<https://crianca.mppr.mp.br/pagina-2174.html>>. Acesso em: 24 de novembro de 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **O que é Centro POP?** Disponível: <[https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/suas/creas/centro\\_pop\\_institucional.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/suas/creas/centro_pop_institucional.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2020.

MISHLER, E. **Research Interviewing**: context and narrative. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

MOITA LOPES, L. P. (Org). **Discursos de identidades**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

MOITA LOPES, L. P. Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista. In: RIBEIRO, B. T; LIMA, C.; DANTAS, M. (Orgs). **Narrativa, Identidade e Clínica**. Rio de Janeiro: Edições IPUB/ CUCA, 2001.

PSATHAS, George. **Conversation analysis**: the study of talk-in-interaction. Sage, 1995.

RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M (Orgs). **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC; São Paulo: Loyola, 2004.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

WINKIN, Y. Descer ao campo. In: WINKIN, Y. **A Nova Comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. São Paulo: Papirus Editora, 1998.

## ANEXO I

### CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO

...	pausa não medida
(2.3)	pausa medida
.	entonação descendente ou final de elocução
?	entonação ascendente
,	entonação de continuidade
-	parada súbita
=	elocuições contíguas, enunciadas sem pausa entre elas
<u>sublinhado</u>	ênfase
MAIÚSCULA	fala em voz alta ou muita ênfase
°palavra°	palavra em voz baixa
>palavra<	fala mais rápida
<palavra>	fala mais lenta
: ou ::	alongamentos
[	início de sobreposição de falas
]	final de sobreposição de falas
( )	fala não compreendida
(( )) verbal	comentário do analista, descrição de atividade não verbal
“palavra”	fala relatada, reconstrução de um diálogo
hh	aspiração ou riso
↑	subida de entonação
↓	descida de entonação

Convenções baseadas nos estudos de Análise da Conversação (Sacks, Schegloff e Jefferson, 1974), incorporando símbolos sugeridos por Schiffrin (1987) e Tannen (1989).

## Anexo II

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “**A gente já falava o que tinha na lei, a gente já sabia o artigo**”: histórias de resistência de jovens que passaram pelo acolhimento institucional, a qual é realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em Estudos da Linguagem sob a responsabilidade da pesquisadora Alessandra Brito de Paiva.

**Objetivo do estudo:** o trabalho tem como objetivo analisar a construção de identidade nas narrativas dos participantes que tiveram vivência em abrigos no município do Rio de Janeiro, compreendendo os deslocamentos físicos e sociais, bem como as construções discursivas de estratégias de relacionamento e sobrevivência.

**Procedimento da pesquisa:** para a realização da pesquisa, a interação entre a entrevistadora e o entrevistado (você) será gravada em áudio. Você participará da entrevista em grupo, junto com os demais convidados, que ocorrerá em uma lanchonete na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Com este material, será feita a transcrição dos dados e a posterior análise. As gravações serão utilizadas para fins acadêmicos. Se você não quiser ser gravado em áudio, informe ao pesquisador, que buscará outras formas de gerar dados, como nota de campo. Essa entrevista terá tempo de duração variável a ser negociado com os participantes, podendo ser interrompida ou cancelada a qualquer momento sem qualquer prejuízo. Você não é obrigado a responder todas as perguntas feitas pela pesquisadora.

**Confidencialidade:** o anonimato, bem como o sigilo e a confidencialidade dos dados e a proteção da imagem do participante estão garantidos, havendo a troca do nome próprio por pseudônimo durante a transcrição. O nome das instituições e locais mencionados também serão substituídos. Se, após a entrevista, houver algum trecho ou fala que você gostaria de excluir do material de análise, pode informar à pesquisadora, a qual irá desconsiderar o trecho em questão.

**Benefícios:** sua colaboração é de grande relevância para esta pesquisa e para o ambiente acadêmico, considerando o interesse da temática sobre a vivência em abrigo. Através da análise das narrativas, pode-se verificar a experiência dos participantes da entrevista na rotina e na vivência nesses locais, bem como compreender as relações sociais estabelecidas no contexto, podendo indicar caminhos para uma melhor compreensão e reflexão da experiência nesses locais. A sua participação é voluntária e não terá nenhum custo nem você receberá qualquer vantagem financeira. Você poderá interromper a sua colaboração a qualquer momento sem qualquer penalização ou constrangimento.

**Danos:** a pesquisa apresenta riscos mínimos para o participante, como eventual constrangimento durante a gravação da interação e possível reconhecimento na divulgação dos dados da pesquisa. Você, como participante ativo da interação, pode negar-se a responder determinados questionamentos da entrevistadora, bem como está autorizado a solicitar a omissão e exclusão de trechos da entrevista que julgar inadequados ou expositivos.

**Validade da pesquisa:** apenas os resultados desta pesquisa poderão ser divulgados e utilizados posteriormente em outras pesquisas acadêmicas que a pesquisadora vier a desenvolver, porém sempre será mantido o anonimato. Os dados gerados não poderão ser utilizados para outras pesquisas. Os resultados estarão à sua disposição quando a mesma for finalizada. Os dados gerados durante a pesquisa serão arquivados pela pesquisadora responsável, Alessandra Brito, que os destruirá após 5 (cinco) anos.

**Dúvidas e reclamações:** Esta pesquisa possui vínculo com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro- PUC-Rio através do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem sendo a aluna Alessandra Brito de Paiva a pesquisadora principal, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Liliana Cabral Bastos. As pesquisadoras estão disponíveis para responder a qualquer dúvida que você tenha. Caso seja necessário, entre em contato com pesquisadora responsável através do telefone (21) 99103-6390 ou pelo e-mail [alessandra-brito@hotmail.com](mailto:alessandra-brito@hotmail.com), bem como por e-mail com a orientadora, Liliana Bastos, [lilianacbastos@gmail.com](mailto:lilianacbastos@gmail.com). Para eventuais dúvidas ou reclamações, você pode entrar em contato com a Câmara de Ética/PUC-Rio - Rua Marquês de São Vicente, 225 – Gávea, CEP: 22453-900. Fone: (21) 3527-1618.

Este documento deve ser assinado em duas vias, ficando uma cópia com a pesquisadora e a outra com você (participante).

Eu \_\_\_\_\_  
fui informado(a) dos objetivos da pesquisa **“A gente já falava o que tinha na lei, a gente já sabia o artigo”**: histórias de resistência de jovens que passaram pelo **acolhimento institucional** de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, antes ou durante a mesma, sem penalidades ou prejuízo de benefícios. Declaro que concordo em participar da entrevista em grupo voluntariamente, sem benefícios, e que recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido. Concordo ainda com a divulgação dos resultados da pesquisa em eventos científicos, periódicos da área, livros e eventos acadêmicos.

Aceito ter minha participação gravada em áudio:

( ) Sim            ( ) Não

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do pesquisador responsável

**Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio**  
**Departamento de Letras**  
**Endereço:** Rua Marquês de São Vicente, 225  
Gávea - Rio de Janeiro - RJ  
**CEP:** 22451-900  
**Telefone:** (21) 3527-144